



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA:

*A Dimensão Internacional do Conflito Armado de
Gbadolite à Luena*

André Kizua Monteiro Sebastião

Orientação: Professor Doutor Marco António Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA:

*A Dimensão Internacional do Conflito Armado de
Gbadolite à Luena*

André Kizua Monteiro Sebastião

Orientação: Professor Doutor Marco António Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2015

RESUMO

O PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA: A Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena

Angola, após se tornar uma Nação Independente face ao colonialismo Português, esteve afundada numa guerra civil que durou vinte e sete (27) anos. Este conflito, opôs as forças do exército do governo angolano FAPLA e as forças do exército da UNITA FALA.

Salienta-se que, após a Independência de Angola, houve apenas uns poucos meses de paz em Novembro de 1975, e dois interlúdios instáveis de paz relativa em 1991-1992 e 1994-1998. Com efeito, o conflito angolano era inevitável e as suas linhas de força foram os factores políticos internos. Embora, até o fim da Guerra Fria, tenha tido o envolvimento externo, nomeadamente da África do Sul, do Zaire, da China, de Cuba e das duas superpotências, designadamente dos EUA e da URSS que, ao longo deste conflito, apoiaram uma e outra força.

A trajectória das negociações de paz em Angola, desde a Conferência de Gbadolite aos Acordos de Bicesse, desde o Protocolo de Lusaka até à assinatura do Memorando de Entendimento de Luena, foi longa e complexa, obtendo-se resultados positivos graças à boa vontade política e militar das duas partes em conflito, bem como a activa intervenção pacífica de países observadores no sentido de ultrapassar alguns obstáculos. Ressalva-se que, o fim do conflito armado em Angola foi no dia 4 de Abril de 2002, com o Memorando de Entendimento de Luena, após a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002.

PALAVRAS- CHAVE: Angola; Conflito Armado; Acordos de Paz; Relações Internacionais.

ABSTRACT

PEACE PROCESS IN ANGOLA: The International Dimension of Armed Conflict de Gbadolite to Luena

Angola after becoming an Independent Nation against the Portuguese colonialism was plunged into armed conflict that lasted twenty-seven (27) years. This conflict pitted the forces of the Angolan government army FAPLA and UNITA forces Army FALA.

It is noted that after the independence of Angola, there was only a few months of peace in November 1975, and two unstable interludes of relative peace in 1991-1992 and 1994-1998. Indeed, the Angolan conflict was inevitable and its lines of force were internal political factors. Although, by the end of the Cold War, has had foreign involvement, particularly in South Africa, Zaire, China, Cuba and the two superpowers, namely the U.S. and the USSR that throughout this conflict, and supported a other force.

The path of peace talks in Angola, from Gbadolite Conference the Bicesse Accords, since the Lusaka Protocol to the signing of the Luena Memorandum of Understanding was long and complex, obtaining positive results thanks to the good political will and military of the two parties to the conflict, and the active intervention of observers peaceful countries to overcome some obstacles. It should be mentioned that the end of the armed conflict in Angola was on April 4, 2002, with the Luena Memorandum of Understanding, after the death in combat of UNITA leader Jonas Savimbi on 22 February 2002.

KEYWORDS: Angola; Armed Conflict; Peace Agreements; Internacional Relations.

ÍNDICE

RESUMO	i
ABSTRACT.....	ii
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	v
DEDICATÓRIA.....	vii
AGRADECIMENTOS.....	viii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
1.1. Abordagem Conceptual sobre Conflitos	17
1.2. Caracterização das Causas do Conflito nas Relações Internacionais	20
1.3. Gestão e Resolução de Conflitos Internacionais.....	27
1.4. Instrumentos Políticos e Jurídicos de Resolução Pacífica de Conflitos Internacionais	29
1.5. O Papel da Comunidade Internacional e Regional para a Prevenção e Gestão de Conflitos em África.....	35
CAPÍTULO II – A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA	44
2.1. Os Movimentos de Libertação Nacional.....	44
2.1.1. Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)	47
2.1.2. Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)	50
2.1.3. União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)	54
2.2. Antecedentes da Independência em Angola (1961-1974)	55

2.2.1. Os Acordos de Alvor e a Independência de Angola	61
CAPÍTULO III - A ECLOSÃO DO CONFLITO ARMADO	
ANGOLANO	67
3.1. Caracterização, Impacto e causas dos Conflitos em África	67
3.2. Caracterização da Guerra Fria e seu Enquadramento no Conflito Angolano	71
3.3. O Contexto Geopolítico do Conflito Armado Angolano (1975 – 2002)	78
CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO PROCESSO DE PAZ EM	
ANGOLA.....	82
4.1. Da Conferência de Gbadolite aos Acordos de Bicesse (1989 – 1991)	82
4.2. Do Protocolo de Lusaka ao Memorandum de Luena (1994 – 2002).....	86
4.3. As Missões de Paz da Organização das Nações Unidas em Angola	88
4.4. Os Antagonismos do Processo de Paz em Angola.....	94
4.5. O Contributo das Igrejas Angolanas no Processo de Paz em Angola (1989 – 2002) ...	98
CONCLUSÃO	100
BIBLIOGRAFIA.....	Erro! Marcador não definido.
ANEXOS.....	110
1. Anexo de Documentos	110
2. Anexo de Fotografias	113

SIGLAS E ABREVIATURAS

a.c.	Antes de Cristo
AEA	Aliança Evangélica Cristã
ALIAZO	Aliança dos Naturais do Zombo
ARA	Acção Revolucionária Armada
ASSOMUZO	Associação dos Originários de Maquela do Zombo
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tome
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CES	Centro de Estudos Sociais
CICA	Conselho das Igrejas Cristãs de Angola
CMA	Clube Marítimo Africano
COIEPA	Comité Inter-Eclesial para a Paz
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
COW	Correlates of War
CSFAA	Comando Superior das Forças Armadas Angolanas
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTT	Correios de Portugal
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados
ECCAS	Comunidade Económica dos Estados da África Central
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
EUA	Estados Unidos da America
FAA	Forças Armadas Angolanas
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FALN	Frente angolana de Libertação Nacional
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FDLA	Frente Democrática para a Libertação de Angola
FLEC	Frente de Libertação do Conclave de Cabinda
FLN argelina	Frente de Libertação Nacional Argelina
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN	Frente Revolucionária Africana
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio

GRPA	Governo da República Popular de Angola
MDIA	Movimento de Defesa
MFA	Movimento das Forças Armadas
MINA	Movimento para a Independência Nacional de Angola
MLN	Movimentos de Libertação Nacional
MNA	Movimento Nacional Angolano
MONUA	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NEPAD	Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OMA	Organização da Mulher Angolana
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PCP	Partido Comunista Português
PDA	Partido Democrático Angolano
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUA	Partido da Luta dos Africanos de Angola
RDC	República Democrática do Congo
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SARA	Serviço de Assistência aos Refugiados de Angola
UA	União Africana
EU	União Europeia
UGEAN	União Geral dos Estudantes da África Negra
UNA	União Nacional de Angola
UNAVEM	Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNEA	União Nacional dos Estudantes Angolanos
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNMA	Missão das Nações Unidas em Angola
UNOA	Escritório das Nações Unidas em Angola
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA	União das Populações de Angola
UPNA	União das Populações do Norte de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Manuel, que desde cedo teve a
incumbência de ser pai e mãe

aos meus cinco irmãos, Antónia, Cahenda,
Mbote, Marcelino e Luzia, que incentivemos
os nossos filhos para o futuro

e à minha mãe Luzia, “in memoria”, que desde
muito cedo partiu.

AGRADECIMENTOS

A cima de tudo, agradeço à Deus que sempre esteve presente e me consolou na longa caminhada, iniciada em Novembro de 2011, particularmente pela inspiração que me concedeu em se inscrever e fazer o mestrado em Relações Internacionais que hoje tenciono terminar.

Aos meus pais, por me terem gerado, dado educação e valores. À minha mãe (*in memoriam*), que onde quer que esteja, nunca deixou de estar em sintonia. Ao meu pai, o exemplo verdadeiro de ser Pai. A vocês que me tornaram homem, partilho a alegria deste momento.

A todos os meus familiares, filho, irmãos, primos, tios, sobrinhos. Não citarei nomes, para não me esquecer de ninguém. Aos meus, familiares, do Brasil (Boquira) que, pelas maravilhas da vida, encontrei uma mãe e esta me congratulou com uma rica família (Vânia é uma verdadeira mãe para mim, obrigado pelo apoio incondicional), aos primos, tios, avós e amigos. Hoje me sinto parte da Pátria Brasileira.

Ao Professor Marco Martins, meu orientador e exemplo profissional, por me ter orientado. Obrigado e que Deus te abençoe sempre e sempre. O nosso trabalho está feito.

À Universidade de Évora-Portugal, à Universidade Metodista de Angola e aos professores, pela oportunidade que estão a dar aos angolanos de crescerem academicamente. Aos meus colegas de mestrado, em especial à Lilian Ferreira, Abraão Sapalalo, David Agostinho, Zeferino Pintinho e José Vilema. Obrigado pela caminhada. Aqui devo particularizar a prestigiosa ajuda do Doutorando José Vilema que soube, nas horas difíceis, prestar-me todo o seu saber. Um forte abraço e um obrigado “sem medidas”. Ao ilustre amigo Luís Coutinho que, a MacroAudit, seja o início de uma longa caminhada. Obrigado pelas lições de História e de Ciência. Ah! Vamos continuar a aguardar os livros que encomendamos, mas que até agora não chegam, se indeminizarem quero parte da “massa” yá!

À todos os meus amigos, em especial aqueles que, devido ao cotidiano e amizade, hoje somos irmãos. Uguilham-se que este trabalho nos pertence. À congregação das Irmãs Missionárias do Santíssimo Sacramento e Maria Imaculada (MISSAMI) de Angola e Brasil, fico agradecido pelas orações, amizade e acolhimento.

Com vocês, queridos, dedido a alegria desta experiência.

Bem haja!

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda o tema “*O Processo de Paz em Angola (com particular ênfase na Dimensão Internacional do Conflito Armado de Gbadolite à Luena)*”. Pela sua magnitude e importância, vimos a necessidade de limitarmos a pesquisa centrada na trajetória das negociações de paz em Angola.

Sendo a paz uma das grandes preocupações nos dias de hoje e questão de interesse da opinião pública em geral, esta preocupação fez e faz surgir estudos, na sua maioria interdisciplinares, relacionados com os temas paz, violência e conflitos. Pelo que, o tema que nos propusemos dissertar é resultado de um desafio, na medida em que me encorajou a saber mais sobre o passado recente da história de Angola.

Os pressupostos orientadores da investigação resultaram em três questões fundamentais, nomeadamente:

- Quais foram as causas do conflito armado angolano?
- Quais foram as várias fases da trajetória para à implementação da paz em Angola? E também,
- Identificar os actores que intervieram como mediadores ao longo do conflito armado?

Para dar resposta à esses pressupostos o objectivo geral é dar a conhecer os motivos que levaram os angolanos a mergulharem num conflito armado e os vários acordos para o processo de paz em Angola. Quanto aos objectivos específicos são dois, designadamente a necessidade de identificar os principais intervenientes no conflito armado angolano; e ainda, poder distinguir a dimensão internacional do mesmo conflito. Todavia, salienta-se que, o fim é averiguar o insucesso da Comunidade Internacional, particularizando a ONU, no conflito armado angolano.

Na elaboração desta dissertação o estudo é baseado de forma exploratória, utilizando o método de natureza qualitativo que resultou da revisão documental, bibliográfica e web gráfica, da qual se espera demonstrar a trajetória do processo de paz em Angola, com objectivo de se criarem espaços para uma educação multidisciplinar para a paz no seio da comunidade.

No continente africano são várias as vagas de conflitos que ocorreram e continuam no período correspondente após a Segunda Guerra Mundial até aos nossos dias. Desta, resultam que as

suas causas recaem, principalmente, ao processo de Descolonização e a Guerra Fria que o mundo registou. Salienta-se, porém, que o esforço do mundo contemporâneo pela paz é manifestada pela criação de organizações internacionais que, entre outros objectivos, procuram a manutenção da paz, defendem os direitos humanos, os direitos fundamentais e liberdades públicas, a promoção do desenvolvimento dos países em escala mundial e o estabelecimento de uma ordem internacional pacífica. Nesta lógica de ideias, face ao conturbado processo conduzido por alguns líderes africanos na conquista das independências no continente, como também as más governações, o objectivo de preservação do poder a todo custo, à exploração dos recursos económicos em proveito de elites e facções, acentuaram os problemas sociais e estruturais, pelo que levaram a maioria dos países africanos à conflitos de natureza interna e Angola como tal não esteve fora deste cenário.

Angola, após se tornar uma Nação Independente face ao colonialismo Português, esteve afundada numa guerra civil que durou vinte e sete (27) anos. A trajetória das negociações para paz em Angola, desde a Conferência de Gbadolite aos Acordos de Bicesse, desde o Protocolo de Lusaka até à assinatura do Memorando de Entendimento de Luena, foi longa e complexa. De referir que, ao longo deste período, foram utilizados os instrumentos adequados para a resolução de conflitos, como igualmente houve a intervenção pacífica de países observadores, organizações internacionais e personalidades.

No contexto internacional, Angola é um novo país, próspero e estratégico que adquiriu relevo na arena internacional. Um processo de paz bem conduzido, consolidado e onde as populações possam sentir-se seguras face aos grandes desafios do século XXI, exige da parte do Governo, como também de cada cidadão uma participação plena no mesmo projecto de paz.

De ressaltar que, no meio académico, a partir do XXI, há razões para uma linha de investigação suficientemente atractiva, no âmbito da qual, foram elaboradas dissertações de mestrado, teses de doutoramento e ainda promovidos encontros científicos e publicações de inegável alcance científico. No que concerne à Universidade de Évora, nomeadamente na parceria com a Universidade Metodista de Angola, destacam-se algumas dissertações que aludem esta temática.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos a saber. Um primeiro capítulo de enquadramento teórico, onde é realizada uma abordagem conceptual sobre conflitos e as suas

causas nas Relações Internacionais; sobre a gestão e resolução de conflitos internacionais; e, o papel da Comunidade Internacional e Regional para a prevenção e gestão de conflitos em África. Um segundo capítulo relativo ao processo de Independência de Angola sendo expostas as particularidades dos movimentos de libertação nacional de Angola; e, uma resenha dos antecedentes da independência em Angola, com realce aos acordos de Alvor e à independência. O terceiro capítulo focaliza a Ecloração do Conflito Armado Angolano por um lado, abordam-se os conflitos em África; a caracterização da Guerra Fria, bem como o enquadramento do conflito armado angolano; e, o seu contexto geopolítico. Finalmente, o quarto capítulo trata da Dinâmica do Processo de Paz em Angola descreve o processo de paz e as missões da ONU em Angola; os antagonismos do processo de paz angolano; e, o contributo das Igrejas angolanas nesse processo.

Ainda, antes de terminar, encontramos a conclusão do referido trabalho, com realce aos resultados obtidos na pesquisa, as considerações finais e as recomendações para futuras pesquisas. Finalmente, temos as Referências Bibliográficas utilizadas para a realização da dissertação, como também os anexos de documentos e fotografias relativos à trajetória do processo de paz em Angola. Porém, aqui, ressalta-se que, na Conferência de Gbadolite não resultou de nenhum documento escrito.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Abordagem Conceptual sobre Conflitos

A historiografia sobre as causas da guerra levou à compilação de uma grande quantidade de informação quantitativa. Até ao presente, embora estes estudos tenham trago alguma precisão científica ao estudo da guerra e também foram capazes de estabelecer algumas distinções relevantes entre factores, mas em termos de metodologias estatísticas não trouxeram ainda nenhuma novidade surpreendente, conseguindo poucos resultados conclusivos e claros¹.

Singer e Small começaram por elaborar um registo informativo sobre a frequência, magnitude, severidade e intensidade das guerras internacionais no período que vai desde o fim das guerras napoleónicas, em 1815, até 1945. Respeitante ao conceito de guerra, segundo Bull, citado por Vasquez, a guerra é a “violência organizada exercida no confronto entre unidades políticas”².

Segundo o projecto Correlates of War (COW), desenvolvido na década de 1960 por Singer; Small e outros, uma guerra internacional é um “conflito militar entre entidades nacionais, sendo que pelo menos uma delas é um Estado, e do qual resulta um número de baixas militares que não pode ser inferior a 1000”³.

Kelman definiu a guerra como uma “acção societal e intersocietal conduzida no seio de um contexto político nacional mas também internacional”⁴. O mesmo considera que um aspecto crucial no estado das relações internacionais é o processo através do qual as nações desenvolvem as suas políticas nacionais e decidem sobre a guerra. Sendo que, em parte, este tipo de explicação inclui as motivações e percepções de indivíduo enquanto decisores políticos e membros activos da opinião pública com diferentes papéis no seio de uma sociedade mais extensa.

Para Trinquier, “a guerra é actualmente um conjunto de acções de todas as espécies – políticas, sociais, económicas, psicológicas, armadas, etc – que visa a destruição do poder estabelecido num país e a sua substituição por um outro regime”⁵. Para tal, o assaltante

¹ DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr, Robert L – Relações Internacionais: As Teorias em Confronto. 1ª Edição. Lisboa : Editora Gradiva, 2003, p. 369-370.

² BULL apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *ibid.*, p. 371.

³ SINGER e SMALL apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *ibid.*, p. 372.

⁴ KELMAN apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *ibid.*, p. 248.

⁵ MOREIRA, Adriano – Teorias das Relações Internacionais. 7ª Edição. Coimbra : Editora Almedina, 2011, p. 114.

esforça-se por explorar as tensões internas do país atacado, as oposições políticas, ideológicas, sociais, religiosas, económicas, susceptíveis de terem uma influência profunda sobre as populações a conquistar. Ademais a mais, pelo facto da interdependência actual das nações, todo o movimento reivindicativo no interior de uma população, mesmo se é de origem muito local e sem expressão longínqua, será rapidamente inserido, por adversários resultados, no quadro das grandes oposições mundiais.

Para Moreira, “a guerra traduz-se no exército de uma violência armada contra as pessoas e contra as coisas, sem hesitações sobre o aniquilamento de ambas, até à eliminação de qualquer resistência à imposição da vontade do interveniente vencedor”⁶. Ademais, a evolução dos meios de combate fez com que o objectivo tradicional de obrigar o adversário a reconhecer a cedência fosse substituído pela guerra existencial, que considera a eliminação do adversário como um evento natural do processo.

Coser define conflito como “uma luta em volta de valores e reclamações de estatuto, poder e recursos, todos escassos, e em que os objectivos dos competidores consistem em neutralizar, enfraquecer ou eliminar os rivais”⁷.

Clausewitz define guerra como sendo “um acto de violência com a intenção de coagir o adversário a realizar a <minha> vontade”. Pelo que, “a guerra deve ser considerada como o último instrumento da política”⁸, ou seja, mostra a subordinação da guerra à política como de um instrumento a um fim.

O termo conflito, segundo Dougherty e Pfaltzgraff, costuma corresponder a “uma situação em que um grupo individualizável de seres humanos se opõe conscientemente a um ou mais grupos humanos individualizáveis devido àquilo que parecem ser objectivos incompatíveis”⁹. Desta feita, tais autores definem o conflito “numa interacção que envolve seres humanos, mas que não inclui a luta levada a cabo pelos indivíduos contra o seu meio físico”. Por outro lado, “o conflito implica mais do que mera competição”. Pode acontecer que os indivíduos compitam uns com os outros por alguma coisa que se encontra em escassez sem, no entanto, serem completamente conscientes da existência dos seus competidores, ou sempre que

⁶ TRINQUIER apud ADRIANO, 2011, *ibid.*, p. 115.

⁷ COSER apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *op. cit.*, p. 243.

⁸ CLAUSEWITZ apud BONIFACE, Pascal – Dicionário das Relações Internacionais. 3ª Edição. Lisboa : Plátano Editora, 2011, p. 168.

⁹ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *loc. cit.*

procuram impedi-los de chegar às suas metas ou ainda quando tentam colocar os seus adversários fora de competição ou destruí-los¹⁰.

De salientar que são apresentadas várias formas de guerra, nomeadamente a guerra internacional – a mais importante delas devido às suas potenciais consequências para o indivíduo e para a nação – a guerra civil, a revolução, golpe de estado, guerrilha, assassinato político, sabotagem, terrorismo, tomada de reféns, levantamentos nas prisões, greves e quebra de greves, manifestações, ameaças, demonstrações de força, sanções económicas, guerra psicológica, propaganda, conflitos de taberna, disputas laborais, alterações em eventos desportivos, litígios relativos ao divórcio e à custódia das crianças, disputas intrafamiliares e crimes hediondos¹¹.

Assim sendo, os conflitos podem ser violentos ou não violentos – em termos de esforços físicos; predominantes ou regressivos; controláveis ou incontroláveis; resolúveis ou insolúveis em vários tipos de circunstâncias. Os conflitos ainda são distintos das tensões, porquanto as tensões implicam normalmente suspeição, receio e hostilidade latentes, a percepção da divergência de interesses e, provavelmente, o desejo de dominar ou alcançar vingança. Por outro lado, as tensões precedem muitas vezes, mas acompanham sempre o deflagrar dos conflitos. Ademais, podem elas próprias contribuir para a ocorrência de um conflito ou ser, inclusivamente, a sua causa mais próxima no caso de chegarem a afectar o processo de tomada de decisões¹².

Lutembacher considera que no estudo dos problemas relativos à paz e à guerra, ao conflito e à cooperação é comum utilizar duas perspectivas teóricas e abordagens metodológicas diferentes, por um lado estes fenómenos podem ser concebidos fundamentalmente como resultado dos vários processos nacionais de tomada de decisões no contexto dos respectivos governos – a noção de que as guerras são provocadas devido a que os governantes vêm boas hipóteses de as ganhar – por outro lado, uma parte significativa da literatura vê as causas das acções políticas internacionais e das guerras em particular, como forças e movimentos sociopolíticos de carácter geral que se encontram para lá do controlo de qualquer governante particular¹³.

¹⁰ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, loc. cit.

¹¹ Ibid., p. 370-371.

¹² DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, loc. cit.

¹³ Ibid., p. 244.

1.2. *Caracterização das Causas do Conflito nas Relações Internacionais*

Como afirmam Boniface e Védrine, “as causas dos conflitos entre Estados são tão velhas como o mundo”¹⁴. Desta feita, as tentativas de teorização da natureza das causas da guerra levam-nos bem atrás do tempo. Com efeito, encontramos Kagan que, ao estudar os conflitos desde a Guerra do Peloponeso (431-404 a.c.) à crise dos mísseis de Cuba de 1962, alcançou diversas conclusões. Assim, o mesmo considera que “a guerra não é uma aberração mas sim um fenómeno recorrente”. Igualmente, “a guerra é o resultado da competição pelo poder, sendo que, esta competição é uma condição normal que às vezes conduz à guerra”. Também considera que “os Estados procuram poder não apenas para alcançar maior segurança ou vantagem económica, mas, também para alcançar maior prestígio, respeito, deferência”. Concluiu dizendo que, “o receio muitas vezes incerto e intangível derivado de ameaças imediatas e outras mais distintas e contra as quais pode não haver garantias, é responsável pela persistência da guerra como uma parte da condição humana não susceptível de mudança”¹⁵.

Antes da Primeira Guerra Mundial, escreve Howard, os historiadores interessavam-se pelas causas de guerras específicas, sendo que, o carácter recorrente da guerra considerado como um dado adquirido. No entender de Howard, as causas da guerra não sofreram alteração fundamental ao longo dos séculos, acrescenta que, a guerra não acontece por acaso nem é motivada por forças emocionais ou provenientes do subconsciente, antes sim, ela deriva de uma abundância excessiva de racionalidade analítica. Assim, como Tucídides havia escrito que as causas da Guerra do Peloponeso consistiam no crescimento do poder de Atenas e no receio que este facto provocou em Esparta, também algumas das principais causas da primeira guerra mundial foram o crescimento do poder alemão e o receio que este facto provocou na Grã-Bretanha¹⁶.

Wright construiu um modelo de quatro factores para averiguar as origens da guerra, nomeadamente a tecnologia, a lei, a organização social e política e os valores culturais. Ademais, Deutsch considerava que “sempre que haja uma mudança profunda em qualquer um destes níveis, os velhos mecanismos de ajuste e controlo são forçados até ao limite, podendo entrar em disfunção”. Assim, qualquer mudança considerável que ocorra no mundo num

¹⁴ BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert – Atlas das Crises e dos Conflitos. 1ª Edição. Lisboa : Plátano editora, 2010, p. 11.

¹⁵ KAGAN apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, op. cit., p. 242.

¹⁶ HOWARD apud, DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, ibid., p. 241.

destes níveis aumenta o risco de guerra, a não ser que ela seja compensada por ajustamentos políticos, jurídicos, culturais ou psicológicos.¹⁷

Os politólogos insistem que não podemos compreender as causas da guerra exclusivamente em termos de factores biológicos, psicológicos ou outros factores comportamentais, mas sim, devemos antes voltar ao nível da análise política para percebermos as causas que levam determinados governos a considerar certos Estados como amigos e outros como adversários¹⁸. Assim, é a partir de uma matriz de comunicações políticas que os governos definem os seus objectivos, interesses, políticas e estratégias, pesando as consequências prováveis da acção ou da inacção em contextos específicos, bem como as possibilidades de vitória ou derrota no caso do uso da força¹⁹.

Relativamente à grande maioria das mais antigas teorias da guerra e das suas causas, segundo uma análise de Dougherty e Pfaltzgraff, são hoje consideradas pré-científicas, pelo que foram elaboradas com base em dados empíricos retirados da história e da experiência humana. Embora que, algumas dessas teorias pioneiras contêm conhecimentos e percepções que continuam a merecer a nossa atenção e a fazer parte da nossa herança cultural²⁰.

Assim sendo, com realce a essas teorias, encontramos várias, na China antiga, por exemplo produziu uma vasta série de teorias que vão do pacifismo e da paz ao belicismo e à guerra, tendo como destaque Mo-ti que propugnava uma doutrina do amor universal, com a qual a realização de guerras era profundamente incompatível²¹. Ainda na China, Confúcio e o seu discípulo Mêncio ensinaram que os Estados nas suas relações deveriam observar a moderação e a boa-fé e, por conseguinte, evitar o imperialismo, a intervenção nos assuntos dos demais Estados, assim como guerras agressivas de conquista. Também na China, Shing que também é conhecido como Maquiavel da China antiga, considerava que os governantes deveriam encher a vida dos agricultores de dificuldades e obriga-los a trabalhar arduamente de forma que, quando a guerra chegasse a encarassem como um alívio mais do que bem-vindo²².

Na Índia, as regras estabelecidas para mitigar as consequências severas da guerra eram apoiadas pelas autoridades religiosas da Índia; as práticas injustas, pouco honrosas e

¹⁷ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *ibid.*, p. 362.

¹⁸ *Ibid.*, p. 364-365.

¹⁹ *Ibid.*, p. 365.

²⁰ *Ibid.*, p. 251.

²¹ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, *loc. cit.*

²² *Ibid.*, p. 251-252.

desumanas eram condenadas²³. Já na Grécia, no entender de Heráclito, se a guerra uma vez desaparecesse, o universo seria destruído, já que a luta representa a justiça, através da qual todas as coisas assumem a sua existência e se desvanecem. Por sua vez, Platão considerava que a guerra resulta da falta de vontade dos seres humanos para viverem dentro dos limites do estritamente necessário. Aristóteles aceitava a guerra como instrumento legítimo para resolver disputas entre entidades políticas²⁴.

Em Roma tinha sido constituído um órgão colegial de carácter político-religioso com a denominação de juízes faciais compostos por sacerdotes. A função desses juízes era de verificar se havia alguma comunidade vizinha que tivesse enganado Roma, de tal forma que justificasse o recurso à força militar²⁵. Por sua vez, no Islão, os teorizadores muçulmanos, influenciados pelo profeta Maomé que pregou a guerra santa como dever sagrado e garantia da salvação, partiram do pressuposto de que o mundo se encontrava dividido entre a dar al-Islan (a pacífica casa dos verdadeiros crentes e daqueles que se submetem à sua regência tolerante) e a dar al-harb (o território da guerra). Sendo que estes dois territórios estavam sempre e teoricamente em guerra um com o outro, dado que a guerra representava o mecanismo supremo para proceder à incorporação de povos recalcitrantes no território pacífico do Islão²⁶.

Na mais remota história dos judeus, Javé (Jeová ou Yahweh) aparece frequentemente representado como deus guerreiro. Entretanto, quando a terra prometida foi conquistada aos cananeus e os reis ocuparam o lugar dos juízes, as guerras de Israel e Judá tornaram-se menos ferozes, ao mesmo tempo que temos como o amor, a justiça e a paz se foram tornando proeminentes nas escrituras judaicas²⁷.

Na cristandade, nos três primeiros séculos da história da Igreja Católica verificava-se uma forte tendência para o pacifismo²⁸. A perspectiva dominante entre os dirigentes da Igreja era a de que a autoridade política havia sido instruída por inspiração divina para o benefício do indivíduo. Por outro lado, os filósofos escolásticos da Idade Média refinaram consideravelmente a doutrina da guerra justa. Entretanto, na transição do medievalismo para a modernidade europeia, podemos identificar três grandes exceções à teoria e práticas

²³ Ibid., p. 252.

²⁴ Ibid., p. 252-253.

²⁵ Ibid., p. 254.

²⁶ Ibid., p. 254-255.

²⁷ Ibid., p. 256.

²⁸ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, loc. cit.

dominantes acerca da limitação moral da conduta da guerra, nomeadamente as cruzadas dos séculos XII e XIII empreendidas contra uma civilização estrangeira e infiel; as guerras dos séculos XIV e XV, especialmente as que opuseram os franceses aos ingleses; e, as guerras de religião que se seguiram à Reforma²⁹.

Desta feita, por vezes, a eliminação da estrutura político-jurídica parece suficiente – com o desaparecimento da personalidade internacional do Estado vencido – outras a eliminação física do povo adversário é o resultado procurado – que a lei internacional considera um crime de genocídio. Exemplo disto destaca-se a guerra de 1939-1945, a chamada rendição incondicional definida como objectivo de guerra dos aliados, traduziu-se em eliminar o Estado alemão e a guerra do Biafra, em 1966, que levou a eliminação física dos ibos.³⁰

Entretanto não é fácil encontrar um problema que a guerra tenha resolvido, nem uma guerra em que os dividendos da paz compensem o preço sofrido por todos os intervenientes. Por isso, Moreira considera que, “a prevenção é um método que penosamente se tem desenvolvido, quer no plano jurídico, onde o direito procura eliminar a legitimidade da guerra, quer no plano político que vai convergindo com o primeiro”³¹.

Para o efeito, a técnica da balança de poderes foi talvez a mais experimentada, com variação na definição, em função da evolução dos meios de fazer a guerra e do alargamento dos teatros estratégicos³². Classicamente, a prevenção pela balança de poderes traduzia-se em procurar um equilíbrio de meios militares à disposição de cada um dos pressentidos beligerantes, de modo a conseguir a dissuasão, quer de recorrer ao combate, quer de o intensificar, pela evidência dos custos a suportar. De ressaltar que, depois da domesticação da energia atómica e das guerras químicas e bacteriológica, a prevenção assentou na balança de terror porque cada um dos blocos adversários tinha a capacidade de eliminar o outro, arrastando eventualmente o holocausto de toda a população mundial. Relativamente a esta balança de poder e de equilíbrio a que destacar, no primeiro caso, o equilíbrio actual da balança de poderes entre a Índia e o Paquistão, em vista de um conflito bilateral que dura desde 1947; já

²⁹ *Ibid.*, p. 256-258.

³⁰ MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 115.

³¹ MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 116.

³² MOREIRA, 2011, *loc. cit.*

no segundo caso, o conflito de Israel, desde 1948, enfrentando todos os seus vizinhos porque estes não aceitaram a decisão da ONU no sentido de contribuir o Estado judaico³³.

Para Moreira, a temática sobre a guerra “é dominante no vasto campo de estudo da ciência política, examinado de ponto de vista ético, jurídico, sociológico e político”³⁴. Ademais, considera-se que as teorias que explicam as causalidades da guerra designam-se *na assimetria de poderes* – em síntese, esta teoria considera que se quisermos obter a paz, devemos antes preparar a guerra, como vê na superioridade a única forma de garantir a paz³⁵. Ressalta-se que, nesta teoria, uma das suas variantes é a teoria *power-transition* da guerra desenvolvida por Organski³⁶; *no nacionalismo* – guerra que ocorre quando há alienação efectiva, imposta por um grupo ou poder político diferente, sendo revestida por duas formas de guerra, nomeadamente o irredentismo – luta pela unificação do povo que considera perdido ou arrancado pela força por uma soberania ilegítima e como exemplos temos os conflitos registados nas décadas de 60 e 70, aquando das lutas pelas independências nos continentes africanos, asiáticos e sul-americano – e o separatismo – quando um grupo com identidade pretende separar-se de um Estado existente e assumir o lugar independente e separado para o qual sente vocação e capacidade, como exemplos temos os ibos na Nigéria após a guerra de 1939-1945, o Bangladesh no Paquistão, os bascos na Espanha, o Ulster católico na Inglaterra, a FLEC em Cabinda com o governo Angolano, o Sudão do Sul com o Sudão do Norte e outros³⁷; *no darwinismo internacional* – esta teoria assume que, pelo facto das sociedades progredirem pela competição e selecção, a guerra é pregada como uma nobre forma de vida, sendo que a luta ideológica adopta como a causa da guerra³⁸; *no erro de percepção* – esta teoria dá ênfase devido ao avanço tecnológico registado nos últimos tempos, pelo que a cenografia, ocupa hoje, espaço relevante nas preocupações da ciência política, na medida em que são usadas técnicas para a implantação da imagem desejada pelos líderes, pelas instituições políticas e pelos Estados nas relações internacionais³⁹. Assim, com o objectivo de denegrir a imagem do adversário político em benefício próprio, é utilizada a estratégia indirecta; *na competição armamentista* – no âmbito das rivalidades que vigorou entre as duas superpotências, EUA e URSS, após a Segunda Guerra Mundial, esta teoria é relacionada quer

³³ MOREIRA, 2011, loc. cit.

³⁴ Ibid., p. 255.

³⁵ MOREIRA, 2011, loc. cit.

³⁶ MOREIRA, 2011, loc. cit.

³⁷ Ibid., p. 256-257.

³⁸ Ibid., 257.

³⁹ Ibid., p. 258.

na estabilidade pelo medo recíproco como no desenvolvimento das armas estratégicas e das capacidades de desenvolver a guerra química⁴⁰, pelo que vieram aumentar os riscos da guerra por simples erro humano ou deficiência técnica. Entretanto, convém ressaltar que, devido ao aumento do risco, como das incidências orçamentais, tem-se verificado o desenvolvimento de teorias internacionais de controlo de armamentos⁴¹; *na fuga para a frente* – esta teoria vem responder o intencional uso do conflito externo para responder problemas internos⁴², isto é, em função de vários problemas internos existentes em vários Estados, outros Estados tendem a interferir para a resolução destes problemas. Contudo, a análise estatística não comprova esta causa senão como uma manifestação ocasional por ser rara a coincidência entre um conflito interno e uma guerra externa⁴³, pelo que parece mais frequente que um conflito interno atraia a intervenção externa e que desta resulte o conflito; *no instinto de agressão* – nesta teoria, com maior ênfase está Lorenz considerando que “a falta que os homens têm das armas naturais, tem como consequência quer um moderado nível de inibição, como o uso das capacidades intelectuais para desenvolver armas artificiais”⁴⁴. Porém, convém ressaltar que, os cientistas sociais são apontados como não encontrarem explicação do instinto individual em movimento político que sustente e racionalize o uso da guerra⁴⁵; *nos ciclos da guerra e da paz* – dos vários estudos quantitativos já elaborados, duas hipóteses fazem menção a esta teoria, nomeadamente os ciclos à memória dos sofrimentos da guerra – apela para modelos psicológicos e consideram que o recurso à violência reaparece quando se apagam os sofrimentos da memória – e o ciclo da substituição das lideranças políticas, pelo que cada geração de dirigentes tem a sua guerra⁴⁶; *no complexo militar-industrial* – nesta teoria, independentemente do tipo de ideologia que os Estados venham a implementar em seus territórios, capitalismo ou socialismo não há distinção quanto o seu uso⁴⁷, sendo que a tese é sustentada na medida em que poderosos grupos cujas carreiras estão ligadas às despesas militares, exercem a sua influência para criar, manter e a gravar tensões; *no malthusianismo* – segundo o Concílio Vaticano II, à semelhança da estrutura colonial, os conflitos religiosos, culturais, étnicos e os efeitos secundários da competição entre os blocos das potências, a questão demográfica aparece como uma das mais críticas na relação Norte-Sul⁴⁸, pelo que a

⁴⁰ MOREIRA, 2011, loc. cit.

⁴¹ Para mais detalhes sobre os acordos de controlo de armamento, cf., MOREIRA, 2011, p. 259.

⁴² Ibid., p. 260.

⁴³ MOREIRA, 2011, loc. cit.

⁴⁴ LORENZ apud MOREIRA, 2011, loc. cit. 260.

⁴⁵ Ibid., p. 261.

⁴⁶ MOREIRA, 2011, loc. cit.

⁴⁷ Ibid., p. 262.

⁴⁸ Ibid., p. 263.

análise política do problema salienta pela necessidade do controlo do crescimento da população, na medida em que, baseada na teoria de Malthus, “a população cresce em progressão geométrica e os recursos alimentares em progressão aritmética”, esse crescimento vem produzindo uma ameaça de fome e uma necessidade de reajustamento. Desta feita, a guerra encontra aqui a justificação para que seja o regulador dos excedentes⁴⁹.

Desta feita, Waltz considera três imagens das relações internacionais, segundo as quais é usual procurar analisar as causas da guerra. Sendo que no primeiro caso, é possível encontrar as causas da guerra na natureza e comportamento humano; no segundo caso, em que encontramos como defensores desta imagem os liberais - acreditam que as democracias são mais pacíficas do que as ditaduras – como os marxistas-leninistas – acreditam que os estados capitalistas fomentam a guerra, enquanto o socialismo conduz à paz. Ambos procuram explicações para a guerra na estrutura interna dos Estados; já o terceiro caso é considerado como uma deficiência no sistema de Estados que tornam necessário que cada Estado prossiga os seus próprios interesses e ambições e que aja como juiz em causa própria sempre que se envolve em disputas com outros Estados⁵⁰. Entretanto, estas três imagens, aqui citadas, tornam os conflitos inevitáveis e recorrentes, ao mesmo tempo que a expectativa da guerra se transforma num traço normal do sistema de Estados.

Ressalta-se que, para Dougherty e Pfaltzgraff, a causalidade da guerra internacional está provavelmente relacionada com “a causalidade de outras formas de conflito social e político, incluindo a guerra civil, a revolução e a guerrilha”⁵¹.

Portanto, até ao momento não conhecemos as causas da guerra, ou se as conhecemos não são consensuais. Ademais, para alcançar uma teoria integrada e abrangente, será provavelmente necessário ir buscar contribuições à biologia, à psicologia e à psicologia social, à antropologia, à história, à ciência política, à economia, à geografia, às teorias da comunicação, da organização, dos jogos, da tomada de decisões, da estratégia militar, da integração funcional, dos sistemas, à filosofia, a teologia e à religião. Sendo assim, é impossível

⁴⁹ Convém ressaltar que, Malthus antevia os cataclismos, as Guerras e as fomes como eliminadores do excesso de seres vivos em relação à capacidade de os manter. Cf., MALTHUS apud MOREIRA, 2011, p. 263-264.

⁵⁰ WALTZ apud DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, op. cit., p. 244.

⁵¹ DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, ibid., p. 245.

identificar uma causa única para os conflitos e guerras. Essas causas não são só múltiplas como não têm deixado de se multiplicar ao longo da história⁵².

1.3. *Gestão e Resolução de Conflitos Internacionais*

No âmbito das várias formas de gestão de conflitos, os efeitos da aplicação da inovação tecnológica dos contextos conflituais – os planos estratégico e militar – aceleraram o processo regressivo ao tornarem os efeitos da conflitualidade violenta progressivamente inoportáveis para as economias e inaceitáveis para as populações e para os próprios governos.

De salientar que, no passado, quatro séculos antes de Cristo, Sun Tzu, considerava que o maior triunfo consistia em vencer o inimigo sem o combater. Mais tarde, século XIX, Clausewitz, a luz do ponto de vista de Reynolds⁵³, recomendava o exercício da contenção quanto ao uso da violência, e a subordinação da opção pela guerra aos resultados desse cálculo, advertindo para o facto de que qualquer guerra não tem em si os elementos para uma decisão completa e uma solução final⁵⁴.

Desta feita, embora se deve admitir situações conjunturais aquando da abordagem das diferentes formas de resolução de conflitos e sendo necessário recorrer a instrumentos e técnicas de gestão de conflitos, a condição sinequano para a resolução de um conflito é a existência de vontade política nesse sentido. Identicamente, é verificada um outro conjunto de situações de gestão de conflitos, nomeadamente o factor negocial, o elemento negocial ou a moeda de troca.⁵⁵

Ressalta-se que, há uma necessidade de se distinguir gestão de conflito de resolução de conflitos. Assim, a gestão de conflitos tem como objectivo evitar situações de violência extrema, manter as eventuais manifestações de hostilidade dentro de limites controláveis, ou estabelecer um grau de conflitualidade compatível com os interesses de, pelo menos, uma das partes, durante um período transitório.⁵⁶ Constituem técnicas instrumentais de gestão de

⁵² Ibid., p.242.

⁵³ Cf. REYNOLDS apud SANTOS, Victor Marques – Teoria das Relações Internacionais : Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, p. 193. De referir que, Reynolds considerava que o cálculo de custos/benefícios relativo ao uso da força é mais difícil de formular do que para qualquer outro dos instrumentos da política e [que] as consequências do erro são geralmente fatais.

⁵⁴ CLAUSEWITZ apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 193.

⁵⁵ Ibid., p. 194.

⁵⁶ Ibid., p. 195.

conflito, designadamente o equilíbrio de poderes e o equilíbrio do terror⁵⁷. Estas podem ser aplicadas ao longo de períodos mais ou menos extensos tal como sucedeu durante a Guerra Fria, a coexistência pacífica e a détente, durante as quais, as relações entre os adversários podem melhorar ou deteriorar-se progressivamente, ocorrendo manifestações mais ou menos frequentes de conflitualidade violenta dentro de limites controlados.

Quando isso ocorre, “a gestão conflitual pode recorrer a processos de cessar-fogo ou do estabelecimento de acordos de tréguas sem, no entanto, procurar resolver definitivamente o conflito, ou seja, sem ter como objectivo alcançar uma situação de paz negociada”⁵⁸.

Assim, no âmbito do conceito de resolução de conflitos, ela busca a identificação e análise das suas causas para que sejam elaboradas soluções. Em termos dos instrumentos e das técnicas utilizadas, as formas de resolução de conflito, podem ser associativas ou integradoras, e dissociativas⁵⁹. Estas soluções pressupõem uma reavaliação de posições e de perspectivas que permitam às partes em confronto, a perceção da possibilidade e da capacidade de realização dos seus interesses e de concretização dos seus objectivos próprios, através de processos não violentos e de formas não conflituais de relação que inclui a revisão do próprio tipo de relacionamento⁶⁰.

Também, quando abordamos em Relações Internacionais a questão sobre gestão e resolução de conflitos, é colocada a diferença entre resolução de conflitos e a decisão ou compromisso sobre conflitos, sendo esta última, considerada como um tipo específico de resolução. Assim, a decisão ou compromisso sobre conflito é utilizada para caracterizar a acção política desenvolvida no sentido de decidir, determinar ou alcançar um acordo ou compromisso negociado e ordenado sobre a questão subjacente à manifestação conflitual. Então ela vem constituir uma expressão aplicável a um conjunto de práticas diplomáticas envolvendo instrumentos, técnicas e tácticas negociais específicas inseridas em estratégias políticas que têm como finalidade terminar a situação de conflito.

Neste sentido, o compromisso pressupõe uma aceitação prévia e comum entre as partes, envolvendo negociações e cedências mútuas, mas não necessariamente equilibradas. Desta feita, cada parte deverá ter uma percepção clara das cedências que se dispõe a fazer, o qual

⁵⁷ SANTOS, 2009, loc. Cit.

⁵⁸ Ibid., p. 195

⁵⁹ EVANS; NEWNHAM e NORTH apud SANTOS, 2009, ibid., p. 196.

⁶⁰ SANTOS, 2009, loc. cit.

pode, no entanto sofrer alterações no decorrer das negociações perante a evolução da situação conflitual no terreno ou da situação interna das parte envolvidas. Com efeito, traduzindo-se numa alteração de perspectivas sobre o relacionamento pode conduzir a este tipo específico de resolução que é o compromisso, frequentemente alcançado através da negociação, da mediação, da decisão judicial derivada do recurso a instâncias jurídicas e da arbitragem⁶¹.

1.4. Instrumentos Políticos e Jurídicos de Resolução Pacífica de Conflitos Internacionais

Existe diferença entre conflitos políticos internacionais – originados pela existência de interesses antagónicos ou incompatíveis sobre uma questão ou sector de relacionamento que não existe uma normatividade jurídica positiva – e conflitos jurídicos internacionais – resultam de uma divergência contenciosa sobre a interpretação de regras ou normas relativas a um sector de relacionamento⁶². Esta diferença torna-se mais nítida a partir da análise dos instrumentos utilizados na respectiva resolução do que pelo enquadramento político ou jurídico em que o contencioso se verifica, como também, é ressaltado que, existe uma correspondência entre o tipo de conflito e os instrumentos pacíficos adequados à respectiva resolução. Igualmente, a que referir que, na diferenciação entre conflitos políticos e conflitos jurídicos, há que incluir os processos de gestão e de resolução pacífica. Sendo que, um conflito político pode ser solucionado de comum acordo, através do recurso à jurisprudência, à doutrina, ao costume, ou a precedentes da aplicação do direito internacional. Por sua vez, um conflito jurídico pode ser solucionado fora do quadro jurisdicional, desde que se verifique consenso, interesse ou conveniência mutuamente reconhecida e vontade política entre as partes interessadas.⁶³

Nestes termos, os instrumentos da política externa dos Estados que são considerados para resolução de conflitos distinguem os instrumentos pacíficos – utilizados no âmbito do exercício da influência persuasiva ou indutiva e destas incluem-se entre os instrumentos políticos, designadamente os bons ofícios, a mediação, o inquérito, a conciliação, a diplomacia e a negociação; e entre os instrumentos jurídicos que são resultantes dos recursos processuais derivados do exercício do direito de reclamação internacional, nomeadamente as soluções decorrentes de decisões arbitrais e de sentenças ou soluções judiciais⁶⁴ – e

⁶¹ *Ibid.*, p. 196-197.

⁶² SANTOS, 2009, *loc. cit.*

⁶³ *Ibid.*, p. 201.

⁶⁴ De referir que, na abordagem de DINH e DAILLIER, os instrumentos políticos enquadram-se na categoria de resolução não jurisdicional dos conflitos e os instrumentos jurídicos estão na categoria de resolução jurisdicional dos conflitos. Cf. DINH,

instrumentos violentos – utilizados no âmbito do exercício da imposição coerciva de um comportamento determinado através do uso da força ou da ameaça da sua utilização, ou ainda pelo constrangimento através da aplicação e desenvolvimento de acções agressivas de intensidade variável, nomeadamente a intervenção e o bloqueio económico, o boicote, o embargo e as sanções económicas, a acção clandestina, a subversão, a propaganda ao terrorismo, a desinformação e a intervenção militar limitada ou de baixa intensidade⁶⁵.

De referir que, tanto os instrumentos pacíficos como os violentos, a aplicabilidade instrumental poderá ser simultânea e integrada, paralela, sequencial e diacrónica, de intensidade variável, de gradualidade controlada e de efeitos interactivos. Mais, dentro de determinados limites de utilização em circunstâncias em que os instrumentos pacíficos se revelem insuficientes para induzir as alterações comportamentais desejadas, mas onde a baixa intensidade, prioridade ou valor relativo dos interesses em causa permitem o recurso à violência sem envolver aspectos de escalada conflitual.

Entretanto, actualmente é verificada – devido ao desenvolvimento político-estratégico paralelo de linhas de acção interactivas e sequenciais, a diversidade dos interesses circunstanciais e dos contextos geopolíticos de aplicação, bem como a variedade instrumental – a simultaneidade do emprego de instrumentos pacíficos e violentos.

Ressalva-se que, no nosso estudo, dedicaremos atenção apenas aos instrumentos pacíficos de resolução de conflitos e estes, só no âmbito dos procedimentos políticos. Sendo que os demais não são objectos do nosso estudo⁶⁶.

É prática às partes em conflito apelar a outros Estados ou aos órgãos de organizações internacionais intervenção, na esperança de facilitar uma negociação de paz. “Desta feita, o recurso a terceiros não visa somente facilitar a própria negociação. Pode igualmente ter por objecto acalmar a tensão ou preparar as condições de abertura desta negociação ou ainda garantir o respeito da solução negocial.”⁶⁷

- Bons ofícios e Mediação

Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain – Direito Internacional Público. 2ª Edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 843-852.

⁶⁵ HOLSTI; PELLET apud SANTOS, 2009, op. cit., p. 202-203.

⁶⁶ Para informação mais detalhada sobre a temática, cf. DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; Alain PELLET, 2003, op. cit., p. 884-930.

⁶⁷ Ibid., p. 849.

Estas duas formas foram codificadas pelas convenções da Haia de 29 de Julho de 1899, e de 18 de Outubro de 1907. Segundo a sua natureza, os bons ofícios, indicam a intervenção de uma terceira potência que decide oferecer a sua mediação para fazer cessar um litígio entre dois Estados ou que é convidada a fazê-lo por um ou os dois Estados em conflito. Para tal, o Estado terceiro, utilizara a sua influência moral ou política para estabelecer o contacto entre as partes e assim, facilitar a organização material da negociação⁶⁸. Entretanto, a sua tarefa termina logo que os adversários aceitam encontrar-se e encetarem a negociação.

Por sua vez, a mediação destina-se em primeiro lugar como os bons ofícios – juntar os protagonistas de um conflito – mas não se limita a isso, propondo as bases da negociação, como intervém no desenrolar da negociação para favorecer uma reaproximação de pontos de vista dos interessados sem procurar impor uma solução. Salieta-se que, ambas podem ser confiadas a um terceiro Estado, uma Organização Internacional, Governamental ou não Governamental ou ainda a uma Personalidade de reconhecido prestígio internacional. Entretanto, quer os bons ofícios, como a mediação impuseram-se na prática porque respeitam muito as soberanias estatais em conflito.⁶⁹

Ainda no âmbito da mediação, o perfil do paradigma da terceira entidade é controverso com uma clara dicotomia entre aqueles que veem as terceiras entidades como atribuidores ou distribuidores selectivos de poder – o mediador requer alguma capacidade de exercício de pressão ou alavancagem – e aqueles que os veem como persuasores – a conciliação de posições é alcançada pela facilitação e pela utilização de métodos não coercivos. Em ambos os casos, o sucesso dos esforços da entidade mediadora é frequentemente uma questão de tempo⁷⁰.

No que tange a diversidade sobre as características comuns dos processos de mediação, Kleiboer apresenta quatro modelos de mediação, designadamente, o de atribuição ou distribuição selectiva de poder (power brokerage), o de resolução de problemas políticos, o de dominação e o de reestruturação de relacionamentos, correspondendo respectivamente, às abordagens, realista, comunicacional pluralista, estruturalista e das teorias críticas⁷¹. Entretanto, ressalta-se que, apesar de a mediação ser considerada como um instrumento político formal de resolução de conflitos internacionais, também verifica-se o

⁶⁸ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; Alain PELLET, 2003, loc. Cit.

⁶⁹ Ibid., p. 849-850.

⁷⁰ EVANS; NEWHAM, apud SANTOS, 2009, op. cit., p.239.

⁷¹ KLEIBOER, Marieke, apud, SANTOS, 2009, ibid., p.239.

desenvolvimento frequente de uma mediação informal. Mais, registam-se uma crescente actividade de organizações de base religiosa e que actuam na mediação de conflitos mesmo não sendo religiosos. Assim sendo, resume-se que, o crescente recurso à mediação tem contribuído para a teorização das respectivas políticas, bem como para uma tipificação dos modos de actuação do mediador e para a evolução quantitativa das técnicas inerentes.

- Inquérito

O inquérito, tal como os bons ofícios e a mediação, é um processo facultativo, quer na sua iniciativa quer no seu alcance. Assim, a comissão de inquérito é constituída através de um acordo entre as partes em litígio que definirá a missão a ser confiada. O relatório a ser apresentado pela comissão não tem qualquer carácter obrigatório, sendo que, as partes permanecem inteiramente livres quanto à sequência a dar-lhes. Mais, a comissão limita-se a estabelecer os factos, sem no entanto tirar a mínima conclusão. Desta feita, essas características fazem dela um instrumento insuficiente como meio de resolução de conflito, sendo, deste modo, complementar dos processos de negociação ou da resolução jurisdicional ou arbitral.⁷² Igualmente, a instituição do inquérito está condicionada por limites que afectam a sua eficácia e utilidade⁷³.

- Conciliação

A conciliação consiste “em fazer examinar um diferendo por um órgão, pré-constituído ou aceite pelas partes por ocasião de um litígio que lhes fará propostas tendo em vista uma justa solução”⁷⁴. As suas comissões procedem a um exame de factos, mas devem igualmente estudar o litígio em todos os seus aspectos para poderem elaborar uma solução. De referir que, a conciliação assenta sempre sobre um acordo e não se impondo aos Estados, senão em consequência de um compromisso convencional⁷⁵.

- Diplomacia

A diplomacia constitui uma “tentativa permanente de garantir a cooperação internacional relativamente às posições de um Estado, modificada na medida do necessário pela sucessão quotidiana dos factos internacionais”⁷⁶.

⁷² De referir que, para que o inquérito permaneça credível, deve ter lugar após os acontecimentos contestados.

⁷³ DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; Alain PELLET, 2003, op. cit., p. 851.

⁷⁴ Ibid., p. 853.

⁷⁵ Ibid., p. 852-853.

⁷⁶ Northedge, apud SANTOS, 2009, op. cit., p. 221.

Morgenthau considera a diplomacia como sendo “a formação e a execução da política externa a todos os níveis tendo como objectivo primário a promoção do interesse nacional por meios pacíficos”⁷⁷. Desta feita são apresentadas quatro funções da diplomacia, designadamente a determinação dos objectivos perante os recursos disponíveis, potenciais e efectivos de um Estado; a avaliação dos objectivos dos outros Estados perante os respectivos recursos disponíveis, potenciais e efectivos; a avaliação do grau de compatibilidade entre os objectivos dos Estados; e, o emprego dos meios necessários à concretização desses objectivos, sob pena de se comprometer o sucesso da política externa.

De referir que, Moreira considera a diplomacia como o mais importante instrumento da Política Internacional⁷⁸.

Por sua vez, Berridge acentua a prevalência do diálogo negocial sobre outros meios utilizados pela diplomacia e define-a como sendo a “condução de relações internacionais pela negociação em vez da força, da propaganda, ou do recurso ao direito e por outros meios pacíficos que são directa ou indirectamente concebidos para promoverem a negociação”⁷⁹. Nestes termos, a diplomacia é muitas vezes confundida tanto com política externa como com a negociação cuja função primária é a gestão ou resolução pacífica de conflitos internacionais, na medida em que, tal como a negociação, a diplomacia se refere a uma funcionalidade instrumental utilizada para a concretização daquela finalidade específica. Relativamente aos meios a disposição da diplomacia são três, nomeadamente “a persuasão, compromisso e ameaça do uso da força”⁸⁰. Portanto, a diplomacia corresponde às “negociações entre entidades políticas que reconhecem mutuamente a respectiva independência”⁸¹.

- Negociação

O recurso à negociação como instrumento político de resolução pacífica de conflitos internacionais é justificado dada a complexificação da sociedade internacional, da inviabilização das hegemónias, dos isolamentos, das interdependências crescentes e das limitadas capacidades de solução efectiva das problemáticas comuns globalizantes⁸². Desta feita, a natureza processual da negociação envolve o contacto, a comunicação, a informação e a dinâmica relacional interactiva.

⁷⁷ MORGENTHAU apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 222.

⁷⁸ MOREIRA, 2011, *op. cit.*, p. 85.

⁷⁹ BERRIDGE, apud SANTOS, 2009, *op. cit.*, p. 227.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 223.

⁸¹ WATSON apud JONSSON apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 221.

⁸² *Ibid.*, p. 229.

Mais, “independentemente dos resultados obtidos, o esforço negocial desenvolvido representa sempre um processo de aprendizagem recíproco, um acréscimo de experiência, de informação e de conhecimento mútuo, designadamente sobre as causas, as posições, as motivações, as intenções e o empenhamento dos actores envolvidos, traduzindo-se sempre em futura capacidade potencial e nunca em esforço perdido”⁸³.

Para o nosso estudo, interessa analisar o conceito de negociação como um instrumento fundamental no plano da resolução pacífica de conflitos. Assim, a negociação será entendida como

“Um meio para manter o contacto com o opositor e estabelecer um hábito de comunicação, que pode tornar-se útil no caso de crises ou de emergências. Além disso, pode servir como um substituto para a acção violenta (...). [A] informação obtida no processo de negociação é, por vezes, mais importante do que a resolução das questões. O lado negativo é que nas negociações podem ser potenciadas com propósitos de decepção, por exemplo, para ganhar tempo para preparar o futuro uso da força”⁸⁴.

Desta feita são identificadas três fases fundamentais no processo negocial, designadamente a fase de diagnóstico ou pré-negociação, a fase de formulação ou definição de soluções e, a fase dos detalhes ou da elaboração de acordos⁸⁵.

De referir ainda que, os aspectos formais da negociação e as regras de protocolo adquirem importância fundamental, designadamente a escolha do local, o idioma escolhido, à questão das precedências, a forma da mesa das negociações, a capacidade negocial, o grau de confidencialidade, a importância da problemática a solucionar e o prestígio dos Estados participantes no contexto de uma negociação internacional⁸⁶.

Entretanto, durante o período de negociação, o contexto, as condições e as problemáticas a solucionar evoluem, devendo o período pré-negocial ser aproveitado para uma preparação que assegure resultados positivos no fim do processo. Contudo, um dos perigos nesta fase é o de que os instrumentos de pressão exercido seja desadequado originando uma nova questão a ser resolvida, antes mesmo da problemática de fundo ser percebida como objecto de

⁸³ RICHELIEU, apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 229.

⁸⁴ SONSSON, apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 230.

⁸⁵ ZARTMAN; BERMAN, apud SANTOS, 2009, *ibid.*, p. 231.

⁸⁶ De referir que, o valor simbólico da escolha do local pode conter elementos de significado político-estratégico inaceitável. Ao nível do idioma escolhido, deve assegurar a maior clareza possível na comunicação entre os negociadores, no sentido de se evitarem dúvidas de interpretação.

negociação e, assim, produzindo um efeito contrário. Um outro problema, uma vez apercebida a vantagem de negociar, as outras partes elevam os seus níveis de exigência e de expectativa em termos dos resultados do processo. Mais, ainda nesta fase, deverá ser evitada a formulação de propostas concretas e específicas que podem contribuir numa limitação do processo, ou das perspectivas de solução que possam surgir perante a evolução do contexto, ou ainda em resultado das interacções entre as partes empregadas.⁸⁷

Portanto, dentre os vários instrumentos políticos de resolução pacífica de conflitos, reactivamente a liberdade de opção de uma delas, segundo “o direito internacional geral não estatui a obrigação para os Estados de fazerem uso de uma modalidade de resolução pacífica em detrimento de qualquer outra”⁸⁸. Mais, à luz do número 1 do artigo 33º da Carta da ONU,

As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha.⁸⁹

Contudo, as partes podem perder a sua liberdade de escolha pela via convencional a submeter-se a um procedimento determinado de resolução⁹⁰.

1.5. O Papel da Comunidade Internacional e Regional para a Prevenção e Gestão de Conflitos em África

A solução pacífica dos conflitos internacionais foi consagrada em diversos tratados. Em âmbito internacional, podem ser mencionados a Carta da ONU, em 1945, e o Pacto de Paris ou Briand-Kellogg, em 1928, na época da Sociedade das Nações.

A dinâmica de conflitos no sistema internacional extrapola a oferta de envolvimento pelos Estados. Desta feita, há uma crescente actuação das organizações internacionais, regionais e até mesmo organizações não-governamentais para implementação de mecanismos e procedimentos para a resolução de conflitos. Sendo que, as motivações destas organizações são mais complexas do que as motivações dos Estados, muitas possuem a promoção da paz

⁸⁷ SANTOS, 2009, op. cit., p. 233.

⁸⁸ DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, op. cit., p. 838.

⁸⁹ CNU – Carta das Nações Unidas [Em linha]. São Francisco: Assembleia Geral da ONU, 1945. [Consult. 6 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm.

⁹⁰ DINH; DAILLIER; PELLET, 2003, op. cit., p. 839.

como objectivo principal, mas outras, são sujeitas à configuração dos interesses de seus Estados membros⁹¹.

Ao nível das organizações internacionais na implementação de mecanismos e procedimentos para a resolução de conflitos, a ONU é a mais activa da qual traz o comprometimento em promover a solução pacífica de controvérsias expressos em seu artigo 1º e no seu capítulo VI⁹². De referir que, no período pós-Guerra Fria houve um aumento em torno da mediação e do gerenciamento de conflitos por parte da ONU, quando, antes deste período, se tinha verificado uma paralisação, estando mais restrita a mediações de conflitos isolados e no monitoramento do cessar-fogo e separação de partes beligerantes⁹³.

A partir da década de 50, o continente africano ficou marcado por um historial de instabilidade e um crescente número de violência dos conflitos, bem como pelo colapso de diversas economias africanas. Esta situação foi agravada pela perda de interesse estratégico de África após o fim da Guerra Fria. Neste período, ressaltam um conjunto de guerras intra-estatais, em que as suas causas assentam numa mistura complexa de factores religiosos, sociais, económicos e políticos, essencialmente de índole interna, que estão directa ou indirectamente relacionadas com a incapacidade dos Estados africanos assegurarem as suas principais funções de desenvolvimento, bem-estar e segurança das suas populações⁹⁴.

Desta, quer ao nível do continente africano, como no contexto internacional, os aspectos de segurança e defesa, nos últimos anos, passaram a ter um maior relevo no âmbito das políticas e estratégicas. Assim, das acções realizadas no continente africano, verificou-se que o lançamento da NEPAD⁹⁵, em 2001, a constituição da UA, em 2002, representaram marcos importantes relativamente a vontade crescente dos líderes africanos para assumirem a responsabilidade primária na resolução dos problemas que assolam o continente africano e que afectam a sua estabilidade e segurança⁹⁶. Ressalta-se aqui o instrumento mais importante

⁹¹ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – Resolução de Conflitos e Resoluções Internacionais. Certificação Digital [Em linha]. Rio de Janeiro, nº 0710394/CB, p. 1-39. [Consult. 6 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/15382/15382_3.PDF.

⁹² CNU – Carta das Nações Unidas, loc. cit.

⁹³ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 40.

⁹⁴ RIBEIRO, Edgar Marcos de Bastos – O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África. Cadernos Navais. Lisboa. Edições Culturais da Marinha, nº 35 (2010), p. 47.

⁹⁵ Para mais informações sobre a NEPAD, cf. ÓRGÃO TÉCNICO DA UNIÃO AFRICANA - NEPAD [Em linha]. 2010. [Consult. 4 Mar. 2014]. Em arquivo desde 2010. Disponível na WWW:<URL:http://www.microsofttranslator.com/bv.aspx?from=en&to=pt&a=http%3A%2F%2Fwww.nepad.org%2Fabout.

⁹⁶ Ribeiro, 2010, op. cit., p. 48.

da UA para a prevenção, gestão e resolução de conflitos e construção do pós-conflito, designadamente a Arquitectura de Paz e Segurança Africana estabelecida em 2002⁹⁷.

No contexto internacional África entra novamente nas agendas internacionais, na década de 90, devido as catástrofes humanitárias provocadas por muitos dos conflitos e a percepção das implicações destes para a segurança global só desde 1991, houve mais de 50 intervenções em África pela Comunidade Internacional ou pelas Organizações Africanas.⁹⁸ Sendo a UE o maior contribuinte de ajuda ao desenvolvimento do continente africano, a Cimeira do Cairo, em 2000 marcou o início de um diálogo político mais estruturado entre a EU e África⁹⁹. Neste âmbito, a UE estabeleceu conceitos, desenvolveu planos de acção e criou mecanismos de financiamento destinados a apoiar o desenvolvimento das capacidades da Arquitectura de Paz e Segurança Africana para a prevenção, gestão e resolução de conflitos em África¹⁰⁰.

De referir que, com o objectivo de garantir a estabilidade em África, em 1964, os Estados africanos decidiram estabelecer o princípio da inviolabilidade das suas fronteiras¹⁰¹, o que contribuiu para a redução dos conflitos inter-estatais, mas por outro lado, cresceram os conflitos internos após os processos de independência.

Mesmo com a criação da OUA, em 1963, os princípios de igualdade das soberanias não interferência nos assuntos internos dos outros Estados Membros e resolução pacífica dos conflitos, constantes na sua carta não permitiram que se criassem condições políticas para a institucionalização de um mecanismo continental de segurança. Relativamente a políticas de segurança, muito pouco foi feito e a maioria das acções da OUA limitaram-se a intervenções *ad hoc*, focadas em missões de monitorização de cessar-fogo pouco complexas. Todavia, a marginalização estratégica de África, a complexidade e a violência crescente dos conflitos, na década de 90, levaram os Estados africanos a tomarem consciência de que teriam que assumir a responsabilidade da resolução dos seus próprios problemas.¹⁰²

Desta feita, na sequência da Declaração do Cairo – garantir a antecipação e prevenção de conflitos e quando ocorrer, empreender acções para facilitar a sua resolução com o objectivo

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibid., p. 7.

⁹⁹ Ibid., p 7-8.

¹⁰⁰ Ibid., p. 8.

¹⁰¹ UNIÃO AFRICANA – Relatório da Comissão sobre a Implementação do Programa de Fronteiras da União Africana. Conselho Consultivo [Em linha]. Adis Abeba, nº 459 (2009), p. 1-17. [Consult. 4 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.http://www.peaceau.org/uploads/ex-cl-459-xiv-p.pdf.

¹⁰² RIBEIRO, 2010, op. cit., p. 9-10.

de no longo prazo obter uma paz auto-sustentável, boa governação e Estado de direito – a OUA foi uma das primeiras Organizações a interiorizar esta nova realidade criando, em 1993, o Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos. Contudo, da análise feita, o Órgão Central deste mecanismo revelou-se politicamente inoperante e incapaz de lançar operações de apoio à paz de forma concertada.¹⁰³

De referir que, “a OUA e o órgão Central falharam na construção de uma paz e segurança duradoura por esclerose política e anemia operacional”¹⁰⁴. Este facto resulta das poucas acções de apoio à paz em que a OUA tenha participado.

Com a substituição da OUA para UA, o seu Acto Constitutivo, adoptado na Cimeira de Lomé, em 2002¹⁰⁵, introduziu profundas alterações no domínio da paz e segurança, com realce a possibilidade de uma intervenção da UA em caso de ocorrência de circunstâncias graves, como crimes de guerra, genocídios e crimes contra a humanidade, ou em caso de pedido de um Estado Membro para restaurar a paz e segurança. Com essas alterações os líderes africanos, embora a existência dos princípios da igualdade das soberanias e da não interferência nos assuntos internos dos Estados Membros, pretenderam seguir uma atitude mais preventiva e coerciva, baseada no princípio da não indiferença aos assuntos de (in) segurança humana¹⁰⁶.

Entretanto, à luz do Acto Constitutivo da UA, os primeiros passos foram dados na primeira Cimeira de Chefes de Estados da Organização reunida, em Durban, em 2002, com a adopção de um protocolo que visava a criação de uma Arquitectura de Paz e Segurança Africana, com estruturas e mecanismos que permitam assegurar um maior envolvimento africano nas questões relacionadas com a paz e segurança no continente africano¹⁰⁷.

Assim, o Órgão central da Arquitectura de paz e Segurança Africana, o Conselho de Paz e Segurança¹⁰⁸, constitui-se como o órgão de decisão para a prevenção, gestão e resolução de conflitos tendo a capacidade de aviso antecipado de situações de conflito e meios de resposta

¹⁰³ Ibid., p. 10.

¹⁰⁴ ABOAGYE, apud RIBEIRO, 2010, *ibid.*, p. 13.

¹⁰⁵ Para mais informações sobre a UA e sobre a Cimeira de Lomé, cf., UNIÃO AFRICANA – Cimeira de Lomé [Em linha] 2014. [Consult. 3 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt.

¹⁰⁶ Ribeiro, Edgar Marcos de Bastos, 2010, *loc. cit.*

¹⁰⁷ Ibid., p. 14.

¹⁰⁸ Para mais informações sobre o Conselho de Paz e Segurança, enquanto Órgão Central da Arquitectura de paz e Segurança Africana, cf., ESCOSTEGUY, Pedro – A Nova Arquitectura Africana de Paz e Segurança [Em linha]. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, (2011), p. 1-200. [Consult. 3 Mar. 2004]. Disponível na WWW:<URL:http://www.funag.gov.br/loja/download/847Nova_arquitetura_africana_de_paz_e_seguranca_A.pdf.

rápida e eficiente a essas situações que se envolvem ao nível regional em cinco regiões africanas, nomeadamente a África Ocidental; o Sul de África; a África Oriental; o Norte de África e o Centro de África. Além disso, foram implementados o Painel de Sábios, o Comité de Estado-Maior Militar e criado um Fundo para a paz. De salientar que, o primeiro aconselha o Órgão Central sobre todos os assuntos relacionados com a promoção e manutenção da paz, segurança e estabilidade em África e está constituído por cinco personalidades africanas de variados segmentos da sociedade. O segundo é constituído pelos Chefes de Estado-Maior da Defesa dos Estados membros, ou seus representantes e têm como principal objectivo o aconselhamento militar do Órgão Central em questões relacionadas com os requisitos militares e de segurança no âmbito da paz e segurança em África. Já o terceiro destina-se a financiar as operações de apoio à paz e outras actividades operacionais, sendo constituído a partir do orçamento da UA e de contribuições dos Estados africanos e de outras entidades.¹⁰⁹

De ressaltar que, para além de todo esse empenho, a UA tem ainda focado a sua atenção no desenvolvimento do normativo necessário para edificar e operacionalizar o seu protocolo relativamente a Arquitectura de Paz e Segurança Africana, designadamente na aprovação, em 2004, da Política de Segurança e Defesa Comum Africana – tem uma visão de resposta colectiva a ameaças externas e internas para África – como, à implementação dos órgãos e mecanismos, continentais e regionais de defesa e segurança comum.

Ainda no âmbito das profundas transformações no domínio da paz e segurança, relativamente ao Acto Constitutivo da UA, surge a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África e o Mecanismo de Revisão pelos pares Africanos lançados, em 2001, pelos líderes africanos, constituindo um programa orientador da renovação social e económica de África e uma referência holística para uma parceria construtiva entre África e a Comunidade Internacional, consubstanciando a vontade do continente africano de se apropriar dos processos conducentes ao seu desenvolvimento e segurança. Desta feita, a que ressaltar a importância deste programa relativamente às questões de segurança, destacando medidas para reforçar as estruturas e mecanismos de prevenção e gestão de conflitos¹¹⁰.

Em 2002 entrou em vigor o Mecanismo de Revisão por Pares Africano¹¹¹, constituindo um fórum de diálogo, persuasão e troca de experiências que permite a autoavaliação voluntária

¹⁰⁹ RIBEIRO, Edgar Marcos de Bastos, 2010, op. cit., p. 15.

¹¹⁰ Ibid., p. 16.

¹¹¹ Ibid., p. 17.

dos Estados africanos relativamente às questões políticas e económicas da governação doméstica que têm estado na base da maioria dos conflitos internos no continente africano, por formas a contribuir para a boa governação, legitimidade interna e credibilização externa dos governos africanos.¹¹²

Relativamente a actuação das Organizações Sub-regionais Africanas na esfera da prevenção e gestão de conflito, embora tenham sido criadas para responder às necessidades económicas e de desenvolvimento dos seus Estados Membros, modificaram os respectivos mandatos, na sequência dos violentos conflitos da década de 90, para que pudessem estender as suas acções a essa área. Porém, de referir que, as fraquezas estruturais, financeiras e o legado político de não ingerência nos assuntos internos dos Estados, esfriaram o desenvolvimento das capacidades africanas para fazer face a situações de crise a este nível regional. A este nível, as Organizações sub-regionais africanas com relevância na esfera da prevenção e gestão de conflito foram a ECOWAS, a SADC e a ECCAS¹¹³.

A partir de 2002 é notório o esforço e vontade política por parte da UA e dos Estados Africanos no geral no âmbito dos respectivos mecanismos para a prevenção, gestão e resolução de conflito. O processo de integração não se tem relevado fácil, pelo que não é previsível que a UA e as Organizações Sub-regionais africanas, sem o apoio internacional venham a ser totalmente capazes de responder às enormes tarefas que têm pela frente. Desta feita, a ajuda da Comunidade Internacional no âmbito da prevenção, gestão e resolução de conflitos, ressaltam às acções da UE e da ONU.

Relativamente a UE, no que se refere a cooperação com a África, até finais do século XX, foi enquadrada pelas Convenções de Yaoundé (1963-1975) e Lomé (1975-2000)¹¹⁴, que possibilitaram um modelo de relações com os países da África Subsariana, Caraíbas e Pacífico centrado no apoio ao desenvolvimento económico e social e cooperação no âmbito do comércio. A posterior, seguiu-se, em 2000, a assinatura do Acordo de Cotonou¹¹⁵ e que foi

¹¹² De referir que, este mecanismo revelou as suas potencialidades no caso do Togo, em que teve um papel fundamental na pressão para impedir a tomada inconstitucional do poder.

¹¹³ RIBEIRO, Edgar Marcos de Bastos, 2010, loc. cit.

¹¹⁴ PEREIRA, Sandra Maria de Jesus – Cooperação EU-ACP ; A Dimensão Política dos Acordos. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Dissertação de Mestrado em Economia e Estudos Europeus.

¹¹⁵ TEKERE, Moses – Dimensões Políticas do Novo Acordo de Cotonou entre os Países ACP e a União Europeia. Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento [Em linha]. Harare. Parte IV (2001), p. 3. [Consult. 3 de Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://library.fes.de/pdffiles/bueros/angola/hosting/upd12_02cotonou .pdf.

revisto, em 2005, apresentando melhorias relativamente àquelas convenções, nomeadamente a dimensão política, com especial atenção às questões de segurança.¹¹⁶

Ao nível do Conselho Europeu e da Comissão Europeia foram examinados documentos sobre conflitos em África, designadamente a Declaração e o Plano de Acção do Cairo que veio estabelecer as prioridades para o diálogo e parceria entre a UE e África¹¹⁷. De referir que, no âmbito da segurança, este plano de acção previa o apoio à boa governação e democratização dos Estados Membros, à prevenção, gestão e resolução de conflitos em África e à consolidação da Paz. Ainda, em 2001, foi aprovado um Programa Europeu para a Prevenção de Conflitos Violentos, pelo que foram criados instrumentos políticos de gestão de conflitos, designadamente o Mecanismo de Reacção Rápida. Mais, a Política Europeia de Segurança e Defesa, resultado do desenvolvimento da Política Externa de Segurança Comum, levou a que a UE passasse a assumir, de forma mais activa, as suas responsabilidades na segurança global, principalmente, em 2003, aquando da aprovação da Estratégia Europeia de Segurança.¹¹⁸ Assim, a UE, em Dezembro de 2003, aprovou a criação de um mecanismo de financiamento, denominado *África Peace Facility*, visando o apoio as operações de manutenção da paz em África, como também o desenvolvimento das capacidades da Arquitectura de Paz e Segurança Africana.

Em Novembro de 2004, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades africanas para a prevenção, gestão e resolução de conflitos e construção pós-conflitos, foram concretizados passos substantivos para apoiar a paz e segurança em África, foi aprovado o Plano de Acção para Apoio da Política Europeia de Segurança e Defesa à Paz e Segurança em África, o que no curto prazo, apresenta um conjunto de acções concretas dirigida ao apoio técnico e aconselhamento da EU e das Organizações Sub-regionais Africanas¹¹⁹.

Após a entrada definitiva, em 2005, de África na agenda internacional foram lançadas algumas iniciativas internacionais de apoio ao projecto africano¹²⁰. Em Dezembro de 2005, o

¹¹⁶ De referir que, os elementos chaves no âmbito dos acordos na dimensão política foram a boa governação, o respeito pelos direitos humanos, os princípios democráticos e o estado de direito, como também sublinha-se a necessidade das estratégias de diálogo e cooperação considerarem políticas de prevenção, gestão e resolução de conflitos, as quais se devem focar em iniciativas de reforços das capacidades regionais, sub-regionais e nacionais.

¹¹⁷ Esta Declaração foi aprovada na primeira Cimeira entre a UE e África realizada no Cairo, em 2000.

¹¹⁸ Ressalta-se que, a partir deste período, as questões sobre segurança e paz começaram a ter uma maior preponderância nas políticas da EU para África, nomeadamente no que se refere ao apoio ao processo de integração africana, à edificação das capacidades africanas para a prevenção e gestão de conflitos e, também, ao envolvimento directo em acções de apoio à paz em África.

¹¹⁹ RIBEIRO, 2010, op. cit., p. 38

¹²⁰ Ibidem.

Conselho Europeu aprovou uma Parceria Estratégica da UE para África que veio estabelecer um quadro único, coerente e abrangente, com o objectivo de reforçar a coordenação e a complementaridade de estratégia e acções das diversas entidades no âmbito da UE, reafirmando o desenvolvimento de África como uma das principais prioridades políticas.¹²¹ E em 2006 foi aprovado o Conceito Europeu para reforçar as capacidades africanas na prevenção, gestão e resolução de conflitos¹²².

Contudo, embora a UE tem evidenciado esforços nas questões de paz e segurança, pouco se tem avançado, uma vez que a parte africana tem estado mais preocupada com as questões de comércio e economia. Mais, a cooperação com África tem-se mantido com abordagens e acções diversas, nem sempre coerentes e coordenadas. Desta feita, há uma necessidade urgente de estabelecer um enquadramento global, integrado e de longo prazo para as relações com a África. Ademais, é importante que a parceria UE – África seja elevada a um novo nível estratégico, onde as duas partes estejam em igualdade.¹²³

Entretanto, a intervenção da UE em África, no âmbito da prevenção de conflito, é de reconhecer, quer por intermédio do diálogo político, quer através de inúmeras intervenções, nomeadamente no apoio financeiro, nas áreas de reconstrução pós-conflito, aqui com realce à reforma do Sector de Segurança e Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, bem como em operações de apoio à paz. No âmbito das actividades destinadas a reforçar as capacidades africanas de prevenção, gestão e resolução de conflitos e reconstrução pós-conflitos, a UE tem vindo a assumir o papel de coordenação das iniciativas bilaterais, designadamente no apoio financeiro à participação de países africanos em missões de paz no continente africano; no apoio financeiro directo às organizações regionais; e, na formação de forças africanas para tarefas de manutenção da paz e apoio a exercícios de treino a nível regional¹²⁴.

Papel preponderante e crucial, quando falamos em manutenção de paz, assume a ONU. De referir que, a ONU desde a sua criação, em 1945, tem sido frequentemente chamada para intervir em disputas para que as mesmas não se transformem em guerras ou para restaurar a paz após a guerra, sendo que um dos seus principais propósitos é o de manter a paz e a segurança a nível internacional.

¹²¹ De referir que, esta parceria identificou três vectores fundamentais de actuação, nomeadamente a boa governação, a segurança e a paz que, através de acções ao nível continental, regional e nacional, ajudará África a atingir os objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

¹²² Ribeiro, 2010, loc. cit.

¹²³ Ibid., p. 39.

¹²⁴ Ibid., p. 40.

Neste âmbito, tem sido através do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) que, vem ajudando a acabar com diversos conflitos. As operações de paz da ONU¹²⁵ são um instrumento singular e dinâmico, desenvolvido pela Organização para ajudar os países devastados por conflitos a criar as condições para alcançar uma paz permanente e duradoura. A primeira operação de paz da ONU foi estabelecida em 1948, quando o CSNU autorizou a preparação e o envio de militares da ONU para o Oriente Médio para monitorar o Acordo de Armistício entre Israel e seus vizinhos árabes. Desde então, 63 operações de paz da ONU foram criadas¹²⁶.

Ressalta-se que, ao longo do período em que decorria a Guerra Fria, os objectivos das operações de paz da ONU eram a princípio limitados à manutenção de cessar-fogo e alívio de tensões sociais, para que os esforços, em nível político, resolvessem o conflito por vias pacíficas. Estas missões consistiam em observadores militares e tropas equipadas com armamento leve, com a função de monitorar e ajudar no cessar-fogo e em acordos de paz limitados. Com o fim da Guerra Fria, o contexto estratégico para as tropas de paz da ONU mudou dramaticamente, fazendo com que a Organização expandisse seu campo de actuação, de missões tradicionais envolvendo somente tarefas militares a complexas operações multidimensionais criadas para assegurar a implementação de abrangentes acordos de paz e ajudar a estabelecer as bases para uma paz sustentável. Hoje as operações realizam uma grande variedade de tarefas, desde ajudar a instituir governos, monitorar o cumprimento dos direitos humanos, assegurar reformas sectoriais, até o desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes¹²⁷.

¹²⁵ A ONU, desde a sua fundação, em 1948 até 2013, desenvolveu um conjunto de missões para a manutenção da paz mundial. Para mais detalhes sobre estas missões, cf., List Of Peacekeeping Operations 1948-2013 [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 5 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf.

¹²⁶ Cf., NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – Conheça a ONU [Em linha]. Rio de Janeiro: ONUBR. [Consult. 5 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/.

¹²⁷ Ibid. Matéria relacionada e desenvolvida sobre as várias missões, impacto, realidade, e posicionamento da ONU para a manutenção da paz mundial.

CAPÍTULO II – A INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA

2.1. Os Movimentos de Libertação Nacional

A democracia, a autogestão, a recusa do Estado e a afirmação inalienável dos direitos individuais constituem hoje referências importantes na luta pela construção de uma nova sociedade.

Um movimento de libertação nacional (MLN) é uma organização política que luta em nome da sua população para a libertar de uma tutela ou de uma ocupação ilegítima. Este conflito com o poder central inscreve-se, a maior parte das vezes, no jogo de potências exteriores. Assim, os MLN, para lá da sua diversidade, têm sido defendidos pelos países do Terceiro Mundo, tudo em proveito da rivalidade Este-Oeste¹²⁸.

Nestes termos, podemos distinguir três elementos fundamentais na definição ora apresentada, designadamente o MLN é uma rejeição comum de um poder central ilegítimo, ou seja originalmente um movimento que luta contra um poder imperial; caracteriza-se por um discurso político muitas vezes revolucionário, na medida em que permite consagrar um povo atrás de uma ideia, obter um reconhecimento e um apoio internacional; igualmente, um outro elemento dos MLN são os métodos e resultados divergentes, isto é, eles podem ser classificados consoante os seus objectivos, seus comportamentos políticos e segundo seus métodos.¹²⁹

De referir que os MLN desempenharam um papel essencial ao longo do período de descolonização, na medida em que foram preponderantes para a extinção da colonização. Assim, a estratégia mais usual foi a de guerrilha completada por uma acção psicológica tendente a inspirar confiança à população, como os apoios externos.

Segundo a historiografia angolana, sobre os sentimentos nacionalistas, é possível fazer uma revisão histórica dividida em sete períodos, das origens histórico-culturais e contextuais, que combinadas resultaram na nacionalidade angolana e na Nação-Estado de Angola actual¹³⁰:

¹²⁸ BONIFACE, 2011, op. cit., p. 213.

¹²⁹ Ibid., p. 214.

¹³⁰ FILOMENA, César Luciano; CHERON, Cibele – A Luta pela Libertação Colonial e a Guerra Civil em Angola. GT Organizações Internacionais [Em linha]. Porto Alegre, IIIº Seminário Internacional Organizações e Sociedade (2008), p. 2-3. [Consult. 20 Mar. 20014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt4/oi-filomena-cheron.pdf.

- Período pré-colonial português levando em conta o ciclo do Congo e o de Cuanza entre o século XIII e o ano de 1575, quando Paulo Dias de Novais funda a localidade de Luanda;
- Período inicial de colonização entre a fundação de Luanda (1575) e a conquista, pelos portugueses, do centro de resistência de Mpungu-a-Ndongo (1671), período onde surgem heróis da resistência à colonização como a rainha Java;
- Período de expansão das fronteiras coloniais, iniciado em 1671, e que se estende em direcção ao Leste e ao Sul até o ano 1896;
- Período de desenvolvimento da colónia, iniciado ao final do século XIX e que vai até 1940;
- Período no qual surge, entre os angolanos, o sentimento de comunidade imaginada, que dá origem aos movimentos nacionalistas de libertação e o início da luta armada contra o domínio português, em 1961 e;
- Período de guerras pela libertação em Angola, e a proclamação da liberdade em 1975;
- e,
- Período que vai de 1975 até 2002, quando o país enfrenta 27 anos de guerra civil, polarizada por dois grupos políticos rivais: MPLA e UNITA.

Segundo Wheeler e Pélissier os MLN de Angola são caracterizados como frágeis em 1961, continuavam a sê-lo em 1970, como não se destacavam pelas suas proezas, pela sua unidade na luta, pela sua liderança, ou pela qualidade das suas guerrilhas. Para os mesmos, Angola teria certamente tida uma história mais pacífica e menos manchada pelo sangue, porém, provavelmente, as reformas e o desenvolvimento não se teriam concretizado tão cedo. Ressaltamos que, mesmo durante a guerra contra o colonialismo português, as direcções dos três principais movimentos angolanos não conseguiram formar uma frente unida e por vezes lutavam entre si¹³¹.

Salientam-se como factores importantes para a descolonização¹³²:

- O V Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester (1946), quando foi redigida a Declaração aos Povos Colonizados e criado um Comité Regional de Delegados, que foi a primeira formação política organizada; e,

¹³¹ WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – História de Angola. 1ª Edição. Luanda : Editora Tinta -da-China, 2011, p. 285-286.

¹³² SOUZA, Adriano Ibraim e Ramos. et al. – Guerra Civil e o Desenvolvimento Económico em Angola. Revista Electrónica de Economia da Universidade Estadual de Goiás [Em linha]. Goiás : vol. 7, nº 2 (2011), p. 5-6-. [Consult. 13 Set. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/432/34.

- À criação da ONU que se transformou na tribuna do anticolonialismo militante.

Vários exilados das colónias portuguesas iniciaram a sua actividade política em Portugal, nomeadamente na Casa dos Estudantes do Império (CEI) e do Clube Marítimo Africano (CMA), procurando também contactos com outras organizações clandestinas como o Partido Comunista Português (PCP) que criou nos anos 60 a Acção Revolucionária Armada (ARA), mesmo sob elevada repressão policial por parte da PIDE. De referir que, este grupo de exilados dispunha apenas de dois caminhos possíveis: permanecer no país e criar uma rede clandestina ou prosseguir a luta política a partir do estrangeiro¹³³. Independentemente da atracção exercida pelos ideais nacionalistas sobre a massa do povo, antes de 1961 os movimentos não se encontravam devidamente preparados para uma luta política, muito menos para uma luta militar.

Assim, Wheeler e Pélissier, consideravam existir duas correntes principais dentro do nacionalismo angolano antes de 1961: os modernistas sujeitos a uma influência marxista e os etnonacionalistas, que eram muito mais poderosos, pois possuíam uma base tribal, limitada mas segura, no antigo Reino do Congo¹³⁴.

Vários movimentos populares de libertação surgiram em Angola nas décadas de 50 e 60, sob as mais variadas siglas, mas com o passar do tempo ocorreram mutações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram dando origem a novas siglas, como¹³⁵:

- A primeira vertente foi a União das Populações do Norte de Angola (UPNA) de 1954, mais tarde, em 1958, União das Populações de Angola (UPA), foi um movimento cultural de defesa e de ajuda mútua para os exilados congolezes de Angola. Fundada e instalada em Léopoldville (Kinshasa), na actual República Democrática do Congo (RDC), organizou politicamente no exílio a população da região do Norte da Colónia portuguesa. O Partido Democrático Angolano (PDA) de 1961 foi o sucessor de duas associações: a Associação dos Originários de Maquela do Zombo – ASSOMUZO, de 1956, em Léopoldville, e a Aliança dos Naturais do Zombo – ALIAZO, fundada em 1959 (Frente Nacional de Libertação de Angola, 2007).

¹³³ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 233.

¹³⁴ Ibid., p. 235.

¹³⁵ SOUZA, Adriano Ibraim e Ramos. et al, 2011, loc. cit.

A FNLA resultou da união, em 1962, entre o PDA, cuja maior liderança era a de Emanuel Kunzika, e a UPA, liderada por Álvaro Holden Roberto, feita no exílio, no território da RDC, à época, Zaire¹³⁶. Essa união teve duas consequências imediatas: a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Álvaro Holden Roberto, e do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiado pelo governo da então República do Congo (antigo Congo Belga) (FNLA, 2007);

- A segunda vertente originou-se em 1956 com o Partido da Luta dos Africanos de Angola (PLUA), que após a união a outros movimentos de independência criou o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956. Ao MPLA se uniu o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA)¹³⁷ e;
- A terceira vertente surge a partir da dissidência de Jonas Malheiro Savimbi com a FNLA, em 1966, dando origem à UNITA. Esta força revolucionária teve seus líderes treinados pelo exército da República Popular da China, que apoiou as iniciativas militares desse grupo até a independência de Angola, em 1975 (União Nacional para a Independência Total de Angola/ORG). A UNITA operava nas regiões do planalto e do Sul, junto à etnia ovimbundo, a mais populosa de Angola.

À semelhança destes grupos de nacionalistas, uniram-se os brancos, pertencentes a uma burguesia decadente, somaram-se aos movimentos nacionalistas que surgiram na década de 1950, melhorando a difusão desta ideia pelo território angolano.

Com o fim da ditadura em Portugal (25 de Abril de 1974), as perspectivas de independência das colónias se tornaram uma realidade. Com a mediação de Jomo Kenyatta, presidente do Quênia, foi possível um acordo entre os três líderes para a formação de um governo provisório português de transição até o momento da independência.

2.1.1. Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Após ter perdido o primeiro assalto da rebelião em 1961, a UPA ao contrário do que se esperava, o seu potencial militar foi reforçado, mas isso aconteceu sobretudo fora de Angola. Tudo é resultado do facto de que tinha mantido o apoio inicial que recebia do exterior; o peso da Igreja Baptista; a ajuda da FLN argelina (que treinou algumas dezenas de futuros oficiais nas suas bases tunisinas); os fundos de várias fontes, sobretudo dos EUA; os conselheiros

¹³⁶ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 290-291.

¹³⁷ Ibid., p. 237.

técnicos americanos e o estatuto internacional de Holden Roberto¹³⁸. Contudo, embora contar com tudo isso, a UPA era mais um partido de exilados e não conseguia despertar o entusiasmo da maioria da população angolana devido sobretudo aos aspectos tribais. Igualmente, dentro do partido havia rivalidade em dois pontos¹³⁹: Holden Roberto favorecia, demasiado abertamente, os baxicongo protestante, em detrimento dos outros bacongo e de outros grupos étnicos angolanos, e monopolizava em demasia o poder, recusando aliar-se aos intelectuais do MPLA. A situação piorou para UPA, quando em Março de 1962, o chefe do estado-maior da UPA, o comandante Marcos Kassanga, abandonou o partido acusando Holden Roberto de tribalismo e de ser responsável pelas mortes, em Fevereiro de 1962, de João Baptista Traves Pereira, um comandante Cuanhama das forças da UPA, também de 21 ou 23 membros de um bando armado do MPLA, em Outubro de 1961 e ainda mais grave, foi a culpa pela morte de oito mil angolanos (não bacongo, assimilados e mestiços). Entretanto não se confirmando a veracidade de tais acusações, o facto foi que elas ilustram os problemas que resultavam da personalidade de Holden Roberto e das tácticas de 1961¹⁴⁰.

Com efeito, “para conter esta desintegração incipiente, a 27 de Março de 1962, juntamente com o diminuto Partido Democrático de Angola (PDA), que anteriormente foi denominado por Aliazo, de Emmanuel Kunzika, a UPA formou a FNLA”¹⁴¹. Assim, a Frente Nacional estava destinada a apropriar-se antecipadamente da Frente Angolana de Libertação Nacional (FALN). Entretanto, a Frente nacional, dominada pela UPA, era o tipo de frente que todos os angolanos no exílio gostariam que tivesse sido criada, contudo, pelo facto de não incluir o MPLA e outros grupos como o Movimento de Defesa, o Ngwizako, Nto-Bako, etc, era ainda sim um partido de bacongo.

A 5 de Abril de 1962 foi criada o Governo da República Angolana no Exílio, que depois passou a Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) e os seus principais funcionários eram: presidente – Holden Roberto; vice-presidente – Emmanuel Kunzika; negócios estrangeiros – Jonas Malheiro Savimbi; armamento – Alexandre Taty. Salientamos que o GRAE funcionava como arma diplomática para esmagar o MPLA e proporcionar um porta-voz válido nas relações com as autoridades congolosas. Neste sentido, contou com o apoio incondicional de Cyrille

¹³⁸ Ibid., p. 289.

¹³⁹ Ibid., p. 290.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

Adoula, quando este tivera sido elevado a primeiro-ministro do Congo-Léopoldville em Agosto de 1961, pois ele era um velho amigo de Holden Roberto¹⁴².

A posição do GRAE foi fortalecida em 1962, aquando da criação de organizações aliadas, como o Serviço de Assistência aos Refugiados de Angola (SARA); a Associação das Mulheres de Angola, a União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), Liga dos Trabalhadores de Angola e outras associações de jovens e não só¹⁴³.

Em Junho de 1962, a organização UPA-GRAE recebeu os primeiros 24 recrutas angolanos treinados nos campos da FLN argelina, na Tunísia. A semelhança disto, a 21 de Agosto de 1962, o governo congolês pareceu apoiar por completo o governo revolucionário de Holden Roberto quando pôs o campo de treino de Kinkuzu à disposição da UPA-GRAE. Em consequência disto, a UPA abriu de facto um escritório em Lubumbashi e registaria um sucesso brilhante sobre o seu principal oponente político, o MPLA. Entretanto, a OUA, em Kinshasa, deu a Holden Roberto a sua maior vitória política ao recomendar o reconhecimento do GRAE com a exclusão de todos os outros movimentos angolanos e igualmente, a sua supremacia foi confirmada ao ser oficialmente reconhecida por cerca de 20 governos africanos¹⁴⁴.

Contudo, em Maio de 1963, foi formado um novo partido, a União Nacional de Angola (UNA), em Lubumbashi, constituída por antigos combatentes da UPA¹⁴⁵. Esta nova formação, que resultou de uma cisão dentro da UPA, criticou o tribalismo da UPA-GRAE e tendia a aproximar-se mais do grande rival da UPA, o MPLA, porém, as dificuldades de comunicação, a falta de meios e os horizontes estreitos dos seus líderes iriam praticamente paralisá-las. Igualmente, é constatado que o GRAE tinha falta de líderes instruídos e, apesar de todos os seus esforços para colocar estudantes nas universidades ocidentais, os intelectuais marxistas do MPLA foram capazes de criar uma base de influência futura ao oferecer mais bolsas de estudo nos países comunistas do que o seu rival conseguia obter no ocidente¹⁴⁶.

No mês de Julho de 1964, o GRAE acabava de sofrer mais uma crise quando o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Jonas malheiro Savimbi, demitiu-se do cargo durante uma conferência da OUA no Cairo, a 16 de Julho de 1964; a 24 do mesmo mês, José João Lihuca, director do SARA, também se demitiu e mais tarde foi a

¹⁴² Ibid., p. 291.

¹⁴³ Ibid., p. 291-292.

¹⁴⁴ Ibid., p. 292-293.

¹⁴⁵ Ibid., p. 292.

¹⁴⁶ Ibid., p. 293.

vez de Alexandre Taty. Estes criticaram a ineficiência do GRAE, a falta de unidade existente no movimento nacionalista e a falta de apoio às forças que se encontravam dentro de Angola¹⁴⁷.

Apesar de ter havido uma reconciliação entre o GRAE e o MPLA, no Cairo a 17 de Outubro de 1966, era impossível qualquer tipo de acordo entre os dois movimentos por motivos de ordem pessoal, étnica e política¹⁴⁸.

Na realidade, em 1970 a UPA-GRAE possuía apenas três verdadeiros triunfos: 1º A presença de centenas de milhares de refugiados bacongo e de vários milhares de voluntários; 2º A perspicácia política do próprio Holden Roberto que se conseguiu manter um passo à frente dos seus rivais dentro do GRAE; 3º O controlo, por parte da sua organização, da fronteira do Congo que atravessava os territórios étnicos onde a revolta tivera início. Em contrapartida, o movimento de Holden Roberto foi visto a uma luz desfavorável graças às repetidas críticas feitas pelo MPLA, à inércia dos seus combatentes e à sua incapacidade de unir a causa nacionalista angolana¹⁴⁹.

Portanto, em teoria, o GRAE incluía três partidos dentro da FNLA: a UPA, o PDA e alguns membros secessionistas do MPLA liderados por Viriato da Cruz e desta forma, no período de 1968-1970 era visível uma certa reanimação das actividades militares do GRAE nos distritos do norte e do leste, incluindo Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte, Luanda e Malange, com incursões esporádicas em certas zonas da Lunda e Moxico, onde tinham de competir com as guerrilhas do MPLA e da UNITA que ali operavam¹⁵⁰.

2.1.2. *Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)*¹⁵¹

Depois de ter estado à beira da extinção, em 1963, o MPLA passou por um renascimento inesperado e aqui são apresentadas três razões para a sua sobrevivência e posterior renascimento: 1º Era dirigido por um pequeno grupo de elementos que há muito eram militantes marxistas, habituados à luta clandestina e com uma fé aparentemente sincera no futuro socialista de Angola, aonde se destaca como o elemento-chave Lúcio Lara, um organizador reservado e metódico, um marxista convicto de tendências europeias e apparatchik (burocrata) mestiço de Nova Lisboa (Huambo); 2º Gozava do apoio efectivo da

¹⁴⁷ Ibid., p. 294-295.

¹⁴⁸ Ibid., p. 296.

¹⁴⁹ Ibid., p. 297.

¹⁵⁰ Ibid., p. 299.

¹⁵¹ Ibid., p. 299-311.

União Soviética, das democracias do leste da Europa e de Cuba e, durante um curto período de tempo, da China, o que fez que nunca parecia debater-se com quaisquer dificuldades financeiras quanto a equipar as suas tropas sobretudo a partir de 1964-1965; 3º Com a deslocação do seu quartel-general para Brazzaville, em 1963, constituiu uma vantagem notória, pois assim pôde escapar aos ataques directos do GRAE, à desencorajadora atmosfera de Kinshasa e às intrigas da PIDE¹⁵².

Afirmando ser pan-angolano e deter o apoio ao nível de toda a nação, mas limitado aos assimilados e africanos urbano destribilizados, o partido viu os seus líderes originais desaparecerem por causa das prisões da PIDE de 1959 e 1960, como da tempestade que desabou sobre os assimilados em 1961¹⁵³. Além disso, a preponderância de mestiços e de quimbundo entre os seus líderes separava-o da massa de refugiados bacongo no Congo-Kinshasa e igualmente, devido o atravessamento do rio Congo, em 1963, para estabelecer o quartel-general em Brazzaville, os seus partidários para contactar as bases rurais quimbundo, tinham de atravessar um grande rio, passar os portos de controlo congolezes e evitar as tropas GRAE do ELNA, a tropa portuguesa e os bandos de guerrilheiros da UPA¹⁵⁴.

Assim, foi muito difícil para o MPLA estabelecer comunicações fáceis, mas tentou compensar esta fraqueza militar obtendo ajuda de alguns países socialistas, como em 1966, começou a trabalhar no ponto fraco do leste de Angola, pois estava a lidar com uma nova população que não se encontrava cansada da guerra e possuía um refúgio fácil na Barotseland, na Zâmbia, onde o MPLA foi capaz de erigir uma posição similar àquela que era tão favorável à UPA no Congo-Kinshasa.

Na realidade, o escritório do MPLA em Léopoldville, em 1961, permaneceu passivo, pois os seus melhores líderes estavam na prisão (Agostinho Neto), a viajar (Mário de Andrade) ou então em Conacri (Lúcio Lara). Além disso, em 1961, o MPLA recorria à famosa tática de uma «frente» para encobrir a sua própria fraqueza que podia manipular. Foi assim que tentou aliciar a UPA para um avatar da Frente Revolucionária Africana (FRAIN), uma organização denominada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), fundada em Rabat em 18 e 20 de Abril de 1961 e que englobava dez organizações nacionalistas de África e Goa. Mas Holden Roberto apercebendo do interesse que os intelectuais do MPLA revelavam em apoderar-se do controlo, a UPA recusou a

¹⁵² Ibidem.

¹⁵³ Ibid., p. 300.

¹⁵⁴ Ibid., p. 300-301.

aderir a esta organização, atribuindo precedência à luta no interior do país sobre a do exterior. Desta forma, o MPLA instigou e acusou Holden Roberto de tribalismo e sectarismo. As únicas actividades concretas do MPLA neste período parecem ter sido o apoio aos refugiados através do papel intermediário do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), fundado em Agosto de 1961¹⁵⁵.

Com o objectivo de se manter viva e dinamizar as suas actividades, o MPLA convocou a sua primeira conferência nacional em Dezembro de 1962, durante a qual elaborou um programa de luta. Desta, Agostinho Neto foi eleito presidente do comité directivo; Mário de Andrade passou de presidente para os negócios estrangeiros; Manuel Lima ficou com os assuntos militares; Lúcio Lara (ficou com o corpo-chave) como organizador dos quadros do partido; enquanto Viriato da Cruz foi retirado da liderança. Para além do CVAAR, surgiram o ELNA; a OMA; a Juventude do MPLA ou a UNTA; a UGEAN sob Dominação Colonial Portuguesa, que depois de Setembro de 1961 associou-se à CONCP¹⁵⁶.

Salienta-se aqui que os principais tópicos da primeira conferência do MPLA eram: redireccionamento de actividades, mudando a ênfase da propaganda externa para a actividade armada; não alinhamento teórico; precedência da política sobre os assuntos militares; treino de líderes¹⁵⁷.

Ao tentar enfraquecer a posição de Holden Roberto, o MPLA agregou-se com o MNA, um micropartido etnonacionalistas bacongo e com a UNTA, formando assim a FDLA. Gradualmente outros movimentos foram se juntando como: MDIA; o Ngwizako e o Nto-Bako¹⁵⁸.

Em Julho, o comité de conciliação da OUA pediu aos seus estados-membros para reconhecerem o GRAE; neste mesmo mês, a 22 de Julho, Mário Pinto de Andrade demitiu-se do MPLA¹⁵⁹. O reconhecimento do GRAE por parte da Argélia, em Agosto, poderia ter sido a última gota de água para o MPLA se Lúcio Lara não tivesse conseguido reagrupar os apoiantes que lhe restavam. De então em diante, para operar a sul do rio Congo, o MPLA precisaria de empregar discrição e astúcia para sobreviver aos ataques dos partidos do GRAE que procuravam eliminar os seu militantes.

¹⁵⁵ Ibid., p. 301.

¹⁵⁶ Ibid., p. 302-303.

¹⁵⁷ Ibid., p. 303.

¹⁵⁸ Ibid., p. 304.

¹⁵⁹ Ibidem.

Assim, com o objectivo de se reflectir a situação do MPLA, foi realizada entre 3 e 10 de Janeiro de 1964 uma conferência de cerca de 50 líderes do partido em Brazzaville. Entretanto, com o derrube de Youlou em Brazzaville, a viragem para a esquerda do país e da chegada de uma substancial ajuda russa e até chinesa, fortaleceu o movimento. A este facto, salienta-se que o MPLA acabou por depender, cada vez mais da ajuda comunista, que ele se esforçou arduamente por obter e justificar acentuando o seu carácter revolucionário. Para esse fim, lançou uma campanha de treino de líderes e publicou três revistas: Victória ou Morte; Unidade Angolana e Boletim do Militante, todas empregando terminologia e temas marxistas¹⁶⁰.

Os problemas do MPLA em 1965 eram complexos e entre estes eram¹⁶¹: um partido de intelectuais, isolado das cidades angolanas onde recrutava os seus membros antes de 1961 e imperava apenas sobre uma pequena minoria quimbundo que tinham permanecido no movimento de resistência menos por causa das suas crenças comunistas do que graças aos seus laços religiosos; Em Cabinda, os seus partidários eram vítimas da hostilidade passiva da FLEC e da oposição activa de um grupo dissidente da UPA e que passou para o lado dos portugueses¹⁶². Graças aos seus líderes mestiços, com a sua visão de nacionalismo pan-angolano, o MPLA compreendeu que tinha de romper o bloqueio do Congo e dirigiu o seu esforço para abrir uma frente de guerrilha num novo terreno e entre novos grupos étnicos. Isto implicava o leste de Angola como o novo teatro de operações, em que após 1964, o MPLA enviou líderes clandestinos para prepararem cuidadosamente o terreno pré-insurreição e em Maio de 1966 montou-se uma emboscada perto de Luso-graças e a estes golpes, a guerra nacionalista que permanecera estagnada durante cinco anos no norte, ganhou dimensões verdadeiramente pan-angolanas¹⁶³. Com efeito, em Junho e Julho de 1966, o MPLA conseguiu, pela primeira vez, enviar uma coluna para a região de Nambuangongo; em Setembro de 1966, foi criada a UNEA, do GRAE¹⁶⁴.

Em 1967-1969, o MPLA envolveu-se pela primeira vez numa luta «científica», no leste de Angola, deslocando parte do seu pessoal militar e político de Brazzaville para Lusaka, na Zâmbia¹⁶⁵. De referir que, neste período era o único movimento que tratava uma guerra em

¹⁶⁰ Ibid. p. 304-305.

¹⁶¹ Ibid., p. 306.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ Ibid., p. 307.

¹⁶⁴ Ibidem.

¹⁶⁵ Ibid., p. 308.

cinco regiões, em três das quais a campanha não se baseava na influência étnica. Com estes ganhos, em 1968, o MPLA deslocou parte da sua organização para território angolano, abandonando Brazzaville, passando Lusaka a ser o seu principal centro externo¹⁶⁶. Desta forma, era a primeira vez que a liderança de qualquer partido nacionalista angolano importante se sentira suficientemente forte para abandonar o seu refúgio no exterior.

Já em 1970¹⁶⁷, o MPLA sentia-se suficientemente confiante para implementar vários centros de formação para quadros políticos, líderes femininas, jovens, como também para o treino de guerrilhas nos distritos do Cuando-Cubango e do Moxico. Salienta-se que nesta altura, o MPLA encontrava-se moderadamente activo em cinco das suas chamadas regiões militares: a primeira era a área dos Dembos; a segunda era o enclave de Cabinda; a terceira era o distrito de Moxico e grande parte do distrito de Cuando-Cubango; a quarta eram os distritos de Lunda e Malange; e a quinta região era o distrito do Bié¹⁶⁸. Contudo, o MPLA ainda tinha de enfrentar numerosos obstáculos, isto é, tinha de impedir que a UPA entrasse em competição no leste; eliminar os partidários da UNITA que se encontravam na região; conservar o apoio do governo da Zâmbia, que tolerava as suas colunas de veículos para a fronteira e as suas bases; superar o tribalismo; levar a melhor sobre a PIDE e a administração; resistir à força área portuguesa e derrotar as tropas de choque do inimigo.

Se o MPLA conseguisse conquistar o apoio dos ovimbundo e quioco, tornar-se-ia numa ameaça perigosa ao planalto do Bié e do Huambo e às minas da Diamang, dois grupos pilares de Angola. Se não conseguisse, seria relegado para este território secundário angolano ou expulso dele. Entretanto, embora cerca de uma centena dos seus militares terem ficado presos pela UPA-GRAE em Kinkuvo e Kamuna, no Congo-Kinshasa, o MPLA acabou por conquistar uma ligeira vantagem sobre o GRAE. Assim, a longo prazo, ele parecia, ser o adversário mais perigoso, pois planeava uma tomada de controlo de Angola e não meramente bacongo¹⁶⁹.

2.1.3. *União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)*¹⁷⁰

Longe da atmosfera envenenada de Kinshasa e do seu inimigo, Holden Roberto, Savimbi esperava abrir uma nova frente através da qual pudesse conquistar o seu feudo ovimbundo.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Para mais detalhe sobre as regiões sob dominação do MPLA, Cf. WHEELER; PÉLISSIER, *ibid*, p. 309.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 310.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 316-318.

Assim, Savimbi formou o seu partido em Março de 1966, no distrito de Moxico, em Angola e o seu partido receberia a retumbante designação de UNITA¹⁷¹. Alguns dos primeiros grupos de guerrilha da UNITA treinaram na China. De referir que, o acolhimento que tiveram por parte da população não foi mais entusiástico do que o atribuído aos homens de Brazzaville. A UNITA recorreu a métodos que se pensavam ser completamente antiquados – ataques em massa por parte de centenas de africanos de tronco nu, drogados e liderados por uma feiticeira, encontrando-se dissimulados no seu seio alguns combatentes armados com armas automáticas¹⁷². Durante este período de guerrilha em destaque foi na noite da véspera de Natal do ano de 1966, quando cerca de 500 homens atacaram a vila e gare fronteiriça de Teixeira de Sousa (actual Luau), contudo, houve mais perda por parte deste movimento de que para os portugueses. Ainda assim, no início de 1967, a UNITA fez explodir a linha ferroviária por onde circulavam os comboios para a Zâmbia e por consequência disto, o governo zambiano expulsou Savimbi do seu território, deixando a organização em mau estado. Entretanto, em 1970, a UNITA afirmava estar activa no Moxico, em Cuando-Cubango, Lunda, Bié, Malange e Huambo. O principal triunfo da UNITA era o seu apelo étnico relativamente aos ovimbundo¹⁷³.

2.2. *Antecedentes da Independência em Angola (1961-1974)*

Embora tenha havido inúmeras rebeliões africanas contra a autoridade portuguesa, a partir do século XVI, porém, salienta-se que o nacionalismo territorial surgiu quando os angolanos em geral, independentemente da sua raça ou grupo étnico, começaram a protestar e a resistir de um modo colectivo, ultrapassando as diferenças de raça e cultura e identificando-se com Angola como um todo e não com regiões particulares¹⁷⁴.

A data de início da luta contra o colonialismo português não é consensual, embora, para o Governo angolano, o 4 de Fevereiro de 1961¹⁷⁵ - quando um grupo ligado ao MPLA ataca a Casa de Reclusão Militar em Luanda e, prisão onde estavam os presos políticos, semelhante a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola - seja o dia oficial do início da Luta Armada de Libertação Nacional¹⁷⁶. Mas, um mês antes, a 4 de Janeiro, teve lugar a Revolta da Baixa

¹⁷¹ Ibid. p. 317.

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Ibid. p. 317-318.

¹⁷⁴ Ibid., p. 138.

¹⁷⁵ Ibid., p. 251.

¹⁷⁶ Ressalta-se que, porém, os verdadeiros motivos e autores da rebelião ainda são controversos e mesmo polémicos. Entretanto, foram pequenos grupos de africanos que atacaram na noite de 3 para 4 de Fevereiro, uma patrulha da polícia, a

do Cassange onde se dá um levantamento popular dos milhares de trabalhadores dos campos de algodão da companhia Luso-Belga Cotonang¹⁷⁷. Similarmente, no dia 15 de Março, houve o primeiro ataque das forças de Holden Roberto¹⁷⁸, a UPA, na região Norte de Angola, instalando-se nesta região do país uma revolta que se alastrou por vários meses deixando centenas de mortos, tanto entre os insurrectos como entre os colonos. Toda via, foi a própria população colona, em conjunto com o Governo, que se organizou no imediato para fazer face às ameaças da UPA¹⁷⁹.

Não há dados viáveis relativos aos primeiros dias de rebelião, devido a falta de informação e a contradição sobre esse período. Assim não se sabe, efectivamente, quem ordenou e planeou os ataques, escolheu os operacionais e ordenou as cumplicidades. Porém, de referir que, a UPA primeiro negou e depois reivindicou a iniciativa, mas é possível que tenham sido os próprios portugueses a originarem, detendo potenciais líderes ou até tentando originar o seu desaparecimento. Salienta-se, portanto, que Holden Roberto, na altura porta-voz da UPA, continuou a afirmar que a revolta eclodiu na fazenda Primavera e que logo depois se espalhou pelo nordeste¹⁸⁰.

Houve vários acontecimentos no dia 15 de Março, nomeadamente, os ataques mais conhecidos foram os ataques junto à fronteira congoleza para que os comandos da UPA pudessem passar livremente; os ataques da Bula, Madimba, Luvaca, Cuimba e Canda, contra fazendas isoladas nos Dembos, sobre o rio Mbridge, nas regiões de Nambuanguo, aos postos de Quitexe e nos Dembos, na fronteira étnica quimbundo-bacongo, como na capital do distrito de Carmona (actual Uíge)¹⁸¹.

A 21 de Março foi enviada, de Portugal, uma pequena quantidade de reforços. Ainda assim, os portugueses tinham poucas tropas em acção e paralelamente a isso, os africanos encontravam-se desorganizados, armados apenas com as armas tradicionais, mal chefiados e sem experiência de guerrilha. Entretanto, a providência sorriu para os portugueses, sob a

prisão de São Paulo, a Casa de Reclusão Militar, os barracões da polícia e a estação de rádio, e por este facto, foram rechaçados em toda a parte, deixando para trás mortos, feridos e prisioneiros. Contudo, nunca se forneceu uma explicação clara e imparcial destes acontecimentos e apenas se pode dizer que se tratou de um massacre racial não se conhecendo o número de vítimas.

¹⁷⁷ De referir que, em Janeiro ocorre uma revolta camponesa em Malange onde o exército colonial foi chamado a intervir, aplicando durante um mês uma violência desproporcionada que causa centenas de mortes do lado africano e duas do lado europeu.

¹⁷⁸ MELO, João de – Os Anos da Guerra, 1961-1975 : Os Portugueses em África -Crónica, Ficção e História. Lisboa : D. Quixote, 1988, p. 110.

¹⁷⁹ *ibidem*.

¹⁸⁰ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, *op. cit.*, p. 260.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 261.

forma de um discurso efectuado a 13 de Abril do primeiro-ministro português, Salazar, que assumiu o controlo do Ministério da Defesa¹⁸². Com efeito, os colonos terão seguramente acolhido com alívio a firmeza e determinação em não ceder à pressão internacional ou nacional. De salientar que a partir desta data, houve uma actividade renovada no nordeste, constatando-se um começo de organização por parte dos insurgentes. Ainda, a estação da colheita do café daria à rebelião um outro rumo, tornando, assim, a guerra num conflito económico¹⁸³.

A primeira fase, desde 15 de Março até 15 de Maio, foi seguida por fase mais claramente militar¹⁸⁴. A população africana, naquela altura, encontrava-se entre duas linhas de fogo – “a repressão cega por parte dos colonos e as ameaças e assassínios por parte de alguns líderes da guerrilha que se afirmavam partidários da UPA, mas que se tornaram verdadeiros senhores da guerra”¹⁸⁵. A 1 de Maio chega o primeiro contingente militar a Luanda por via marítima até ao mês de Junho marcam a reocupação de diversas posições. De referir que, além destes combates contra os portugueses, a UPA até 1965 era considerada o movimento mais activo em Angola e o mais perigoso para os portugueses, com o objectivo de defender a sua primazia na luta nacionalista, realizou confrontos a nível político com o seu rival, o MPLA¹⁸⁶.

Em geral, os combatentes da UPA estavam em melhor situação graças à sua posição mais a norte, com linhas de comunicação entre eles e o Congo e por causa da política da UPA(...) de interceptar e destruir os reforços enviados pelo MPLA aos quimbundo de Nambuanguo e dos Dembos que pediam ajuda¹⁸⁷.

Refere-se que, esta efervescência política e social só poderia resultar na clandestinidade, pois, a repressão policial da PIDE impedia qualquer tipo de organização ou reivindicação popular. Então, por falta de experiência organizativa, veio facilitar a infiltração e o desmantelamento das redes clandestinas pela polícia política presente em Angola a partir de 1957 levando a uma sucessão de detenções políticas¹⁸⁸.

¹⁸² Ibid., p. 262.

¹⁸³ Ibid., p. 264.

¹⁸⁴ Ibid., p. 266.

¹⁸⁵ Ibid., p. 267.

¹⁸⁶ Ibid., p. 286.

¹⁸⁷ Ibid., p. 288.

¹⁸⁸ PINTO, João Nuno da Silva – A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. Rio de Janeiro : Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008, p. 27. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Os meses de Junho à Agosto foram os mais difíceis para os portugueses. Para combater a guerrilha, tinham de arranjar mão-de-obra e suplementar o medo do homem branco¹⁸⁹. Com a substituição do governador-geral Silva Tavares, pelo general da força área, o Venâncio Deslander¹⁹⁰, a iniciativa passou para as mãos dos militares que teriam agora de provar aos colonos brancos de que podiam lutar contra o inimigo onde quer que escolhessem. Inicialmente montaram uma operação destinada a recuperar Nambuangongo, sendo que, era um dos principais centros da rebelião e a dada a sua proximidade relativamente a Luanda, constituía uma ameaça e humilhação permanente para os portugueses. Estas primeiras grandes ofensivas, embora ter havido resultado e conseguir-se conquistar Nambuangongo a 9 de Agosto, porém, os portugueses defrontaram-se com uma grande resistência dos africanos que bloqueavam o avanço das três colunas provenientes de Ambriz, Caxito e do leste dos Dembos¹⁹¹. Este golpe infligido aos bandos de Nambuangongo levou algumas das guerrilhas a deslocarem-se para sul e a tentarem infiltrar-se na região de Catete, na direcção do vale do Cuanza, tudo isso, na esperança de cortarem a única estrada para Carmona (actual Uíge) que ainda se encontrava aberta¹⁹².

No Congo e nos Dembos, a guerra do café continuou, mas o entusiasmo dos grupos de guerrilha diminuiu, pois tinha falta de comida e de munições, como o aumento da rivalidade entre os líderes. Associado a estes factos, os bandos de combatentes da UPA estavam cansados e desorganizados e começaram a entrincheirar-se nas «serras» em vez de passarem à ofensiva. Foi assim que a 3 de Outubro, os portugueses conseguiram recuperar o último posto abandonado, o Caiongo, no extremo oriental do distrito do Congo e a 7 de Outubro o governador-geral optimistamente declarava que a operação militar tinha sido completada. Dado que os portugueses regressaram a um cenário de devastação e a um deserto humano, é de considerar que esta retirada voluntária ou forçada para longe dos brancos foi a derrota mais séria sofrida pelos portugueses. Com efeito, para reverterem a situação, as tropas começaram uma campanha de recuperação psicológica e social, alcançando êxito nos locais onde a fronteira se encontrava demasiado longe, onde a influência da UPA não era profunda e onde os colonos não tinham levado a cabo muitas represálias¹⁹³.

¹⁸⁹ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 268.

¹⁹⁰ Ibid., p. 269.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Ibid., p. 270.

¹⁹³ Ibid., p. 271.

Entre Outubro de 1961 e o final de 1962, uma quantidade considerável de africanos (...) rendeu-se aos portugueses (...) e a atitude oficial era o de punir os «terroristas», mas o de acolher os aldeões pacíficos (...). A polícia portuguesa agora sustentava que, para restaurar a confiança, a bondade precisa substituir o extermínio. Nos anos subsequentes muitos foram os conflitos entre as várias partes. O ano de 1973 é um ano de alguma acalmia para as tropas portuguesas. Por outro lado, as informações disponíveis mostravam que, embora Portugal liderasse o conflito militarmente, não conseguiria derrotar as forças angolanas¹⁹⁴.

Ressalta-se que, embora haver este conjunto de acontecimentos em várias regiões de Angola, contudo não houve uma revolta em massa contra os brancos, pelo que, o centro e o sul de Angola estavam aparentemente calmos. Face a situação no momento, as autoridades portuguesas permaneciam em silêncio, e então, nas fazendas estão privados de informações graças à censura da rádio. Mas como a violência gerava mais violência, houve então apenas duas hipóteses – os brancos do nordeste, ou fugiam com as suas famílias ou se retiravam de armas nas mãos para os postos – começaram então as represálias e apenas se pode reconstruir a situação que os portugueses definiram como confuso¹⁹⁵.

Cabe referir que, as principais características desta guerra racial iniciaram com um massacre e prosseguiu sob a forma de uma guerra de guerrilha, em que a UPA usufruía do apoio das massas baongo que foram esforçados a abandonar os seus meios de subsistência, tornando-se assim, apenas refugiados e não combatentes. O MPLA parece não ter tido qualquer influência sobre operações estritamente militares, visto que naquela altura os seus apoiantes parecerem ter estado a seguir ordens da UPA, sob ameaça de morte. Já os outros partidos etnonacionalistas aparentemente exerceram apenas uma influência moderada, na medida em que, constituíram um elo de ligação com os refugiados que queriam regressar ou que se queriam entregar aos portugueses¹⁹⁶.

Ao nível dos resultados, estes, foram arrasadores para todos os lados do conflito, como o demonstram os números (sempre discrepantes nestas situações): com uma população de cerca de 10 milhões de habitantes, Portugal mobilizou quase um milhão de soldados; milhares morreram (números variam entre 9.000 e 14.000) e mais de 100.000 ficaram feridos; do lado africano os números chegam a apontar 300.000 mortes no conjunto dos três países. Em

¹⁹⁴ Ibid., p. 272.

¹⁹⁵ Ibid., p. 261.

¹⁹⁶ Ibid., p. 267-268.

Angola, o desenrolar do conflito determinou a fuga em massa de refugiados para os países vizinhos, particularmente para o Congo, provocando enormes convulsões sociais¹⁹⁷.

Em termos humanos, a estimativa é trágica, embora o número exacto de africanos mortos não é conhecido, contudo, várias fontes indicam para oito mil, 25 mil e 50 mil mortos. Por seu lado, estimam para 50 mil, já a estimativa razoável das vítimas brancas rondaria os 400 civis, no final de 1961. Economicamente, pelo contrário, a rebelião foi um estímulo e indirectamente constituiu uma vantagem para os portugueses. No plano social, verificou-se a cultura do medo. Com efeito, os africanos do nordeste tiveram que refugiar-se longe dos portugueses e da terra queimada; já os do resto de Angola eram obrigados a regressar à atitude submissa do passado e a guardarem os seus pensamentos para si mesmos, longe dos informadores da PIDE e da administração. A solução portuguesa consistia em aumentar o número de forças armadas e de colonos brancos e ficar de guarda¹⁹⁸.

Relativamente a uma solução diplomática da situação, a luta armada levada a cabo pelos movimentos nacionalistas, ao que se somou a insistência do regime salazarista em manter Portugal uno do Minho a Timor não aceitando qualquer tipo de descolonização, dificultou qualquer solução diplomática ou política para o problema. Estava claro que a solução para o conflito tinha de ser política e não militar. Em Fevereiro de 1974, o general António de Spínola publica o livro Portugal e o Futuro que abala Marcelo Caetano e faz tremer o regime.¹⁹⁹

Spínola admite que a colonização estava num beco sem saída e defende que a solução teria de ser política e não militar. A sua proposta, muito discutível e por vezes pouco clara, passava por uma solução de carácter federativo que reconhecesse o direito dos povos à autodeterminação através de consulta popular e eleição democrática dos seus representantes com vista ao estabelecimento de uma “Comunidade Lusíada”. Com base na sua experiência africana, o militar afirmava-se plenamente convencido de que essa seria a opção da maioria dos povos africanos e que seria absolutamente confirmada pelos resultados de um referendo livre e democrático em Portugal e nas colónias, que ele exigia²⁰⁰.

Em Março, o Movimento das Forças Armadas (MFA) lança o seu primeiro documento político intitulado O Movimento, as Forças Armadas e a Nação no qual reconhece que “a

¹⁹⁷ PINTO, 2008, loc. cit.

¹⁹⁸ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 273.

¹⁹⁹ SPÍNOLA apud PINTO, 2008, loc. cit.

²⁰⁰ Ibidem.

solução política do problema ultramarino deve ter em conta a realidade incontrovertida e irreversível da funda aspiração dos países africanos a se governarem a si próprios”.²⁰¹

Nestes termos, tornava-se claro que “a solução só podia ser uma: a derrubada do regime salazarista e a implantação da democracia em Portugal com a consequentemente descolonização e reconhecimento da independência dos povos africanos”²⁰². Isto significa que, para além da luta africana debaixo de fogo intenso, essa guerra colonial teve também frentes internas e externas em Portugal que contribuíram decisivamente para o processo de libertação das colónias: no primeiro caso, através dos movimentos de esquerda na clandestinidade contra a ditadura; no segundo caso, pela oposição da comunidade internacional, particularmente da ONU, contra o regime fascista, colonialista e imperialista que teimava em manter-se, pobre, atrasado e orgulhosamente só, ignorando os ventos de mudança que desde os anos sessenta cruzavam o globo.

2.2.1. Os Acordos de Alvor e a Independência de Angola

No último ano do conflito, a opinião generalizada entre os militares era a de que esta guerra se encontrava numa situação insustentável, pelo que o desconforto dos militares portugueses dá o seu primeiro sinal oficial em Agosto de 1973 com a contestação a um decreto-lei que incorporava oficiais milicianos que não tinham participado na guerra²⁰³.

“Na manhã do dia 25 de Abril de 1974, Lisboa acorda com um golpe de estado militar executado pelo MFA que derruba o regime salazarista”²⁰⁴. Esse golpe, conhecido como Revolução dos Cravos, abriu caminho para a independência das colónias, uma vez que em termos ideológicos as ideias revolucionárias que circulavam pela metrópole e pelas colónias eram na essência as mesmas e os contactos entre os movimentos de esquerda africanos e portugueses eram por demais evidentes²⁰⁵. De referir que, a Revolução dos Cravos havia aberto novas possibilidades à organização política já que haviam sido afrouxadas as amarras às liberdades de opinião e associação, como a PIDE não era mais um factor com o qual os angolanos teriam que se preocupar.

²⁰¹ PINTO, 2008, op.cit., p. 28.

²⁰² Ibid., p. 28-29.

²⁰³ MELO, 1988, op. cit., p. 244.

²⁰⁴ PINTO, 2008, loc. cit.

²⁰⁵ MELO, 1988, loc. cit.

A Junta de Salvação Nacional, no dia 9 de Agosto de 1974, tornou pública a forma como se daria o processo da retirada de tropas portuguesas de Angola que, resumiu-se em três pontos principais, designadamente o novo governo em Angola seria estabelecido a partir de uma coligação entre os três grupos nacionalistas principais levando em conta todas as etnias do país; uma Lei Eleitoral deveria ser estabelecida e; a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo de dois anos²⁰⁶.

Ressalta-se que, desta resolução não houve a consulta ou conhecimento prévio de nenhum dos grupos políticos de Angola e também que estava implicitamente sugerido que os laços com Portugal poderiam ser mantidos ou que a independência viria acontecer só depois de dois anos. Mas, de referir que, com a renúncia de Spínola à presidência, no dia 30 de Setembro de 1974, o MFA assumiu a pauta da solução dos conflitos em Angola e abriu novas linhas de diálogo com os representantes dos respectivos grupos nacionalistas. Assim sendo, em finais de outubro ao início de Novembro, começaram os esforços de colaboração e diálogo entre representantes dos três movimentos angolanos e o governo de Portugal, que agora estava sob comando da ala mais esquerdista, o MFA²⁰⁷.

O processo de transferência de poder começa, a 5 de Janeiro de 1975, quando os três movimentos, pressionados pela OUA, reuniram-se em Mombaça, no Quênia, e assinaram um acordo de entendimento em que ficou estabelecido unirem-se numa única frente independente para negociar com Portugal e manter a paz em Angola²⁰⁸. Portanto, a independência de Angola foi estabelecida a 15 de Janeiro de 1975, com a assinatura do Acordo do Alvor, no Algarve, entre os três movimentos no conflito, nomeadamente a FNLA; o MPLA e a UNITA, e o Governo português²⁰⁹. Neste sentido, foi estabelecida a formação de um Governo de Transição, composto por todas as partes que assinaram o acordo, como a integração das três forças numa única Força Militar Mista, incluindo os militares das Forças Armadas Portuguesas²¹⁰.

De salientar que, foi um acordo com 11 capítulos e 60 artigos. A independência e a passagem de soberania ficaram marcadas para o dia 11 de Novembro desse ano. De ressaltar que, as três

²⁰⁶ FEIJÓ, Brunna Bozzi – Independência ou Revolução: Uma Análise do processo de Independência de Angola a partir da sua Transformação de Guerra Anticolonial a Microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2011, p. 49. Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção de Graduação em História.

²⁰⁷ Ibid., p. 50.

²⁰⁸ PINTO, 2008, op. cit., p. 29.

²⁰⁹ GEORGE, Edward – A Intervenção Cubana em Angola, 1965-1991: A Partir de Che Guevara para Cuíto Cua navale. Nova Iorque: Frank Cass, 2005, p. 56.

²¹⁰ Ibidem.

vertentes do nacionalismo angolano não uniram suas forças para combaterem os portugueses. Cada uma das três forças políticas que lutaram pela libertação de Angola interpreta na sua visão o processo de independência do país. Assim, o MPLA, quase imediatamente, assinou o cessar-fogo com Portugal. O mesmo caminho foi seguido pela FNLA no dia 11 de Julho do ano de 1974 a bordo do Iate do presidente Mobutu do Zaire²¹¹.

As posições essenciais deste acordo resumem-se em: i) a Independência de Angola ficaria agendada para o dia 11 de Novembro de 1975 e até lá a administração do país estaria nas mãos de um governo provisório formado por um colegiado, com um representante de cada grupo, de presidência rotativa e cujas deliberações seriam tomadas por maioria simples; ii) o governo português estaria representado por Alto Comissariado escolhido pelo presidente de Portugal, que não poderia intervir em assuntos governamentais, mas poderia ser consultado caso o governo provisório assim o desejasse; iii) não-discriminação étnica para os futuros critérios de nacionalidade; iv) uma Assembleia Constituinte seria formada no prazo de nove meses para a eleição do novo presidente a tomar posse em Novembro; v) uma Comissão de Defesa nacional, formada pelo colégio presidencial, Alto Comissariado e Estado maior Unificado, seria formada com o principal propósito de unir os contingentes militares e formar um Exército nacional e; vi) formação dos Ministérios com as chefias divididas entre os grupos²¹².

No dia 31 de Janeiro de 1975, foi empossado o Governo de Transição de Angola com a presença de integrantes da UNITA, da FNLA e do MPLA, resultante do Acordo do Alvor. No seguimento da Revolução a descolonização ganha impulsos com aprovação em meados de 1974 da legislação sobre o Direito das Colónias à Independência (Lei 7/74 de 27 de Julho)²¹³.

No seguimento do Acordo de Alvor, estiveram presentes personalidades, nomeadamente:

- Melo Antunes, na altura, Ministro sem pasta, militar, ideólogo do Movimento das Forças Armadas e considerado o grande responsável pela descolonização;

²¹¹ FILOMENA, 2008, op. cit., p. 18.

²¹² PEIXOTO, Carolina Barros Tavares – Limites do Ultramar Português, Possibilidades para Angola : O Debate Político em Torno do Problema Colonial (1951-1975). Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 154-157. Dissertação de Mestrado em História Social.

²¹³ Para mais informações sobre a Lei, Cf., LEI n.º 7/74. D.R. I SÉRIE. 174 (74-07-27) [Em linha]. Lisboa. [Consult. 20 Ago. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19741516%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11=Lei&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar.

- Rosa Coutinho, na altura, presidente da Junta Governativa de Angola, substituiu o último governador de Angola, e exercia as funções de alto funcionário;
- Agostinho Neto, Líder e representante do MPLA;
- Costa Gomes, na altura era o Chefe do Estado Português;
- Holden Roberto, Líder e representante da FNLA;
- Jonas Savimbi, Líder e representante da UNITA,
- Mário Soares, na altura, Ministro dos Negócios Estrangeiros; e,
- Almeida Santos, na altura, Ministro da Coordenação Interterritorial.

Não sendo capazes de se entender e trabalhar em conjunto até à data marcada para a declaração de independência, os movimentos nacionalistas envolvem-se em novos confrontos na luta pelo poder. Salienta-se que itens do acordo foram ignorados²¹⁴:

- Pelo acordo de Alvor seria constituída uma força conjunta, composta por um efectivo de 1.000 homens de cada movimento de libertação e igual efectivo da tropa de Portugal, para garantir a segurança da população, o restante do efectivo deveria ser desmobilizado. Esse acordo não foi cumprido, já que os três movimentos mantiveram suas tropas em condições de combate, inclusive recebendo apoio de outros países;
- Factores ideológicos, um grupo apoiados pela China, outro pela Rússia e um outro pelos Estados Unidos da América; e,
- Factores culturais, pelo facto de o país registar uma diferenciação cultural entre as tribos.

O Acordo de Alvor havia conseguido a perspectiva da independência concreta, contudo não trouxera governabilidade ao seu governo de transição, pelo que, a Comissão de Defesa Nacional não conseguiu atingir consensos, de forma que entre 16 e 20 de Junho houve uma tentativa de recomposição do que havia sido acordado em Alvor através de uma reunião em Nakuru, no Quênia. Esta tentativa mostrou-se insuficiente e, em Julho de 1975, o governo de transição havia se tornado completamente inoperante. Para completar o quadro, no dia 22 de Agosto, Portugal formalizou a suspensão parcial do Acordo de Alvor²¹⁵.

De referir que a vontade de hegemonia de cada um dos movimentos e a intolerância que isso implicava criou um terrível clima antidemocrático abrindo o caminho para a guerra civil.

²¹⁴ SOUZA, Adriano Ibraim e Ramos, et al, 2011, op. cit., p. 7

²¹⁵ FEIJÓ, 2011, op. cit., p. 51.

Este conflito foi exacerbado pelas intervenções externas, particularmente pelas alianças internacionais estabelecidas entre os movimentos de libertação e os dois pólos da Guerra Fria: os EUA apoiaram a UNITA e a FNLA e a URSS e Cuba apoiaram o MPLA²¹⁶.

A geopolítica internacional condicionava assim os vários lados em conflito tornando-os mais fortes e conseqüentemente mais devastadores. Outras intervenções vindas do exterior contribuíram para acirrar essas disputas como os casos da invasão sul-africana e do exército do Zaire pelo Sul e pelo Norte do país, respectivamente²¹⁷. No entanto, apoiado pelos países comunistas ligados à União Soviética, pelo exército cubano e com reconhecimento de Portugal o MPLA consegue controlar parte significativa do país, incluindo a capital Luanda posicionando-se em privilégios e no dia 11 de Novembro pela voz de Agostinho Neto declara a independência da República de Angola e se torna o primeiro Presidente do país. O Brasil, à época governado por Ernesto Geisel, reconhece a independência de Angola, admitindo e legitimando o governo do MPLA, contrariando a opinião dos EUA e dos representantes do regime de apartheid da África do Sul²¹⁸.

Após a independência, o país conheceu dois grandes períodos: o Estado de partido único de inspiração socialista com a economia centralmente planejada entre 1975 e início dos anos noventa; e a abertura democrática com transição para o multipartidarismo a partir da nova Constituição de 1991, que coincidiu com uma maior abertura ao mercado.

Perante o conjunto de questões que se podem colocar sobre a permanência ou não de Portugal, ou a melhor solução para a independência de Angola, é certo que não havia respostas prontas para estas e outras questões, mais atenção aos factos do que à propaganda. Entretanto, Wheeler e Pélissier, consideram que

“se Angola obtivesse a independência no imediato, as perdas de vidas superariam em muito as crises de 1960-1964 no distrito do Congo. É assim, que uma alternativa aceitável a este potencial holocausto teria sido um período de transição supervisionado pelo governo português”²¹⁹.

De referir que o regime de Caetano não deu quaisquer sinais de planear uma transição, embora a ONU e os aliados de Portugal na NATO tenham exercido alguma pressão sobre o

²¹⁶ PINTO, 2008, loc. cit.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ FILOMENA, 2008, op. cit., p. 19.

²¹⁹ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 351.

governo de Lisboa, contudo, a pressão interna em Angola e o deflagrar de um conflito em Portugal foram muito mais decisivos para a implementação de mudanças em Angola²²⁰. Este facto resulta de que nem o governo em Lisboa, nem nenhum regime controlado por colonos seria levado a sentar-se à mesa das negociações pelas persistentes acções de guerrilha que se verificavam nas fronteiras.

Uma outra análise, o problema de Portugal em Angola prendia-se com as suas tradições e aspirações internas. Embora alguns críticos em Portugal tivessem proposto uma solução de tipo Commonwealth (Comunidade de Nações) para o problema da África portuguesa, o governo no poder não fez se não aumentar o controlo político de Lisboa em África²²¹.

Portanto, a independência de Angola era inevitável, o que era incerto era a forma que essa independência iria assumir. Para o efeito, às aspirações dos angolanos de todas as raças exigiria um sentimento de estado do mais alto nível. Entretanto, o que estava em jogo era mais importante do que os recursos minerais angolanos ou um possível prejuízo económico para Portugal, mas sim, em jogo estava a maneira como os angolanos se tornariam senhores da sua própria terra, o destino com que sonhavam havia tanto tempo²²².

²²⁰ Ibidem.

²²¹ Ibid., p. 352.

²²² Ibid., p. 352-353.

CAPÍTULO III - A ECLOSÃO DO CONFLITO ARMADO ANGOLANO

3.1. Caracterização, Impacto e causas dos Conflitos em África

Após o período colonial, a maioria dos regimes pós-coloniais a braços com diversidades culturais e sociais que as fronteiras artificiais não apagaram e com economias desajustadas da realidade africana enveredaram pela centralização do poder e supressão do pluralismo político, originando governos corruptos e despóticos. Mais, as más governações e o objectivo de preservação do poder a todo custo, à exploração dos recursos económicos em proveito de elites e facções, acentuaram ainda mais os problemas sociais e estruturais, tendo levado ao crescimento da contestação aos regimes e, com ela, os conflitos de natureza interna²²³.

Com o fim da Guerra Fria e a cessação do apoio externo, os governos africanos ficaram entregues a si próprios com economias débeis, corrupção generalizada, incapazes de responder às necessidades das populações e com a autoridade do Estado debilitada. A partir deste período, diversos governos africanos enfrentaram fortes contestações à sua legitimidade e pressões para a democratização. Os conflitos de índole interna cresceram na década de 90 envolvendo Estados e actores não estatais. Identicamente, a competição pelos recursos naturais levou a que interesses externos à África continuassem a ter um papel decisivo nestes conflitos²²⁴.

“As questões relacionadas com a má governação são consensualmente apontadas como as causas mais profundas dos conflitos em África”²²⁵. Sendo que, a erosão da autoridade do Estado e a perda da sua legitimidade que se manifesta na ausência de autoridade pública em largas áreas do território potenciada pela indisciplina e criminalização das forças de segurança, nomeadamente na degradação das instituições estatais, serviços básicos e infraestruturas e na incapacidade de garantir o bem-estar das populações, podem com facilidade conduzir à deflagração de conflitos²²⁶. Ademais a mais, as políticas governamentais de discriminação, exclusão da vida política e económica com base em questões regionais, étnicas ou sociais, também potenciam frustrações profundas geradoras de conflitos²²⁷. A instabilidade regional decorrentes de movimentos de refugiados, a proliferação de armamento barato, as alterações demográficas que se têm verificado em África, como alguns factores

²²³ RIBEIRO, 2010, op. cit., p. 5-6.

²²⁴ Ibid., p. 7.

²²⁵ Ibid., p. 8.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ ibidem.

religiosos, culturais e económicos, constituem igualmente um factor potenciador de situações conflituais²²⁸.

Entretanto, os conflitos em África são, normalmente, resultado da conjugação de uma série de factores distintos²²⁹. Não sendo uma teoria específica da génese dos conflitos, é possível encontrar paralelos com situações ocorridas em outras partes do mundo sendo que, são referidas como causas do conflito em África que constituíram elementos importantes de conflitos no passado recente a descolonização e a Guerra Fria. Ademais a mais, Santos considera como factores que estão na base das guerras em África, nomeadamente²³⁰:

- A Debilidade Institucional: Com maior realce, as constituições adaptadas pelos países africanos no momento de sua independência haviam sido redigidas sob a tutela das ex-colónias e, ao contrário das práticas autoritárias destes, estavam repletas dos princípios idealistas da democracia liberal, com os quais a África não tinha tido contacto prévio ou experiência²³¹. Os regimes construídos sobre essas constituições eram, em essência, conceitualizações estrangeiras transplantadas, que não tinham raízes nativas e careciam de legitimidade. Também, havia a dificuldade em encontrar quadros capacitados para fazer funcionar a máquina do Estado, até mesmo no que concerne às tarefas mais elementares²³². Nessas circunstâncias não é de se estranhar que imperasse a instabilidade política e que os padrões de eficiência e probidade da administração pública fossem deficientes.
- As Rivalidades Étnicas: As potências coloniais não levaram em conta os interesses das populações locais ao traçarem os limites de seus domínios africanos. Ao contrário, o colonizador muitas vezes agiu no sentido de exacerbar antagonismos, no intuito de dividir para imperar²³³. Assim, quando de sua independência, grande parte dos países africanos eram entidades artificiais, tendo o Estado precedido a Nação. Os factores étnicos passaram, assim, a permear regularmente os conflitos africanos. É possível que, a longo prazo, consolidem-se identidades nacionais correspondentes aos Estados africanos²³⁴. Tal processo, todavia, seguramente demandará ainda extenso período de tempo, persistindo as rivalidades étnicas como factor de conflito na África pelo futuro previsível. O pan-africanismo tem sido

²²⁸ Ibidem.

²²⁹ SANTOS, Luís Ivaldo Villafañe Gomes – A Arquitetura de Paz e Segurança Africana [Em linha]. Brasília : Fundação Alexandre Gusmão, (2011), p. 29. [Consult. 20 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/535.pdf>.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibid., p. 30.

²³² Ibidem.

²³³ Ibid., p. 32.

²³⁴ Ibid., p. 34.

apontado como solução do problema, mas a proposta de seguir pela rota da integração continental, saltando a etapa da construção nacional, parece visionária à luz da História²³⁵.

- As diferenças Religiosas: Não há base para concluir que diferenças de religião invariavelmente constituem factor de antagonismo. Em sentido contrário, há numerosos registos históricos de populações de diferentes fés convivendo pacificamente por períodos prolongados²³⁶. A religião pode efectivamente contribuir para o conflito, quando uma comunidade sofre discriminação em função de sua fé²³⁷. Essa discriminação surge na forma de restrições à prática religiosa ou na observação forçada de normas de outras religiões. No passado recente, a difusão de interpretações fundamentalistas do Islã tem gerado tensões. Por não distinguirem entre Religião e Estado, estas restringem o *status* social e político dos praticantes de outras fés, o que naturalmente provoca ressentimentos. Tentativas de imposição da Sharia às populações não islâmicas têm figurado como causas de conflitos africanos, conforme ilustra o caso do Sudão²³⁸.

- Factores Ambientais e a Exploração de Recursos Naturais: Vários conflitos africanos resultam, ao menos parcialmente, de factores ambientais. A redução de precipitações pluviométricas a partir do início da década de 1980 contribuiu, em partes do continente, como no Darfur, para agudizar as disputas entre agricultores e pastores itinerantes pela utilização dos recursos hídricos em declínio²³⁹. A exploração dos recursos naturais também pode ter um importante papel no prolongamento de conflitos. Apesar da devastação causada pelos combates, alguns grupos podem aproveitar-se do caos vigente para auferir lucros, controlando pela força das armas a extracção e exportação de produtos minerais e vegetais, por vezes de forma a causar sérios impactos ambientais²⁴⁰. De referir que, o contrabando de diamantes, comprovadamente, serviu para sustentar as guerras civis em Angola e na Serra Leoa, levando a comunidade internacional a adaptar, pelo Processo de Kimberley, um regime de controlo sobre o comércio internacional dessas pedras preciosas²⁴¹. Em relatório ao Conselho de Segurança da ONU²⁴², painel de peritos sobre a exploração ilegal de recursos naturais na República Democrática do Congo atestou como a rapina de minérios como ouro, cobalto, cobre, urânio e coltan, com a cumplicidade de grandes firmas sediadas em países

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ Ibid., p. 35.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibid., p. 36.

²⁴⁰ Ibid., p. 38.

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

desenvolvidos, contribuiu para a perpetuação do conflito naquele país. O Conselho de Segurança da ONU, pela Resolução 1625²⁴³, adaptada em Setembro de 2005, reconheceu a ligação entre a exploração e tráfico ilegais de recursos naturais e a eclosão, expansão e prolongamento dos conflitos armados. Essa ligação foi reafirmada por Declaração do Presidente do Conselho, em Junho de 2007, emitida após debate aberto sobre o tema da vinculação dos recursos naturais com conflitos.

- Factos Demográficos: A África, actualmente, possui os mais altos índices de crescimento populacional e urbano do mundo. A alta densidade demográfica tem sido apontada como factor que contribuiu para os conflitos no Burundi e em Ruanda²⁴⁴. A relativa escassez de terras agrícolas naqueles países, provocada pelo aumento de população, seria um dos motivos de agressões entre Hútus e Tutsis, interessados em expulsar de suas terras membros do grupo étnico rival²⁴⁵. Nas próximas décadas, entretanto, muitos países africanos irão conviver com um *youth bulge* (aumento de jovens). A existência de tal vasto contingente de jovens, facilmente mobilizados para a guerra, o extremismo político ou religioso ou o crime, pode ter forte impacto adverso sobre a paz e segurança no continente africano.
- A Proliferação de Armas: Em Dezembro de 2000, os países africanos adaptaram a Declaração de Bamaco sobre uma Posição Comum Africana quanto à Proliferação, Circulação e Tráfico de Armas Leves e de Pequeno Calibre, fazendo um apelo aos países produtores no sentido de que eliminem a prática de despejar armas excedentes na África²⁴⁶. Uma conferência de seguimento, realizada em Dezembro de 2005, em Windhoek, reafirmou os termos da Declaração de Bamaco, apontou a necessidade da redução da disponibilidade, oferta e demanda de armas leves e de pequeno calibre na África, e conclamou a UA a adaptar um instrumento juridicamente vinculante a esse respeito²⁴⁷. Em Maio de 1997, realizou-se em Kempton Park, na África do Sul, sob os auspícios da OUA, a Primeira Conferência Continental de Peritos Africanos em Minas Terrestres, que adaptou a meta de tornar o continente africano uma zona livre de minas antipessoais²⁴⁸. Os países africanos tiveram um papel importante ao impulsionarem as negociações que levaram à Convenção da ONU sobre a Proibição do Uso, Estocagem, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sua Destruição (Convenção de Ottawa), que entrou em vigor em primeiro de Março de 1999²⁴⁹.

²⁴³ Ibid., p. 39.

²⁴⁴ Ibidem.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ibid., p. 42.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibid., p. 43.

Em Setembro de 2004, teve lugar em Adis Abeba a Segunda Conferência Continental de Peritos Africanos em Minas Terrestres, que aprovou uma posição comum africana para a Primeira Conferência de Revisão da Convenção de Ottawa, realizada simbolicamente em Nairobi, em Novembro seguinte²⁵⁰. A Segunda Conferência assinalou a necessidade da prestação de apoio aos países africanos para habilitá-los a cumprir as obrigações assumidas sob a Convenção e em seus esforços de limpeza de minas.

Assim sendo, a faceta mais visível e trágica, em consequência directa dos conflitos, constitui o sofrimento humano e as perdas de vida. De referir que, as situações de conflitualidade prolongada afectam significativamente as infraestruturas do estado, provocando áreas de ineficiência, ao mesmo o colapso total dos serviços do Estado. Desta feita, as estruturas produtivas dos Estados africanos é extremamente afectada porque os gastos públicos orientam-se em consequência dos conflitos ou para os sustentar; a insegurança provoca a fuga de investidores, hipotecando deste modo anos de investimento no desenvolvimento; partes do aparelho do Estado e meios económicos podem ser alvo de grupos criminosos – criando condições favoráveis ao alargamento do terrorismo e do tráfico de droga com repercussões globais; ainda a incidência de doenças e epidemias acentuam-se com frequência, devido a falta dos serviços estatais e ao movimento de populações, que facilita a disseminação de doenças como a SIDA²⁵¹.

Entretanto, sendo que, os conflitos geram insegurança que compromete o desenvolvimento e face ao crescimento de conflitos em África, suscitaram a necessidade premente da Comunidade Internacional contemplar o vector da segurança nas suas políticas de ajuda e cooperação com África.

3.2. *Caracterização da Guerra Fria e seu Enquadramento no Conflito Angolano*

A expressão Guerra Fria é utilizada para qualificar dois períodos, nomeadamente desde o fim da Segunda Guerra Mundial até ao fim da dominação da Europa Central e Oriental pela URSS. Aron apelidou-a como “guerra improvável” – porque a dissuasão nuclear impedia as superpotências de transformar a Guerra Fria em guerra real e confronto armado directo – e como “paz impossível” – porque os objectivos dos dois actores principais eram

²⁵⁰ Ibidem.

²⁵¹ RIBEIRO, 2010, loc. cit.

antagónicos.²⁵² A URSS queria implementar o seu sistema político à escala mundial e o mundo ocidental desejava o fim do comunismo por conversão ou por extinção. Assim sendo, a Guerra Fria foi engendrada pela incompreensão recíproca de Washington e Moscovo, sendo que as relações entre a URSS e os EUA eram o que se chama um jogo de resultado nulo, pelo que, as quantias que estavam em jogo à partida eram as mesmas do princípio ao fim não podendo haver benefícios mútuos²⁵³.

A Guerra Fria durou quatro décadas, de 1947 a 1989, atingindo o auge entre 1947 e 1963, quando se realizaram poucas negociações sérias entre os EUA e a URSS, porém nas décadas de 1970 e 1980 foram bastante diferentes.

De referir que a Guerra Fria oferece uma perspectiva única – devido à sua trajetória invulgar – sobre as relações internacionais e esclarece a dinâmica de duas opções de política externa que os Estados podem assumir, designadamente a opção de dissuadir – ao longo da história os países construíram exércitos, formaram alianças e lançaram ameaças para dissuadir outros países de os atacarem, similarmente, a dissuasão estava ligada à questão global da dissuasão nuclear, forma pela qual cada superpotência procurava impedir a outra de alcançar uma vantagem e conseqüentemente perturbar o equilíbrio de poder entre elas – e a opção de conter – esta referia-se a uma política específica americana de contenção do comunismo soviético, de modo a promover uma ordem mundial política e económica liberal²⁵⁴.

Na abordagem sobre a originalidade da Guerra Fria, Nye apresenta-nos três abordagens, nomeadamente os *tradicionalistas* – atribuem a responsabilidade à Estaline e à URSS, pelo facto de que, na época, a diplomacia americana era considerada defensiva e que apenas lentamente despertaram para a natureza da ameaça soviética. Ademais, os EUA propunham uma ordem mundial universal e segurança colectiva através da ONU, desmobilizaram as suas tropas, reconheceram os interesses soviéticos²⁵⁵; os *revisionistas* – acreditam que foi responsabilidade do expansionismo americano, pelo que, na época, os americanos eram mais fortes, encontravam-se fortalecidos com a guerra e detinham armas nucleares. Adicionalmente, em Maio de 1945 os EUA cortaram o programa *lend-lease*, em Junho, do mesmo ano, Truman tentou intimidar Estaline fazendo alusão à bomba atómica, a mudança do

²⁵² ARON apud BONIFACE, 2011, op. cit., p.174.

²⁵³ Ibid., p. 174-175.

²⁵⁴ NYE, Joseph S – Compreender os Conflitos Internacionais : Uma Introdução à Teoria e à História. 3ª Edição. Lisboa : Gradiva, 2002, p. 136.

²⁵⁵ Ibid., p. 137.

Partido Democrático de esquerda para direita, a demissão, em 1948, de Henry Wallace do cargo de secretário da agricultura, o posicionamento anticomunista do secretário de defesa James Forrestal, a natureza do capitalismo americano que exigia o expansionismo, como a hegemonia económica americana que não podia tolerar qualquer país que viesse a tentar organizar uma área economicamente autónoma, são exemplos que justificam as razões que levam aos revisionistas considerarem os americanos causadores da Guerra Fria²⁵⁶; e os *pós-revisionistas* – estes consideram quem nem a URSS nem os EUA são culpados, pois era uma guerra inevitável por causa da estrutura bipolar do equilíbrio de poder do pós-guerra. Desta feita, ambos tinham objectivos diferentes, pelo que a URSS desejavam possessões tangíveis e território, por sua vez os EUA tinham objectivos tangíveis ou societais.²⁵⁷

Relativamente as causas da Guerra Fria, tantos os historiadores como os próprios actores, divergiram sobre as causas que conduziram ao desencadear da Guerra Fria. De referir que, para uns,

“Os Estados Unidos quiseram estender a sua influência a um conjunto do planeta, negando os direitos que a URSS tinha adquirido no decurso da Segunda Guerra Mundial. Para os outros, a própria natureza do sistema comunista, o seu carácter expansionista ou até mesmo messiânico, inserido num imperialismo russo estabelecido desde longa data, enfraqueceu a aliança dos vencedores da Segunda Guerra mundial”²⁵⁸.

Desta feita, cada um acreditava que o outro preparava a guerra contra si, pelo que “Estaline sabia que militarmente era mais fraco e Truman sabia que a sua opinião pública não teria aceitado envolver-se numa terceira guerra mundial enquanto o território americano não fosse ameaçado”²⁵⁹.

Várias são as razões apresentadas sobre o fim da Guerra Fria foi, em 1989. Uma delas foi quando a URSS não utilizou a força para apoiar o governo comunista na Alemanha Oriental e o Muro de Berlim – considera-se que a contenção tenha resultado – outra é a de sobre expansão imperial, que segundo Kennedy “os impérios se expandem excessivamente até essa

²⁵⁶ Ibid., p. 138.

²⁵⁷ Ibid., p. 139-140.

²⁵⁸ BONIFACE, 2011, op. cit., p. 175.

²⁵⁹ Ibid., p. 176.

expansão esgotar a força interna do império”²⁶⁰. Também, o desenvolvimento militar dos EUA, na década de 1980, forçou os Soviéticos à rendição na guerra. De ressaltar que, embora se possam considerar essas causas, existem outras mais profundas, nomeadamente as causas principiantes – salientam-se as reformas do comunismo impostas por Mikhail Gorbachev, nomeadamente a ideia da *perestroika*, a estratégia da *glasnost* e a política externa de Gorbachev denominada novo pensamento; as causas intermédias – aqui destacam-se as ideias liberais enfatizadas nas explicações construtivistas e a sobre expansão imperial enfatizadas pelos realistas – e as causas profundas – estas foram o declínio da ideologia comunista e a falência da economia soviética²⁶¹.

Entretanto, podemos afirmar que, ao longo do período em que decorreu a Guerra Fria, “nunca houve confronto armado entre Soviéticos e Americanos, limitando-se, apenas, ao estádio verbal ou à gesticulação política”. Contudo, se “houvesse recurso às armas, era por meio de aliados das superpotências”. Assim sendo, ao nível daquilo que foi o desenrolar da Guerra Fria evidenciam-se o bloqueio de Berlim em 1948-1949; a guerra da Coreia em 1950-1953; a crise de Suez em 1956; e, o muro de Berlim em 1961²⁶².

Convém afirmar que, quando começou a Segunda Guerra Mundial, a 1 de Setembro de 1939, Portugal declarou-se neutro. Para as autoridades portuguesas, a sua postura era justificada, porquanto ela decorria da necessidade de defender os seus interesses nacionais e não por simpatias ou identificação ideológica para com qualquer dos beligerantes. Aliás, Portugal vangloriava-se de ter sido pioneira nas expedições marítimas razão pela qual declarava aos quatro ventos que a sua vocação era acima de tudo ultramarina, tendo por isso pouco ou nada a ver com a Europa. Com a fragilidade em que se encontravam as potências europeias, em consequência da Segunda Guerra Mundial, as novas potências – EUA e URSS – que passaram a ditar as regras de jogo, alteraram por completo o *status* quo anterior à guerra e acabando por sentenciar em última instância o destino do colonialismo. No entanto, diferentes de outros países, as ex-colónias portuguesas em África, tiveram de empreender uma luta armada contra o colonialismo²⁶³.

²⁶⁰ NYE, 2002, op. cit., p. 159.

²⁶¹ Ibid., p. 160-162.

²⁶² BONIFACE, 2011, op. cit., p. 177.

²⁶³ MARCOS, Daniel; CASTAÑO, David; RAMIRES, Filipe – Portugal na 2ª Guerra Mundial [Em linha]. [Consult. 18 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.http://neh.no.sapo.pt/documentos/portugal_na_II%20guerra%20mundial.htm.

Embora professando ideologias diferentes, as duas novas potências, convergiam num sentido em relação as colónias em África que era o fim do colonialismo. Não obstante, esse interesse manifestado escondia um outro interesse, porquanto ambos os países pretendiam atrair para a sua órbita os territórios que estavam sob o domínio das potências europeias antes da Grande Guerra. Os EUA queriam ter acesso ao mercado africano, bem como expandir a sua influência no continente. A URSS, por sua vez pautava mais por uma questão ideológica e como não podia deixar de ser, procurava vincar a sua influência²⁶⁴.

De referir que, apesar das tentativas de criação de coligações multinacionais ou de instituições como a ONU, os verdadeiros poderes políticos e económicos que imperaram durante a Guerra Fria foram os EUA e a URSS, que possuindo visões divergentes quanto a gestão dos assuntos internacionais, lideraram cada um deles uma coligação militar - OTAN e Pacto de Varsóvia – que deram corpo a um mundo bipolar, em substituição ao anterior mundo multipolar.

No início dos anos 60 a rivalidade entre os EUA e a URSS, era notável sobretudo pelo facto de cada um destes países procurarem à sua maneira, apoiar os MLN. Assim, no começo da luta de libertação nacional, os EUA apoiavam os nacionalistas que combatiam os portugueses pelo facto destes considerarem África como um local estratégico, atendendo as perspectivas americanas futuras na arena internacional.

Em Angola, os americanos apostaram em Holden Roberto e na FNLA, organização que recebeu de sua parte apoio considerável na década de sessenta. Com este envolvimento, os EUA tinham como objectivo travar a expansão da influência soviética em África, particularmente em Angola, por um lado, e, por outro lado, colocar no poder, um governo ao serviço da América, e uma personalidade sobre o qual pudessem exercer a sua influência de acordo com os seus interesses. Igualmente, Washington procurou de forma sistemática influenciar Portugal a enveredar pela descolonização mas sem comprometer o seu relacionamento com este país²⁶⁵.

Noutra vertente, o MPLA era apoiado pela URSS, que canalizava o seu apoio através dos países africanos independentes como o Gana que se tornara independente em 1957. Porém, na década de 70, e fruto de desconfianças de parte a parte entre os americanos e Holden Roberto, o que conduziu a um esfriamento nas relações entre ambos, e fruto da dinâmica do processo

²⁶⁴ GONÇALVES, Rui Nelson – As Superpotências em África na Era da Descolonização : Angola (1950-1975). Évora : Universidade de Évora, 2012, p. 48. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus.

²⁶⁵ Ibid., p. 90.

em si, que fez surgir em 1966 no panorama político angolano a UNITA de Jonas Savimbi, que rompera com a FNLA de Holden Roberto onde fora Ministro dos Negócios Estrangeiros, os EUA perderam o protagonismo que tinham, e a URSS passa a rivalizar com a República Popular da China²⁶⁶.

Salienta-se que, no entanto, os americanos só viriam a dar toda a importância a questão de Angola no início de 1975²⁶⁷. Confrontados com o evoluir da situação em Angola que já era favorável ao MPLA apoiado pela URSS e Cuba, os americanos apercebem-se que estavam atrasados na corrida para influenciar o curso dos acontecimentos no país e que os seus tradicionais aliados tinham perdido bastante terreno face a um MPLA bastante revigorado devido não somente do apoio material que recebia da URSS, mas sobretudo do apoio que recebia de Cuba no treino dos seus quadros militares e ainda do apoio multifacético que recebia agora da OUA e de vários países africanos no quadro do espírito do Pan Africanismo²⁶⁸.

Em Agosto de 1975, Henry Kissinger, Secretário de Estado Norte-americano, lançou publicamente um aviso à URSS para que não interferisse em Portugal²⁶⁹. Todavia, a influência política de Moscovo nas principais colónias portuguesas em África já era uma realidade impossível de ser contornada conforme o próprio tempo encarregou-se de confirmar. Assim, no mês de Fevereiro, a URSS envia armas para o MPLA e aviões de transporte chegaram ao Congo-Brazzaville com equipamento militar, designadamente morteiros pesados e tanques que são transferidos por barco para um local perto de Luanda²⁷⁰. Com este apoio e incluindo das tropas cubanas e dos Estados aliados do bloco soviético, em Março de 1976, as forças do MPLA tinham derrotado e dispersados as forças rivais, nomeadamente a FNLA e a UNITA que, na altura, tinham perdido o apoio americano, resultado do congresso norte-americano que decidiu reduzir o ajuda da administração Ford. Em consequência do fracasso da URSS no ex-Zaire, ao ser suplantado pelos EUA, com o derrube de Patrice Lumumba, ela viu em Angola, uma oportunidade soberana de redimir-se da derrota sofrida na concorrência entre ambos pela conquista de zonas de influência em África, no âmbito da guerra fria, apoiando o MPLA²⁷¹. Ressalta-se que, ao longo dos primeiros anos

²⁶⁶ Ibid., p. 91.

²⁶⁷ Ibid., p. 94.

²⁶⁸ Ibid., p. 95.

²⁶⁹ Ibid., p. 97.

²⁷⁰ Ibid., p. 105-112.

²⁷¹ Ibid., p. 79.

de independência, o MPLA adaptou por inteiro a ideologia marxista-leninista e os modelos político-económicos da URSS e de Cuba.

Por outro lado, apesar de a FNLA ter entrado em declínio a seguir à sua derrota militar no início de 1976 e da assinatura de um acordo diplomático entre Angola e o Zaire, a UNITA revitalizou-se e reforçou-se. Assim, a partir de 1981, Savimbi recolheu apoio sob a forma de fundos, armas e aconselhamento militar de várias organizações americanas, incluindo a CIA e nos finais dos anos 80, a guerra civil angolana tornou-se um conflito alimentado pela Guerra Fria, com as duas superpotências a apoiarem cada uma das partes em confronto²⁷².

No início de Janeiro de 1984, a URSS anunciou a assinatura de novos acordos militares com Angola. Estes visavam contribuir para a preservação da independência e integridade territoriais de Angola. Para alguns, o MPLA demonstrava assim que, numa lógica de Guerra-Fria, o seu aliado seria a URSS. Foi neste contexto que Moscovo encorajou, no Verão de 1987, uma operação militar de grande envergadura para eliminar a UNITA no Sudeste angolano. O seu insucesso coincidiu com o recomeço das negociações e com um inesperado encontro bilateral em Brazzaville entre Luanda e Pretória, que desagradou os americanos e russos, desconfiados, respectivamente, das manobras divisionistas sul-africanas e da imprevisibilidade dos angolanos²⁷³.

Ao longo deste período, os apoiantes da UNITA, nomeadamente a África do Sul e os EUA, fizeram um derradeiro esforço para derrotar as forças governamentais do MPLA em operações militares no sul e no sudoeste de Angola. Para contrapor a URSS e a Cuba despenderam uma quantidade extraordinária de recursos humanos e matérias em apoio ao MPLA.

Entretanto, nos tempos da Guerra Fria, as duas grandes superpotências disputaram pelo controlo dos países geoestratégico importante, sendo Angola um dos mais desejáveis e apetecíveis neste domínio. Em grande parte pelo apoio dado à luta armada nos períodos pré independência, participando activamente na formação, inicialmente de guerrilheiros e posteriormente de quadros, Angola caiu debaixo da alçada dos países de influência do antigo Bloco de Leste, logo após o seu nascimento como Estado. A UNITA personificou, até à queda do Muro de Berlim, a resistência do Bloco Leste, sendo por esse facto apoiado pelos EUA,

²⁷² WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 363-364.

²⁷³ MONTEIRO, António – Portugal, os Estados Unidos e a Guerra Angolana. *Negócios Estrangeiros*. Lisboa. nº 6 (2003), p. 16-17.

pela África do Sul e pela maioria dos países Ocidentais. As duas grandes potências disputavam entre si pelo controlo do mundo usando interpostos actores. Este quadro de apoio à UNITA modificou-se com o fim da Guerra Fria, pois toda a conjuntura internacional sofreu profundas alterações.

3.3. *O Contexto Geopolítico do Conflito Armado Angolano (1975 – 2002)*

A guerra civil em Angola teve início antes mesmo da independência e causou significativos danos às instituições políticas e sociais do país, como²⁷⁴:

- Estimaram que cerca de 10 milhões de minas terrestres foram espalhadas pelo território nacional, prejudicando a agricultura e a pecuária;
- Angola pagou pela guerra civil um preço que extrapolou os interesses nacionais, o que causou muitas vítimas directas e indirectas, oportunidades desperdiçadas de crescimento e de avanços sociais;
- As cidades cresceram desordenadamente, sem as condições mínimas de subsistência, por motivos de segurança; e,
- Representou uma diminuição da força de trabalho, de capital e impossibilitou o progresso tecnológico.

Angola esteve em guerra durante quase todo o período compreendido entre o início da revolta armada contra o domínio colonial, em 1961 e o cessar-fogo de Abril de 2002. Houve apenas uns poucos meses de paz em 1974-1975, antes de o país voltar a mergulhar na guerra em vésperas da independência, em Novembro de 1975, e dois interlúdios instáveis de paz relativa em 1991-1992 e 1994-1998.

Para Hodges, as origens do conflito armado angolano não estiveram especificamente relacionadas com a existência de petróleo ou de outros recursos naturais. As suas principais causas foram “a natureza do colonialismo português, sobretudo por não ter preparado uma transição estável para a independência, e o desenvolvimento de movimentos nacionalistas rivais com origens etno-regionais diferentes”²⁷⁵. Para Anstee, O conflito interno

“era claramente inevitável, devido á discórdia feroz que grassava entre os vários grupos nacionalistas durante a guerra anticolonial, mas foi agravado em primeiro

²⁷⁴ SOUZA, Adriano Ibraim e Ramos. et al, 2011, op. cit., p. 7-8.

²⁷⁵ HODGES, Tony – Angola : Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem. 1ª Edição. Caiscais : Editora principia, 2002, p. 24-25.

lugar pela natureza abrupta da partida dos portugueses e em segundo lugar pela posição estratégica fundamental de Angola, em termos militar, política e económica, que tornaram o país num prémio valioso durante a Guerra Fria e pelo desejável domínio entre as superpotências na África Austral”²⁷⁶.

De uma forma geral, as linhas de força do conflito angolano foram sobretudo causadas por factores políticos internos, tendo em conta a diminuição do envolvimento externo no conflito angolano após o fim da Guerra Fria e o desmantelamento do sistema de Apartheid na África do Sul. Claramente, nos últimos anos, a guerra não teve nenhuma base social real e mesmo em termos de etnicidade, nem motivações ideológicas consistentes, pelo menos desde o abandono do marxismo-leninismo pelo MPLA. Além disso, ela tornou-se num conflito motivado principalmente pela ambição pessoal, pela suspeição mútua e pelo objectivo de tomar ou manter o controlo do Estado e dos recursos a que ele dá acesso²⁷⁷.

Segundo Hodges,

quando começou a transição para a independência, a seguir aos Acordos de Alvor, os movimentos nacionalistas depressa se revelaram incapazes de trabalhar em conjunto e iniciaram então uma desesperada corrida pela supremacia, antes da data marcada para a independência²⁷⁸.

Este conflito foi exacerbado pela intervenção externa, motivada não pela concorrência para controlar os recursos naturais de Angola, petróleo e outros, mas sim pelas rivalidades geopolíticas da Guerra Fria e pela determinação do regime racista da África do Sul em impedir o apoio angolano aos nacionalistas da Namíbia²⁷⁹.

Assim, a África do sul forjando uma aliança de interesses com a UNITA e a FNLA, invadiu o Sul de Angola em Agosto de 1975. Desta feita, o exército zairese invadiu o Norte, para apoio da FNLA. Os EUA apoiaram clandestinamente a UNITA e a FNLA, para contrabalançar a ajuda militar soviética ao MPLA. Em resposta à invasão sul-africana, Cuba enviou milhares de soldados para Angola, a partir de Outubro de 1975²⁸⁰. Nos poucos meses que se seguiram, os cubanos ajudaram o MPLA a ganhar o controlo de todo o país. Todavia, o grande impulso para sanar o conflito tenha sido originado por alterações nesse ambiente externo, que

²⁷⁶ ANSTEE, Margareth Joan - Órfão da Guerra Fria : Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992-1993. 1ª Edição. Porto : Editora Campo das Letras, 1997, p. 35.

²⁷⁷ HODGES, 2002, op. cit., p. 37-38.

²⁷⁸ Ibid., p. 26.

²⁷⁹ Ibid., p. 26-27.

²⁸⁰ Ibidem.

começaram a nível internacional e regional, em finais da década de 1980²⁸¹. Com o presidente Gorbachev, a URSS começou a pôr fim ao dispendioso envolvimento em guerras civis no Terceiro Mundo. Ainda a África do Sul, em finais dessa década, estava interessada em afastar-se do conflito armado angolano. Mas o primeiro passo concreto em direcção ao desengajamento das potências externas foi dado em Dezembro de 1988, quando Angola, Cuba e África do Sul assinaram os Acordos de Nova Iorque, nos termos dos quais Cuba se comprometeu a retirar as suas tropas de Angola, com as contrapartidas de uma retirada sul-africana do Sul do país e de eleições na Namíbia supervisionadas pela ONU²⁸². A seguir ao Acordo de Nova Iorque de 1988, tanto o presidente José Eduardo dos Santos como Jonas Savimbi deram sinais de estarem prontos para procurarem uma solução política, mas as várias tentativas efectuadas para conseguir a mediação entre ambos saíram frustradas²⁸³.

Findo a intervenção externa directa no conflito armado angolano e face os vários processos de paz que Angola vivenciou, novas foram as realidades do conflito e em consequência da desproporcionada desmobilização das forças governamentais em 1991-1992, a UNITA pôde pela primeira vez ocupar e manter em seu poder grandes cidades, pese embora já não recebesse auxílio dos seus antigos protectores, mas continuava a conseguir um considerável apoio logístico em virtude do seu estreito relacionamento com o presidente Mobutu, do Zaire, bem como o facto de que neste período detinha sobre as principais zonas diamantíferas, que lhe proporcionava recursos substanciais em resultado da venda de diamantes e essas receitas eram utilizadas para comprar armas no mercado internacional²⁸⁴. Por sua vez, o aumento da produção do petróleo e as receitas por elas geradas permitiram ao Governo angolano rearmar-se, reorganizar as suas forças e retomar gradualmente a iniciativa em 1994²⁸⁵. Além disso, a UNITA sofreu três importantes sanções do Conselho de Segurança (Resolução 864, de 15 de Setembro de 1993; Resolução 1127, de 28 de Agosto de 1997 e a Resolução 1173, de 12 de Junho de 1998) impostas pela ONU pelo não cumprimento do Protocolo de Lusaka.²⁸⁶

Face a essa situação e com a morte do chefe da missão do Protocolo de Lusaka, Maître Alioune Blondin Beye, num acidente de aviação, deixando-a sem liderança, a UNITA contudo, continuava a prevaricar e em finais desse ano, o Governo no IV Congresso do

²⁸¹ Ibidem.

²⁸² Ibid., p. 28.

²⁸³ ANSTEE, 1997, op. cit., p. 36.

²⁸⁴ HODGES, 2002, op. cit., p. 32-33.

²⁸⁵ Ibid., p. 33.

²⁸⁶ Para mais detalhes sobre as sanções impostas pela ONU à UNITA, Cf. HODGES, 2002, *ibid.*, p. 34-39.

MPLA, que realizou de 5 a 10 de Dezembro de 1998, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que o único caminho para a paz era a guerra, apelando ao fim do processo de paz de Lusaka e à retirada da MONUA²⁸⁷. É no entanto importante sublinhar que esta mudança ao nível de recursos relativos e a correspondente evolução de conflito de uma fase semiconvencional para uma fase de guerrilha não permitiram ao Governo alcançar rapidamente uma Victória militar decisiva. Contudo, as sucessivas ofensivas das FAA, a desmotivação crescente dentro da UNITA, a morte, a captura e a rendição de cada vez mais oficiais e soldados rebeldes e a deslocação forçada das populações rurais pelas FAA com vista a negar à UNITA fontes de abastecimento em comida minaram a capacidade de combate e de resistência das forças savimbistas, o que acabou por conduzir à morte do próprio Savimbi em Fevereiro de 2002 e ao abandono da luta armada pelas restantes forças militares da UNITA²⁸⁸. A 4 de Abril de 2002 foi assinado, em Luanda, um acordo para a cessação das hostilidades e a resolução das demais questões militares pendentes nos termos do protocolo de Lusaka.

Portanto, o conflito foi particularmente destruidor a partir da independência, com consequências de longo alcance em todos os domínios da vida angolana, onde grande parte da população rural foi deslocada para zona urbana, muitas das infra-estruturas foram destruídas, danificadas ou deixadas ao abandono e a maior parte dos sectores da economia ainda produz menos do que no início da década de 1970.

²⁸⁷ Ibid., p. 34-35.

²⁸⁸ Ibid., p. 35-37.

CAPÍTULO IV – A DINÂMICA DO PROCESSO DE PAZ EM ANGOLA

4.1. Da Conferência de Gbadolite aos Acordos de Bicesse (1989 – 1991)

Segundo a historiografia angolana, vale mencionar que desde meados do ano 1975 até Dezembro de 1989, Angola foi um terreno propício a confrontos sangrentos de Guerra-Fria, como da invasão do regime racista da África do Sul. Face a isso, muitos foram os contactos feitos no sentido de se pôr fim ao conflito armado angolano e foi que numa primeira tentativa para o facto foi a Conferência de Gbadolite, realizada a 22 de Junho de 1989 no Zaire, hoje RDC, na presença de dezoito (18) Chefes de Estados Africanos, a cimeira para a Paz em Angola, contou com um convidado especial, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi presidente da UNITA²⁸⁹. É no entanto nesta Cimeira que “se tomou a decisão de impor um cessar-fogo que entraria em vigor dois dias depois, em 24 de Junho de 1989”²⁹⁰.

Valentim considera que esta Cimeira como principiante para uma solução pacífica e a conquista da paz, bem como um processo para se pôr fim à guerra. O mesmo acrescenta que fazendo hoje uma retrospectiva, chegamos à conclusão de que valeram a pena os esforços de Gbadolite porque serviram de alicerce para outras caminhadas em prol da paz e reconciliação nacional no país.²⁹¹

Resumidamente consideram-se resultados positivos da Conferência de Gbadolite como sendo que a mesma permitiu o primeiro encontro entre o presidente do MPLA e do Governo da República Popular de Angola (GRPA) com o líder da UNITA, após a ruptura deste último com o presidente Agostinho Neto em 1975; abriu igualmente o processo das negociações entre o GRPA e a UNITA; permitiu criar uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos EUA, na Europa e na África como uma personalidade de diálogo e reconciliação nacional; e por fim, criou igualmente uma boa imagem ao Dr. Savimbi, transmitindo a ideia de que o problema de Angola passa num diálogo directo entre as duas partes. Contudo, as negociações não progrediram por falta de uma agenda concordante, isto é, a UNITA queria discutir assuntos políticos e o Governo angolano insistia sobre o cessar-fogo²⁹².

²⁸⁹ O ponto fulcral e contraditório sobre o projecto da Cimeira era o exílio voluntário e temporário do presidente da UNITA, Dr. Jonas Savimbi. Cf. VALENTIM, Jorge Alicerces – Caminho para a Paze Reconciliação Nacional: De Gbadolite a Bicesse (1989-1992). 1ª Edição. Luanda : Edições Mayamba, 2010, p. 41.

²⁹⁰ Ibid., p. 48.

²⁹¹ Ibid., p. 49-50.

²⁹² Ibid., p. 51-52.

A falta de um documento escrito e assinado pelos digníssimos Chefes de Estado africanos e feito a conhecer publicamente à imprensa internacional abriu uma crise profunda de desconfiança entre as partes envolvidas no conflito em Angola. Ainda assim, o facto do presidente da mesa da Cimeira, o Dr. Kenneth Kaunda, Chefe de Estado da Zâmbia, ter declarado à imprensa internacional que o Dr. Savimbi tinha aceiteado o seu exílio, fez com que tanto os militantes como os membros da UNITA solidarizassem com o Dr. Savimbi em rejeitar os resultados de Gbadolite, mas porque a Administração Americana era de opinião de que o Dr. Savimbi teria de implementar o cessar-fogo, fez com que essa posição internacional ligasse o presidente da UNITA à Conferência de Gbadolite²⁹³.

No ponto de vista de Malaquias, “a falha de Gbadolite rondou em torno da questão de quem disse o quê e quando. [Também foi] mal planificada pouco antes da viagem de Mobutu aos EUA”²⁹⁴.

Toda via, face as constantes violações do cessar-fogo de Gbadolite e as grandes proporções que o conflito armado foi tomando, o Governo americano decidiu envolver-se directamente para encontrar uma nova plataforma para as negociações de paz em Angola e é assim que no dia 2 de Novembro de 1989 chega à Luanda, capital de Angola, o subsecretário Adjunto americano para os Assuntos Africanos, Warren Clark²⁹⁵. Com efeito, esta iniciativa americana foi um prelúdio da transferência das negociações de Kinshasa para Portugal sob mediação do Governo Português.

Até finais de 1989 os problemas de Angola eram tão sérios, tão complexos e sangrentos, que mereceram das duas partes em conflito, uma grande visão e coragem política e é assim que Portugal iniciou então com conversações parciais em Luanda e Lisboa com cada uma das partes. Por parte da UNITA, o Dr. Savimbi realizou a sua viagem à Portugal no fim de Janeiro e princípio de fevereiro de 1990, na qual o objectivo da sua viagem foi estudar as modalidades possíveis das futuras negociações de Paz em Angola e ganhar alguns apoios e simpatias nos círculos políticos de Portugal. Por sua vez, o Presidente da República Popular de Angola o Engº José Eduardo dos Santos, na mensagem de fim de Ano, enriqueceu o plano de Paz e o Acordo de Gbadolite, na qual apresentou pontos cruciais que permitia a abertura do Estado à participação de todos os angolanos de diferentes horizontes políticos na vida nacional de uma forma organizada, em termos políticos, associativos ou individualmente, bem como uma

²⁹³ Ibid., p. 49-51.

²⁹⁴ MALAQUIAS apud COMERFORD, Michael G – O Rosto Pacífico de Angola: Biografia de Um Processo de Paz (1991-2002). Luanda : 2005, p. 27.

²⁹⁵ Ibid., p. 78.

consagração das realizações das eleições em todo o espaço nacional, havendo desta forma uma total concordância com a tese fundamental defendida pelo líder da UNITA²⁹⁶.

Com efeito, a 24 e 25 de Abril de 1990 tiveram lugar os primeiros contactos directos entre o GRPA e a UNITA como novo mediador Portugal, esse facto foi confirmado pelo ministro das Relações Exteriores de Angola, Pedro de Castro Van-Dúnem <<Loy>>.²⁹⁷ Para maior credibilidade e envolvimento, todos os países mais envolvidos diplomaticamente na solução do problema angolano enviaram os seus emissários a Lisboa para encorajar o reatamento das negociações de Paz e Reconciliação Nacional em Angola, havendo assim garantias de que nas negociações vindouras os assuntos políticos seriam discutidos. Durante as negociações Marrocos e Côte d'Ivoire tornaram-se centros de diplomacia activa para contactos com a UNITA.²⁹⁸

Durante o período que vigorou o processo negocial há que ressaltar as sete rondas de negociações de paz em Angola, com maior destaque para a quarta ronda e sobretudo a sétima ronda que culminou então com a rúbrica dos Acordos do Estoril por parte das duas delegações²⁹⁹.

De igual modo, “tinha chegado a hora de calar as armas nas fileiras das FALA e a ordem do cessar-fogo foi dada a partir de Bruxelas”, capital da Bélgica, no dia 14 de Maio de 1991, pelo alto comandante das FALA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi. Assim “os militares da UNITA acataram as ordens dadas e em todo espaço nacional as armas calaram-se e muito rapidamente”, os estados-maiores gerais das FAPLA e das FALA encontraram-se para a desmobilização das forças no Luena. Por outro lado, e face a tal situação, serviu de encorajamento à saída dos últimos contingentes cubanos de maneira muito antecipada. Contudo, estava tudo calmo e os angolanos predispostos a cumprirem os Acordos de Bicesse³⁰⁰.

²⁹⁶ Ibid., p. 79-80.

²⁹⁷ Ibid., p.120.

²⁹⁸ Ao longo processo de paz em Angola, é de salientar o papel importante de Côte d'Ivoire a partir dos finais de 1989 até ao protocolo de Bicesse, visto que neste período a UNITA mudou o eixo de mudança diplomático de Kinshasa para Abidjan e sobretudo porque o nível de debates sobre Angola nesta cidade era mais elevado tanto do ponto de vista político como jurídico. Ainda assim, o presidente Boigny estava aberto aos ventos de mudanças para o multipartidarismo como teve conversações importantes no dia 31 de Outubro de 1989 com Herman Cohen, dos EUA; Pik Botha, da África do Sul; o líder da UNITA, Dr. Savimbi e o Subsecretário Adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, Warren Clark.

²⁹⁹ VALENTIM, 2010, op. cit., p. 146-149.

³⁰⁰ Ibid., p. 212.

Com todos esses factos e após uma longa guerra civil entre os angolanos com intervenções estrangeiras, o Presidente da República Popular de Angola, o Eng^o José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, assinavam então solenemente no Palácio das Necessidades, em Portugal, os Acordos de Bicesse, no dia 31 de Maio de 1991. Estiveram presentes, testemunhando o evento, diferentes personalidades nacionais e internacionais com destaque para o primeiro-ministro do país mediano, o professor Cavaco Silva; o Secretário de Estado Americano James Baker III; o ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS; o Secretário-geral da ONU Perez de Cuellar; a Sua Eminência o Cardeal D. Alexandre do Nascimento e outros³⁰¹.

Neste sentido, para dar seguimento ao Acordo de Bicesse, em Julho do mesmo ano, a Jamba foi visitada pela Comissão Conjunta Político-Militar, emanada dos Acordos de Bicesse, bem como individualidades do GRPA.³⁰² Face ainda o recente Acordo de Bicesse, um importante passo foi dado com o estabelecimento de uma linha telefónica interrupta entre o Presidente da República Eng^o José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, que veio facilitar a comunicação entre as duas partes para evitar qualquer conflito.

Rumo as eleições de 1992 e em cumprimento dos Acordos de Bicesse, muitos foram os encontros entre o Presidente da República e o presidente da UNITA, no sentido de haver uma maior aproximação entre as partes. Ainda como dado importante realizado em 1991 para dar segmento ao cumprimento dos Acordos de Bicesse, foi a formação do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas (CSFAA)³⁰³, que de alguma maneira exprimiu a unidade do povo angolano e fará com que este agarre com as mãos esta oportunidade de paz. A participação das FALA e das FAPLA no exército nacional era um factor fundamental para o sucesso dos Acordos de Bicesse.

Com efeito, os Acordos de Bicesse trouxeram um cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais. A mesma Tróica, ainda implementou uma “Opção Triplo Zero” que obrigou a Comunidade Internacional a parar o apoio a ambos os lados logo que houvesse um cessar-fogo e um calendário de eleições em vigor. Contudo, um dos grandes

³⁰¹ Ibid., p. 214.

³⁰² A delegação do Governo foi chefiada por Lopo do Nascimento e dela faziam parte o general França Ndalu, Fernando da Piedade Dias dos Santos “Nando”, o general Ciel da Conceição Gato e outros. Cf. VALENTIM, 2010, loc. cit.

³⁰³ VALENTIM, 2010, ibid., p. 246-247.

fracassos dos Acordos de Bicesse que podemos constatar aqui foi o outro lado da moeda das eleições, isto é, o da derrota no pleito eleitoral³⁰⁴.

Um dos grandes sucessos de Portugal como mediador, foi que durante esse tempo, as negociações entre as partes em conflito, eram directas, abertas e profundas, chegando ao ponto de serem discutidos assuntos ligados ao processo de paz em duas comissões, a militar e a política, sem restrições possíveis, o que por si só era um grande passo porque implicava um reconhecimento de facto da UNITA pelo Governo e por outro lado, para passar a um outro estágio de reconhecimento formal, o Governo exigia a desmilitarização da UNITA para estar em conformidade com os princípios legais de um partido político³⁰⁵.

Contudo, segundo Anstee o fracasso do Acordo de Bicesse resume-se nos seguintes factores³⁰⁶: 1º A falta da voz da ONU nos Acordos, que mais tarde foram convidados para implementar; 2º O papel dado à ONU pelos que assinaram os Acordos de Bicesse era unicamente um papel de “verificador”, impondo assim limitações significativas e impediu a sua capacidade em responder quando a situação mudou tão drasticamente nos fins de 1992; 3º A falta de generosidade financeira para ajudar a assegurar a paz, isto é, a Missão da ONU foi executada com muito poucos recursos; 4º A gestão da transição para a democracia foi problemática em vários sentidos, sobretudo o conceito de que quem vencer fica com tudo, também não ajudou na consolidação de uma transição suave para um governo democrático.

4.2. *Do Protocolo de Lusaka ao Memorandum de Luena (1994 – 2002)*

Após o fracasso dos Acordos de Bicesse, Angola vivenciou mais um período de conflito armado, onde as forças militares da UNITA, continuaram com os ataques sucessivos em algumas áreas sobretudo na parte Sul do país³⁰⁷. Assim, durante esse período conversações foram surgindo no sentido de novamente haver um acordo, mas dessa vez em um outro cenário, em que Portugal deixou de ser mediador e a ONU passou a ter papel preponderante.

³⁰⁴ COMERFORD, 2005, op. cit., p. 11.

³⁰⁵ Ibid., p. 14.

³⁰⁶ ANSTEE, 1997, op. cit., p. 40-41.

³⁰⁷ No período da segunda fase do processo de paz, as razões do conflito armado tinham mudado ao longo do tempo. A sede insaciável do Dr. Savimbi pela conquista do poder político era considerada a razão pelo retorno à guerra em 1992, mas a luta pelo controlo dos recursos naturais, tais como o petróleo e o diamante, também ganhou importância e se tornou motivo.

Numa primeira fase esteve como representante especial da ONU Margareth Anstee que tentou desesperadamente negociar um cessar-fogo, mas sem êxito. Estas negociações tiveram lugar inicialmente no Namibe, uma das dezoito províncias de Angola, depois em Addis Abeba, antes de falir em Abidjan. Toda via, a situação em Angola tomou novo rumo a quando da nomeação de um novo Representante Especial da ONU, Alioune Blondin Beye, onde novas conversações de paz começaram em Lusaka, que vieram a demorar mais de um ano, antes de dar fruto no Protocolo de Lusaka de Novembro de 1994. De salientar que este protocolo foi largamente baseado no protocolo de Abidjan. O mesmo protocolo passou por uma série de crises, desde a sua assinatura, onde Beye mostrou uma tolerância excepcional nas suas relações com ambos os lados, bem como dando tudo para criar confiança e compreensão. Inspirado dos Acordos de Bicesse, mas foram introduzidas algumas inovações importantes, incluindo a partilha de poder, a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho duma força de capacetes azuis da ONU, onde agora UNAVEM III, chegou a dispor de 7.000 homens³⁰⁸.

Tal como em 1991-1992, o processo de paz avançou lentamente, havendo grandes atrasos no quartelamento das forças da UNITA e com a atitude adoptada pela ONU de apaziguadora, bem como com um prematuro optimismo em relação ao fim do processo de paz na retirada da maior parte da sua força de manutenção de paz em 1997, e como ponto fulcral, o chefe da missão do Protocolo de Lusaka, Maître Alioune Blondin Beye, falecera num acidente de aviação, deixando-a sem liderança, a UNITA contudo, continuava a prevaricar e o Governo no IV Congresso do MPLA, que realizou de 5 a 10 de Dezembro de 1998, o presidente José Eduardo dos Santos declarou que o único caminho para a paz era a guerra, apelando ao fim do processo de paz de Lusaka e à retirada da MONUA³⁰⁹.

Contudo, em Fevereiro de 1999, o Conselho de Segurança decidiu retirar o que restava das suas forças de manutenção de paz, mas a ONU manteve uma pequena missão em Luanda para observar a evolução da situação política e promover a defesa dos direitos humanos.

Para Comerford o fracasso do processo de paz de Lusaka não era apenas devido à má-fé da UNITA, mas também a estratégia da ONU em não revelar publicamente violações dos

³⁰⁸ COMERFORD, 2005, op. cit., p. 16-17.

³⁰⁹ WHEELER; PÉLISSIER, 2011, op. cit., p. 369.

acordos, a falta de transparência e a falha de implementar os embargos da ONU debilitou qualquer intenção que a UNITA ou o Governo tinha em observar o Protocolo de Lusaka³¹⁰.

Num clima de conflito armado, a cena política em Angola alterou-se por completo no dia 22 de Fevereiro com a morte do Dr. Savimbi em combate, criando assim novas possibilidades de paz em Angola. Com isso, muitos passos foram dados nas semanas seguintes à morte do então presidente da UNITA, onde um cessar-fogo entrou em vigor à meia-noite do dia 13 de Março de 2002, fazendo parte dum plano de quinze pontos elaborado pelo Governo para assegurar a paz³¹¹.

As questões mais pontuais tratadas do plano foram as questões como a desmilitarização da UNITA e a sua reestruturação num partido político legítimo, uma amnistia geral a fim de promover a reconciliação nacional, a reposição da administração do Estado em todo o território, a aprovação de uma nova Constituição, a elaboração de um registo eleitoral antes de realizar eleições, bem como a promoção da tolerância e perdão³¹². Entretanto, o Memorando de Entendimento foi assinado em Luena, capital da província do Moxico, entre as FAA e a liderança militar da UNITA no dia 4 de Abril de 2002. Tornando-se assim um momento sem par na história de Angola.

4.3. *As Missões de Paz da Organização das Nações Unidas em Angola*

A década de noventa assistiu à multiplicação inédita de operações de paz conduzidas pela ONU, nesta não só ressaltam os aspectos quantitativos, como a mudança de perfil das operações. De referir que o fim da Guerra Fria veio permitir a resolução de conflitos regionais que estavam muito influenciados pela lógica bipolar. Assim a ONU passou a ser encarada como o actor privilegiado no apoio à implementação de processo de paz. Desta feita, o aumento considerável de pedidos de intervenção desta Organização para resolver conflitos teve duas consequências, nomeadamente “aumentou a visibilidade e a esperança depositada no papel da ONU na resolução dos conflitos e provocou uma gradual alteração entre os conceitos que sustentavam as intervenções e o trabalho de facto exigido no terreno”³¹³.

³¹⁰ Para mais detalhes sobre o conteúdo das cartas escritas, Cf. COMERFORD, 2005, op. cit., p. 25-27.

³¹¹ Ibid., p. 19.

³¹² Ibid., p. 19-20.

³¹³ Cf., BRANCO, Luís Castelo – As Missões da ONU na África Austral : Sucessos e Fracassos. *Nação e Defesa* [Em linha]. nº 105 (2003), p. 83. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1401/1/NeD105_LuisCasteloBranco.pdf.

Ressalta-se que, “em 1987, a ONU estava envolvida em cinco missões de implementação de processo de paz. Em 1994 o número aumentou para dezassete, sendo que, destas missões, 70% eram em território africano”³¹⁴.

Desta feita, neste período, foram marcados pela crescente importância da literatura sobre as novas guerras, sobre os processos de Estados falhados e sobre o novo humanitarismo, sendo que este clima serviu de suporte ao desenho de políticas de governação global em resposta a situações de crise. Assim, a Agenda para a Paz, em 1992, e o seu suplemento, de 1995, constituíram as expressões mais organizadas, pelo que vieram a dar lugar a uma complexa rede de conceitos e políticas, com intensidade progressiva, desde a da manutenção da paz à construção da paz e à consolidação da paz, servida por uma reformulação profunda da filosofia das operações de paz³¹⁵.

Segundo MARRARAK, operações de paz são

“As operações de campo, estabelecido pela ONU, com o consentimento das partes envolvidas, para ajudar a controlar e resolver conflitos entre eles, sob o comando da ONU e controlo, à custa colectivamente dos Estados membros voluntariamente por eles agindo com imparcialidade entre as partes e usar a força para o mínimo necessário”³¹⁶.

De ressaltar que, as operações levadas a cabo a partir dos finais de oitenta foram pensadas como dispositivos de apoio à implementação de acordos de paz – com dois objectivos fundamentais, a prevenção do ressurgimento do conflito e construção de uma paz duradoura e autossustentada – e enquanto instrumentos de resolução de conflitos, estas operações têm como fim congelar os conflitos, construir e consolidar a paz negociada pelas partes – pelo que exigirá a supervisão do cessar-fogo, estabelecimento de zonas de interposição, acantonamento, desmobilização, desarmamento e reintegração dos ex-combatentes e a manutenção da ordem pública interna. Identicamente, devem incluir as preocupações de natureza política, nomeadamente a organização e monitorização de eleições, o apoio à formação e consolidação de partidos políticos e a capacidade institucional. Mais, as preocupações de natureza humanitária, designadamente a assistência ao repatriamento de

³¹⁴ BRANCO, 2003, loc. cit.

³¹⁵ Cf., PUREZA, José Manuel, et al. – As Novas Operações de Paz das Nações Unidas : Os Casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. *Oficina do Ces* [Em linha]. Coimbra. n.º 290 (2007), p. 2. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/290.pdf>.

³¹⁶ MARRARAK, apud BRANCO, 2003, ibid., p. 83. Chama-se atenção que o texto foi traduzido de inglês para português no tradutor do Google.

refugiados, estabelecimento e protecção de corredores humanitários, fiscalização do cumprimento de direitos humanos básicos³¹⁷.

Angola, tal como outros países africanos e não só, foi palco de operações de paz ao longo do conflito armado que o país esteve mergulhado. De referir que, o sucesso da intervenção da ONU na Namíbia e a ligação da situação neste território ao conflito angolano deixava antever uma possível resolução do conflito em Angola. Porém, da avaliação feita, englobando a comunidade internacional, no seu todo, o caso angolano evidencia que “as principais potências intervenientes jogaram sempre na duplicidade de registos entre a actuação no quadro da ONU e a afirmação dos seus próprios interesses e interlocuções privilegiados”³¹⁸.

O conflito angolano estava adicionalmente inscrito no palco do confronto bipolar e, com apoio e interferência dos EUA, da URSS, da África do Sul e de Cuba, a procura da paz foi marcada por fracassos consecutivos, em que os esforços da comunidade internacional, através da ONU não conseguiram conduzir a uma paz sustentável, duradoura e foram repletos de complexidade e controvérsia. De referir que, o envio de missões de paz da ONU para Angola procurou responder a um contexto de guerra civil e que foi travada entre o MPLA e a UNITA.

Desta feita, no âmbito do envolvimento político da ONU em Angola, esta teve início quando o CSNU supervisionou a independência da Namíbia, sendo que, em Dezembro de 1988, ter sido enviada a primeira missão para Angola, a UNAVEM I, estabelecida pela Resolução 626³¹⁹ do CSNU. De referir que esta missão vem no surgimento da assinatura do acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul, a 22 de Dezembro de 1988 em Nova Iorque, para a retirada de cerca de 50.000 soldados cubanos de Angola e da independência da Namíbia. O seu mandato era claro e incidia sobre a monitorização da retirada das forças cubanas do país, pelo que, foram enviados 70 observadores militares e 20 funcionários civis com o objectivo de acompanhar a retirada das forças cubanas do território angolano, sem no entanto, um mandato claro de implementação da paz. Contudo, de ressaltar que, este acordo tripartido não procurou resolver a dimensão interna do conflito e nem sequer recomendou o fim das intervenções estrangeiras.

³¹⁷ PUREZA, José Manuel, et al., 2007, op. cit., p. 3.

³¹⁸ Ibid., p. 4.

³¹⁹ UNAVEM I : Resolução 626 do Conselho de Segurança da ONU em Angola [Em linha]. Information Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/Unavem1B.htm>>.

No quadro do Acordo de Bicesse, em 1991, surge a segunda missão da ONU para o país, designadamente a UNAVEM II, que foi estabelecida através da Resolução 696³²⁰ de 30 de Maio de 1991, centrada no processo do cessar-fogo entre as partes beligerantes. Os seus objectivos eram o de observar e verificar o processo de cessar-fogo, desmobilização e desarmamento, apoiar a criação de um exército nacional único, o dever de supervisionar o processo de desminagem, fornecer ajuda humanitária e facilitar a extensão da autoridade do Estado angolano por todo território. Salienta-se que, desta missão, foram destacados cerca de 350 observadores militares não armados, 120 observadores policiais não armados e 100 observadores eleitorais, que mais tarde passaram para 400³²¹. Ressalta-se que, embora desta participação ao longo do acordo, a ONU permaneceu à margem das negociações e do processo estabelecido no acordo de paz, tendo o papel limitado à observação e verificação. Mais, se comparado, como se pretendia na época, com o sucesso da intervenção das missões na Namíbia e no Camboja, em Angola a missão da ONU enfrentou grandes dificuldades, designadamente de meios humanos e financeiros muito mais reduzidos, boa parte das suas infraestruturas destruídas devido a guerra civil de cerca de 16 anos e com dois exércitos poderosos e pouco dispostos a ceder. Assim, “a UNAVEM II fracassou completamente quando, em Outubro de 1992, a UNITA se recusou a aceitar os resultados das eleições presidenciais e retomou os combates”³²². Entretanto, “a maior parte das análises sustenta que nem o governo nem a UNITA estavam totalmente comprometidos com o processo de paz e que ambos estavam preparados para retomar o conflito caso o resultado eleitoral não servisse as suas ambições”³²³. Desta feita, a lição a retirar do fracasso da ONU na sua missão da UNAVEM II, relativamente a manutenção da paz em Angola,

“Por um lado, a ONU nunca deveria ter aceitado implementar de um acordo de paz não tendo participado activamente na negociação dos seus termos e mandato; por outro não devem ser levadas a cabo missões pela ONU cujo orçamento não incluisse os recursos necessários para que elas fossem desempenhadas correctamente”³²⁴.

Porém, com o ressurgimento da guerra, após a publicação dos resultados das primeiras eleições realizada em Angola, os esforços em recuperar os acordos de paz tiveram êxitos, em 1994, através do processo de Lusaka mediado pela ONU, desta com a UNAVEM III, através

³²⁰ UNAVEM II : Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU em Angola [Em linha]. Information Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL:<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm>.

³²¹ PUREZA, José Manuel, et al., 2007, op. cit., p. 7-8.

³²² Ibid., p. 9.

³²³ Ibid., p. 10.

³²⁴ Ibid., p. 11.

da Resolução 976³²⁵ do CSNU, de 8 de Fevereiro de 1995, que procurou retomar os objectivos de Bicesse. De referir que, para compensar o fracasso da segunda missão em Angola, a ONU decidiu ter uma das maiores operações de apoio à paz em África, com um número cerca de 3.600 militares, 280 observadores militares, 280 observadores policiais, mais de 700 elementos civis entre internacionais e locais e 75 voluntários das ONU. Porém, embora ter um mandato e recurso melhorado em relação a Bicesse, esta missão e mesmo o Protocolo de Lusaka ainda tiveram deficiências, nomeadamente o facto de apenas a UNITA ter sido pressionada a desmilitarizar-se, de forma a poder participar no governo, provocando assim uma assimetria estrutural, um verdadeiro desequilíbrio de direitos e obrigações; mesmo a ONU com um papel mais importante, a Tróica, designadamente Portugal, EUA e URSS, continuava no centro das operações; e, o acordo de paz foi assinado num contexto de total desconfiança entre as partes, que estavam determinadas a não cumprir as regras do jogo³²⁶.

Assim sendo, esta realidade traduziu o fracasso então da ONU em compreender que a falta de compromisso entre as partes comprometia decisivamente a viabilidade da paz no país. Em 1998 com o retomar do conflito conduziu a novas limitações na abertura política até então verificada e condicionou decisivamente a perda de confiança dos angolanos na ONU e na comunidade internacional. Em resposta, decidida que estava a ONU em não deixar que Angola fosse mais um fracasso, foi impondo sanções à UNITA³²⁷, nomeadamente a Resolução 864 – a proibição de aquisição de equipamento militar e produtos petrolíferos – a Resolução 1127 – a proibição de viagens ao exterior dos seus funcionários e o encerramento dos seus escritórios no exterior – a Resolução 1173 – as restrições às viagens aéreas e marítimas a zonas controladas pela UNITA, o congelamento de contas bancárias da UNITA e a proibição da exportação directa ou indirecta de diamantes ilegalmente extraídos. Assim, foi instituído um Comité de sanções que, a partir de 2000³²⁸, após as primeiras vitórias militares do governo e da análise da situação das sanções por um painel de peritos e a apresentação do relatório *Fowler*, houve um aperfeiçoamento do mecanismo de monitorização das sanções que passaram a ser impostas com um rigor muito maior.

³²⁵ UNAVEM III : Verificação da Missão das Nações Unidas em Angola [Em linha]. Information Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL: http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem_p.htm.

³²⁶ PUREZA, José Manuel, et al., 2007, op. cit., p. 12.

³²⁷ JUNIOR, Theodoro da Silva – Unavem Angola : O Papel das Nações Unidas no Processo de Paz Angolano [Em linha]. (2006), p. 1-9. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaTexto.htm>.

³²⁸ Ibidem.

Face aos crescentes ataques a postos e pessoal da ONU, houve necessidade da Organização estabelecer uma nova missão, nomeadamente a MONUA, entre 1997 a 1999, através da Resolução 1118 do CSNU, de 30 de Junho de 1997, que pressupunha mecanismos de reconciliação nacional que assegurassem um ambiente estável e de confiança entre o MPLA e a UNITA, sem no qual seria inviável a implementação dos Acordos³²⁹. Assim, apenas foram disponibilizados 3.000 homens, 289 policiais civis e 253 observadores militares³³⁰. Ressalta-se que, esta missão não tinha meios para enfrentar a deteriorada situação militar e humanitária em Angola, sendo completamente incapaz de evitar o conflito aberto. Com o fim do mandato, em Fevereiro de 1999, da MONUA, o escritório do Representante Especial foi transferido de Luanda para Nova Iorque³³¹, permanecendo em Angola apenas o Escritório da ONU em Angola, designadamente a UNOA com 30 pessoas, pelo que o trabalho desta missão viu-se limitado a questões humanitárias e ao reforço da capacidade institucional, como a um pequeno departamento de direitos humanos.

Em 2002, a situação em Angola alterou-se completamente com a morte de Jonas Savimbi, e no seguimento do Memorando de Luena, surge a Resolução 1433, em Agosto de 2002, estabelecendo a missão da ONU em Angola, designadamente a UNMA, substituindo a UNOA, e que tinha a responsabilidade de presidir à Comissão Militar conjunta reinstalada, fornecer 30 observadores militares para monitorizar as áreas de aquartelamento como garantes do acordo e coordenar os esforços humanitários de todas as outras agências da ONU. Porém, o papel atribuído à ONU foi limitado a observadora³³².

Neste contexto, relativamente aos constrangimentos sobre as operações da ONU em Angola para a manutenção da paz, embora este processo esteve inserido numa abordagem de conversações ao mais alto nível das lideranças, segundo o CES, estas operações ou missões estavam comprometidas desde o início e prendeu-se com vários factores complexos quer interno como externo, designadamente o contexto político em que estavam inseridas e os vários actores envolvidos, as manobras e recuos políticos, a implementação lenta ou parcial dos acordos de paz e as violações do direito humanitário e dos direitos humanos foram uma constante tanto por parte da UNITA como por parte do governo, uma monitorização ineficaz dos acordos da comunidade internacional, e o facto de ter havido uma agenda que procurava a

³²⁹ PUREZA, José Manuel, et al., 2007, op. cit., p. 8.

³³⁰ Ibid., p. 17.

³³¹ Ibid., p. 18.

³³² PUREZA, José Manuel, et al., 2007, loc. cit.

paz militar sem procurar envolver o povo angolano, resultado do enorme nível de desconfiança entre o governo e a UNITA, sendo que os Acordos de Bicesse e Lusaka, foram realizados devido a pressões, mas sem vontade política para os cumprir pelas parte beligerantes, também, salienta-se que ambos os acordos de paz ignoraram a questão da divisão da riqueza nacional, do petróleo e dos diamantes, como a existência de enormes interesses económicos por parte das grandes potências e empresas multinacionais que foram influenciando fortemente a atitude da ONU³³³.

Assim, os constrangimentos sérios que as missões da ONU enfrentaram foram resultado de pressões do governo e do contexto em que estavam inseridas, como a Tróica e os Estados-membros da ONU carregaram uma enorme responsabilidade por não terem fornecido os recursos adequados e pelos interesses económicos que condicionaram a sua atenção. Mais, a responsabilidade pelo fracasso do processo de paz reside principalmente nos beligerantes, pelo seu incumprimento de grande parte das suas obrigações definidas no Protocolo³³⁴.

Desta feita, o sucesso ou fracasso das futuras missões da ONU dependerá em grande medida de factores como um mandato claro, um compromisso sério na atribuição dos recursos necessários e uma vontade real dos principais actores internos de implementar os acordos de paz que assinam. Igualmente é fundamental fazer uma reavaliação radical do modo como a ONU observam a implementação de acordos de paz, devendo incluir mandatos que monitorizem e denunciem activamente os abusos de direitos humanos e responsabilizem os violadores de paz. Também, é obrigatório que a mesma assumam uma abordagem de construção da paz abrangente e de longo prazo, deve-se envolver a população local no processo e apropriar-se das iniciativas em busca da paz – envolver os vários grupos da sociedade civil no processo de mediação e discussão dos acordos de paz, sem descuidar a presença e participação das mulheres, bem como compreender o modo como as comunidades locais em cada situação particular encaram o conflito, os seus impactos diários e de longo prazo e quais são as suas propostas e contributos para o processo de paz³³⁵.

4.4. *Os Antagonismos do Processo de Paz em Angola*

³³³ Ibid., p. 15

³³⁴ COMERFORD, 2005, op. cit., p. 16.

³³⁵ Ibid., p. 16-17.

Relativamente aos pontos fortes na caminhada do processo de paz em Angola, designadamente na Conferência de Gbadolite são apontados os seguintes³³⁶:

- O primeiro encontro entre o presidente do MPLA e do Governo, o Eng^o José Eduardo dos Santos, com o líder da UNITA, o Dr. Jonas Malheiro Savimbi, após a ruptura deste último com o presidente Agostinho Neto em 1975;
- Abriu o processo das negociações entre o GRPA e a UNITA;
- Permitiu criar uma imagem positiva do Presidente José Eduardo dos Santos nos EUA, na Europa e na África como uma personalidade de diálogo e reconciliação nacional; e,
- Criou igualmente uma boa imagem ao Dr. Savimbi, transmitindo a ideia de que o problema de Angola passa num diálogo directo entre as duas partes.

Ao nível dos pontos frágeis da Conferência de Gbadolite são apresentados os seguintes³³⁷:

- As negociações não progrediram por falta de uma agenda concordante, isto é, a UNITA queria discutir assuntos políticos e o Governo angolano insistia sobre o cessar-fogo.
- A falta de um documento escrito e assinado pelos digníssimos Chefes de Estado africanos e feito a conhecer publicamente à imprensa internacional abriu uma crise profunda de desconfiança entre as partes envolvidas no conflito em Angola.
- O facto do presidente da mesa da Cimeira, o Dr. Kenneth Kaunda, Chefe de Estado da Zâmbia, ter declarado à imprensa internacional que o Dr. Savimbi tinha aceiteado o seu exílio, fez com que tanto os militantes como os membros da UNITA solidarizassem com o Dr. Savimbi em rejeitar os resultados de Gbadolite.

Os pontos fortes dos Acordos de Bicesse são os seguintes³³⁸:

- Os primeiros contactos directos entre o GRPA e a UNITA, envolvimento todos os países mais envolvidos diplomaticamente na solução do problema angolano, sendo Portugal o novo mediador;
- Ressaltar as sete rondas de negociações de paz, até chegar aos Acordos de Bicesse, com maior destaque para a quarta ronda e a sétima ronda que culminou então com a rúbrica dos Acordos do Estoril por parte das duas delegações;

³³⁶ VALENTIM, 2010, loc. cit.

³³⁷ Ibid., p. 49-51.

³³⁸ Ibid., p. 120-247. Também pode cf., COMERFORD, 2005, loc. cit.

- A ordem do cessar-fogo, dada a partir de Bruxelas, no dia 14 de Maio de 1991, pelo alto comandante das FALA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, aos militares da UNITA e como resultado, os estados-maiores gerais das FAPLA e das FALA encontraram-se para a desmobilização das forças no Luena;
- À saída dos últimos contingentes cubanos de maneira muito antecipada;
- A visita realizada à Jamba, em Julho de 1991, pela Comissão Conjunta Político-Militar, emanada dos Acordos de Bicesse, bem como individualidades do GRPA;
- O estabelecimento de uma linha telefónica interrupta entre o Presidente da República Eng^o José Eduardo dos Santos e o presidente da UNITA, Dr. Jonas Malheiro Savimbi, que veio facilitar a comunicação entre as duas partes para evitar qualquer conflito;
- Rumo as eleições de 1992 e em cumprimento dos Acordos de Bicesse, muitos foram os encontros entre o Presidente da República e o presidente da UNITA, no sentido de haver uma maior aproximação entre as partes;
- A formação do Comando Superior das Forças Armadas Angolanas (CSFAA), que de alguma maneira exprimiu a unidade do povo angolano;
- O cessar-fogo, o aquartelamento das tropas da UNITA, a formação de uma nova Forças Armadas, a desmobilização da tropa não requerida, a restauração da administração do Estado em áreas controladas pela UNITA e as eleições multipartidárias e presidenciais; e,
- A implementação de uma “Opção Triplo Zero” que obrigou a Comunidade Internacional a parar o apoio a ambos os lados.

Relativamente aos fracassos do Acordo de Bicesse, destacam-se³³⁹:

- O outro lado da moeda das eleições, isto é, o da derrota no pleito eleitoral;
- A fraca participação da ONU nos Acordos, ressalta-se que no próprio texto dos Acordos, a ONU, aparece apenas como convidada;
- O papel dado à da ONU, unicamente de verificador, pelos que assinaram os Acordos de Bicesse, impondo assim limitações significativas, o que dificultou a sua acção quando a situação mudou tão drasticamente nos fins de 1992;
- A falta de generosidade financeira para ajudar a assegurar a paz, isto é, a Missão da ONU foi executada com muito poucos recursos;

³³⁹ ANSTEE, 1997, loc. Cit. Também pode cf., COMERFORD, 2005, loc. cit.

- A gestão da transição para a democracia, sobretudo o conceito de que quem vencer fica com tudo não ajudou na consolidação de uma transição suave para um governo democrático;
- A falta de conhecimento real por parte da Troika e da ONU dos dois lados angolanos;
- O processo de paz era encarado mais como uma via para a UNITA chegar ao poder; e,
- A estrutura do acordo permitia aos diferentes partidos preservar o seu estatuto actual, sendo que, a comunidade internacional não pressionou nenhum dos lados a mudar durante a implementação do acordo.

Por sua vez, os factores positivos obtidos nos Acordos de Lusaka são³⁴⁰:

- Diferente do que aconteceu, nos Acordos de Bicesse, a ONU passou a ter papel preponderante e tornou-se o mediador do processo de paz;
- Este processo, embora ter passado por uma série de crises, contou com uma figura, Alioune Blondin Beye, que mostrou-se, ao longo do processo, uma tolerância excepcional nas suas relações com ambos os lados; e,
- Foram introduzidas algumas inovações importantes, incluindo a partilha de poder, a não realização de eleições antes de concluir com questões militares, a implementação do processo de paz e o despacho duma força de capacetes azuis da ONU.

No que concerne aos factores negativos apontados nos Acordos de Lusaka, são apresentados os seguintes³⁴¹:

- Grandes atrasos no aquartelamento das forças da UNITA e com a atitude adoptada pela ONU de apaziguadora;
- A morte do chefe da missão do Protocolo de Lusaka, Maître Alioune Blondin Beye, num acidente de aviação;
- A estratégia da ONU em não revelar publicamente violações dos acordos, a falta de transparência e a falha de implementar os embargos da ONU debilitou qualquer intenção que a UNITA ou o Governo tinha em observar o Protocolo de Lusaka;
- Embora tivesse sido atribuído um papel mais importante à ONU, a Troika continuava no cerne da operação, como o acordo foi assinado num contexto de total desconfiança entre as partes; e,

³⁴⁰ COMERFORD, 2005, loc. cit.

³⁴¹ Ibidem. Também pode Cf., WHEELER; PÉLISSIER, 2011, loc. cit.

- O governo subverteu e ultrapassou os acordos e não cumpriu algumas obrigações importantes relativas à polícia e às forças armadas.

4.5. *O Contributo das Igrejas Angolanas no Processo de Paz em Angola (1989 – 2002)*

Ao longo do vasto período que durou o processo de paz em Angola, as Igrejas angolanas desempenharam tamanho contributo para se pôr fim ao conflito armado dado que são instituições importantes em Angola com uma influência poderosa no seio do povo, por terem uma perspectiva de paz nacional e teve contacto durante o conflito com ambas as partes envolventes³⁴². Assim, muitas cartas foram publicadas durante esse período e dentre elas destacam-se:

1º Durante o período da Conferência de Gbadolite na literatura eclesial dois temas foram o centro: os comentários a favor da democracia e a análise das causas da guerra³⁴³. Quanto ao primeiro e que merece aqui a nossa análise, a AEA e o CICA, felicitaram o Presidente Angolano por assegurar a paz para Angola e de ter praticado a política de perdão. Por sua vez, a CEAST, defendeu que o diálogo da reconciliação já iniciado está na linha da democracia que deve continuar a construir e a consolidar a paz no meio do povo angolano³⁴⁴.

2º Enquanto durou os Acordos de Bicesse até as primeiras eleições em Angola, quatro foram os temas centrais de análise e que muito contribuíram no sentido de manter-se um clima de paz. É assim que neste período histórico a literatura eclesial centrou-se com a democratização; os meios de comunicação social; a necessidade da educação eleitoral e por fim os assuntos militar³⁴⁵.

3º Por sua vez, no período correspondente a realização das eleições de 1992 ao Protocolo de Lusaka, surge em Angola mais um caos da guerra e maior contributo teve a CEAST, visto que nesse período tanto a AEA como o CICA quase nada publicaram³⁴⁶. Assim, segundo o discurso eclesial neste período foram quatro os aspectos que mais chamou a atenção: o encorajamento a aceitar processos democráticos; a devastação causada pela guerra; factores subjacentes no novo conflito e por fim e mais uma vez os meios de comunicação social³⁴⁷.

³⁴² COMERFORD, 2005, loc. cit., p. 27.

³⁴³ Ibidem.

³⁴⁴ Ibid., p. 27-34.

³⁴⁵ Ibid., p. 35-40.

³⁴⁶ Ibid., p. 41.

³⁴⁷ Ibid., p. 42-48.

4º No período correspondente a do Protocolo de Lusaka à Guerra de 1998, o contributo eclesial a favor da paz foi nas seguintes áreas: a necessidade de uma acção concreta para se consolidar a paz; a democratização; a construção de uma cultura de paz; a redefinição do conflito e os meios de comunicação social³⁴⁸.

5º Por fim, o período compreendendo o retorno à guerra em 1998 ao memorandum de Luena, foi bastante positivo para as Igrejas angolanas pelo facto de que as mesmas procuram dessa vez caminharem juntas quando então decidiram ter uma visão ecuménica organizada em favor da paz³⁴⁹. Com isso, surge em primeira instância o COIEPA; de igual modo, e por forma a dar maior contribuição no momento, foi realizado o Congresso Pro Pace de Julho de 2000 e finalmente as iniciativas de mediação com destaque a proposta avançada em 2000 pela COIEPA, pese embora ser rejeitada pelo Governo, mas que podemos considerar que motivou em 2001 o Dr. Savimbi escrever uma carta à CEAST, onde ele encorajou as Igrejas nas suas iniciativas de promoverem a paz, bem como a carta de resposta da CEAST em Agosto de 2001, a pedir que o Presidente de Angola e o líder da UNITA se sentassem a fim de dialogar sobre o fim da guerra e o futuro da Nação³⁵⁰.

³⁴⁸ Ibid., p. 48-58.

³⁴⁹ Ibid., p. 58.

³⁵⁰ Ibid., p. 59-68.

CONCLUSÃO

Como referimos, a guerra não acontece por acaso nem é motivada por forças emocionais ou provenientes do subconsciente, antes sim, ela deriva de uma abundância excessiva de racionalidade analítica.

A historiografia angolana reconhece o ano de 1961 como o ponto central da luta anticolonial. Com o fim da ditadura em Portugal, as perspectivas de independência se tornaram uma realidade e, assim, a independência de Angola foi estabelecida a 15 de Janeiro de 1975, com a assinatura do Acordo do Alvor entre os três movimentos envolvidos na luta de libertação e o Governo português.

Após uma caminhada de reflexão pode-se afirmar que existe consenso quanto as origens do conflito armado angolano. Se, por um lado, havia uma discórdia entre os vários grupos nacionalistas durante a guerra anticolonial, por outro lado, estava a natureza do colonialismo português, sobretudo por não ter preparado uma transição estável para a independência.

Salienta a trajectória das negociações de paz em Angola, desde a Conferência de Gbadolite aos Acordos de Bicesse, desde o Protocolo de Lusaka até à assinatura do Memorando de Entendimento de Luena. Foi longa e complexa esta trajectória, obtendo-se resultados positivos graças à boa vontade política e militar das duas partes em conflito, bem como a activa intervenção pacífica de países observadores no sentido de ultrapassar alguns obstáculos.

Sublinha-se que ao longo do conflito armado angolano houve participação directa externa, onde estiveram envolvidos Cuba e a URSS a favor do lado do MPLA, e, por sua vez, a África do Sul, o Zaire (hoje RDC) e os EUA a favor da UNITA. O primeiro passo concreto em direcção à interferência das potências externas foi dado em Dezembro de 1988, quando Angola, Cuba e África do Sul assinaram os Acordos de Nova Iorque.

Como mediadores do processo de paz em Angola mencionam-se na Conferência de Gbadolite, o presidente zaireense Mobuto Sese Seko; nos Acordos de Bicesse, Portugal, representado pelo professor Cavaco Silva; no Protocolo de Lusaka, a ONU ficou incumbida pela mediação, primeiramente na pessoa de Margareth Anstee e posteriormente representada por Alioune Blondin Beye; por fim, no Memorandum de Entendimento de Luena, o próprio Governo angolano ficou incumbido desta responsabilidade.

As Igrejas angolanas também deram um grande contributo, que vale aqui mencionar, no sentido de garantir a paz e a reconciliação nacional, bem como tal contributo teve um carácter dinâmico, todavia, do período da Guerra (1998 -2002), louva-se a atitude das Igrejas em caminharem juntos a favor da paz, onde abriram espaços públicos para abordagem de questões de guerra e paz.

Como considerações finais da presente dissertação evidenciam-se que:

- A paz deve ser entendida como uma ideia ligada à construção social;
- A paz é uma realidade a ser construída, ela também necessita da ciência, da educação e da cultura;
- As raízes reais da violência se encontram na pobreza, na desigualdade sócio-económica e na cultura dos povos;
- A história já comprovou que a simples assinatura de acordos e tratados é insuficiente para estabelecer a paz, pois os factores que permitem e favorecem a eclosão das guerras têm permanecido inalterados;
- Baseando-se no pensamento de Frederico Mayor, ex-director geral da UNESCO, o governo angolano e a sua comunidade, devem fazer o suficiente para promoverem a cultura de paz através de ações, maneiras de vida, comportamentos, hábitos e atitudes que favorecem a paz, como se comprometeram no ano de 2002, visto que, a instituição da paz é um processo contínuo da humanidade.

Por conseguinte, como no campo da ciência não há trabalhos concluídos, pelo que passados doze (12) anos do seu término e com a realização regular de eleições, salvaguarda-se a implementação da democracia em Angola, estando finalmente criadas condições para que os historiadores, os sociólogos, os economistas, os antropólogos, os antigos combatentes e demais interessados possam congregam esforços que contribuam para trazer ao de cima novas abordagens do conflito armado, como também criarem-se espaços para uma educação multidisciplinar sobre a abordagem para a paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

LIVROS

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos – **Guerra Colonial**. Lisboa : Editora Notícias, 2002.

ALBURQUERQUE, Carlos – **Angola : A Cultura do Medo**. 1ª Edição. Lisboa : Editora Livros do Brasil, 2002.

ALMEIDA, Eugénio da Costa – **Angola : Potência Regional em Emergência**. Lisboa : Edições Colibri, 2011.

ANSTEE, Margareth Joan - **Órfão da Guerra Fria : Radiografia do Colapso do Processo de Paz Angolano 1992-1993**. 1ª Edição. Porto : Editora Campo das letras, 1997.

BONIFACE, Pascal – **Dicionário das Relações Internacionais**. 3ª Edição. Lisboa : Plátano Editora, 2011.

BONIFACE, Pascal; VÉDRINE, Hubert – **Atlas das Crises e dos Conflitos**. 1ª Edição. Lisboa : Plátano editora, 2010.

CARDOSO, Silva António – **Angola : Anatomia de uma Tragédia**. Alfragide : Editora Oficina do Livro, 2009.

CHIWALE, Samuel – **Cruzei-me com a História**. Lisboa : Editora Sextante, 2008.

COMERFORD, Michael G – **O Rosto Pacífico de Angola : Biografia de Um Processo de Paz (1991-2002)**. Luanda : 2005.

CORREIA, Pedro de Pezarat – **Angola : Do Alvor a Lusaka**. Lisboa : Editora Hugin, 1996.

DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain – **Direito Internacional Público**. 2ª Edição. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr, Robert L – **Relações Internacionais : As Teorias em Confronto**. 1ª Edição. Lisboa : Editora Gradiva, 2003.

GEORGE, Edward – **A Intervenção Cubana em Angola, 1965-1991 : A Partir de Che Guevara para Cuíto Cuanavale**. Nova Iorque : Frank Cass, 2005.

HODGES, Tony – **Angola : Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem**. 1ª Edição. Caiscais : Editora principia, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH – **Angola Explicada : Ascensão e Queda do Processo de Paz de Lusaka**. 2ª Edição. Nova Iorque : HRW, 1999.

M'BOKOLO, Elikia – **África Negra : História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias**. 2ª Edição. Lisboa : Edições Colibri, Tomo II, 2011.

MARQUES, Alexandra – **Segredos da Descolonização de Angola**. 4ª Edição. Alfragide : Dom Quixote, 2013.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro – **Angola 61 : Guerra Colonial, As Causas e Consequências**. 2ª Edição. Córdova : Editora Texto, 2011.

MELO, João de – **Os Anos da Guerra, 1961-1975 : Os Portugueses em África-Crónica, Ficção e História**. Lisboa : D. Quixote, 1988.

MILHAZES, José – **Golpe Nito Alves e Outros Momentos da História de Angola Vistos do Kremlin**. 2ª Edição. Lisboa : Alêtheia editores, 2013.

MOREIRA, Adriano – **Teorias das Relações Internacionais**. 7ª Edição. Coimbra : Editora Almedina, 2011.

MUEKALIA, Jardo – **Angola a Segunda Revolução : Memórias da Luta pela Libertação**. 3ª Edição. Porto : Editora Sextante, 2012.

NYE, Joseph S – **Compreender os Conflitos Internacionais : Uma Introdução à Teoria e à História**. 3ª Edição. Lisboa : Gradiva, 2002.

PINTO, António – **O Fim do Império Português : A Cena Internacional, a Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975**. Lisboa : Editora Livros Horizonte, 2001.

QUIVY, Raymond – **Manual de Investigação em Ciências Sociais : Trajectos**. 6ª Edição. Lisboa : Gradiva, 2013.

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro – **As Campanhas Ultramarinas 1961/1974 : Guiné, Angola e Moçambique**. Lisboa : Edições Destaque, 2000.

SÁ, Tiago Moreira de – **Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola**. 1ª Edição. Alfragide : Dom Quixote, 2011.

SANTOS, Victor Marques – **Teoria das Relações Internacionais : Cooperação e Conflito na Sociedade Internacional**. Lisboa : Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

SCHNEIDMAN, Witney W – **Confronto em África : Washington e a Queda do Império Colonial Português**. Lisboa : Editora Tribuna, 2005.

SIERRA, Lázaro Cárdenas – **Angola e África Austral : Apontamentos para História do Processo Negocial para a Paz (1976-1992)**. 1ª Edição. Luanda : Edições Mayamba, 2010.

VALENTIM, Jorge Alicerces – **Caminho para a Paz e Reconciliação Nacional : De Gbadolite a Bicesse (1989-1992)**. 1ª Edição. Luanda : Edições Mayamba, 2010.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René – **História de Angola**. 1ª Edição. Luanda : Editora Tinta-da-China, 2011.

WRIGHT, George – **A Destruição de Um País : A Política dos Estados Unidos para Angola desde 1945**. Lisboa : Editora Caminho, 2000.

DOCUMENTOS LEGISLATIVOS

LEI nº 7/74. D.R. I SÉRIE. 174 (74-07-27).

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

MONTEIRO, António – Portugal, os Estados Unidos e a Guerra Angolana. Negócios Estrangeiros. Lisboa. nº 6 (2003), p. 16-17.

RIBEIRO, Edgar Marcos de Bastos – O Papel da União Europeia e da União Africana na Prevenção e Gestão de Conflitos em África. Cadernos Navais. Lisboa. Edições Culturais da Marinha, nº 35 (2010), p. 5-56.

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS; PUBLICAÇÃO EM SÉRIE ELECTRÓNICA E TESES

BRANCO, Luís Castelo – As Missões da ONU na África Austral : Sucessos e Fracassos. Nação e Defesa [Em linha]. nº 105 (2003), p. 83. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1401/1/NeD105_LuisCasteloBranco.pdf.

CNU – Carta das Nações Unidas [Em linha]. São Francisco: Assembleia Geral da ONU, 1945. [Consult. 6 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/cartonu.htm.

ESCOSTEGUY, Pedro – A Nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança [Em linha]. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, (2011), p. 1-200. [Consult. 3 Mar. 2004]. Disponível na WWW:<URL:http://www.funag.gov.br/loja/download/847Nova_arquitetura_africana_de_paz_e_seguranca_A.pdf.

FEIJÓ, Brunna Bozzi – Independência ou Revolução : Uma Análise do processo de Independência de Angola a partir da sua Transformação de Guerra Anticolonial a Microcosmo da Guerra Fria (1961-1975). Porto Alegre : Universidade Federal do Rio grande do Sul, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso para Obtenção de Graduação em História.

FILOMENA, César Luciano; CHERON, Cibele – A Luta pela Libertação Colonial e a Guerra Civil em Angola. GT Organizações Internacionais [Em linha]. Porto Alegre, IIIº Seminário Internacional Organizações e Sociedade (2008), p. 1-29. [Consult. 20 Mar. 2004]. Disponível na WWW:<URL:http://www.pucrs.br/eventos/sios/download/gt4/oi-filomena-cheron.pdf.

FRANCO, Manuela, et al. – Portugal , os Estados Unidos e a África Austral [Em linha]. IIIª Conferência Internacional FLAD-IPRI. Lisboa : Editora Fundação Luso-Americana, 2006. [Consult. 17 de Ago. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://flad.pt/wp-content/uploads/2014/05/livro24.pdf.

GONÇALVES, Rui Nelson – As Superpotências em África na Era da Descolonização : Angola (1950-1975). Évora : Universidade de Évora, 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus.

GUUS, Meijer, et al. – O Processo de Paz Angolano : Da Paz Militar à Justiça Social. Accord [Em linha]. Luanda. nº 15 (2004), p. 1-96. [Consult. 13 Set. 2013]. Disponível na WWW:<URL: http://www.c-r.org/sites/default/files/Accord15_Port.pdf.

JUNIOR, Theodoro da Silva – Unavem Angola : O Papel das Nações Unidas no Processo de Paz Angolano [Em linha]. (2006), p. 1-9. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:<URL: <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaTexto.htm>.

MARCOS, Daniel; CASTAÑO, David; RAMIRES, Filipe – Portugal na 2ª Guerra Mundial [Em linha]. [Consult. 18 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: http://www.http://neh.no.sapo.pt/documentos/portugal_na_II%20guerra%20mundial.htm.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – Conheça a ONU [Em linha]. Rio de Janeiro: ONUBR. [Consult. 5 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/>.

ÓRGÃO TÉCNICO DA UNIÃO AFRICANA - NEPAD [Em linha]. 2010. [Consult. 4 Mar. 2014]. Em arquivo desde 2010. Disponível na WWW:<URL: <http://www.microsofttranslator.com/bv.aspx?from=en&to=pt&a=http%3A%2F%2Fwww.nepad.org%2Fabout>.

PADOCA ORG – Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos termos do protocolo de Lusaka [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: http://www.mdrp.org/PDFs/Country_PDFs/angola_luena-agrmt-0402.pdf.

PADOCA ORG – Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: http://www.padoca.org/pag/Docs/acordos_bicesse.pdf.

PADOCA ORG – Protocolo de Lusaka [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL: http://www.padoca.org/pag/Docs/Protocolo_Lusaka.pdf.

PEIXOTO, Carolina Barros Tavares – Limites do Ultramar Português , Possibilidades para Angola : O Debate Político em Torno do Problema Colonial (1951-1975). Niterói : Universidade Federal Fluminense, 2009. Dissertação de Mestrado em História Social.

PEREIRA, Sandra Maria de Jesus – Cooperação EU-ACP : A Dimensão Política dos Acordos. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Dissertação de Mestrado em Economia e Estudos Europeus.

PINTO, João Nuno da Silva – A Construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. Rio de Janeiro : Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO – Resolução de Conflitos e Resoluções Internacionais. Certificação Digital [Em linha]. Rio de Janeiro, nº 0710394/CB, p. 1-39. [Consult. 6 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/15382/15382_3.PDF.

PUREZA, José Manuel, et al. – As Novas Operações de Paz das Nações Unidas : Os Casos de Angola, Timor Leste e Moçambique. Oficina do Ces [Em linha]. Coimbra. nº 290 (2007), p. 1-17. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <URL:http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/290.pdf.

SANTOS, Luís Ivaldo Villafañe Gomes – A Arquitetura de Paz e Segurança Africana [Em linha]. Brasília : Fundação Alexandre Gusmão, (2011), p. 1-204. [Consult. 20 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/535.pdf.

SOUSA Jr, Fernando de – O Nacionalismo Africano no Caminho para a Democracia [Em linha] : A Transição do Poder Colonial para o Partido Único nos PALOP. Lisboa : Universidade Técnica de Lisboa e Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento, 2013. [Consult. 17 de Ago. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP119.pdf.

SOUZA, Adriano Ibrahim e Ramos. et al. – Guerra Civil e o Desenvolvimento Económico em Angola. Revista Electrónica de Economia da Universidade Estadual de Goiás [Em linha]. Goiás : vol. 7, nº 2 (2011), p. 5-6-. [Consult. 13 Set. 2013]. Disponível na WWW:<URL:http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/economia/article/viewFile/432/34.

TEKERE, Moses – Dimensões Políticas do Novo Acordo de Cotonou entre os Países ACP e a União Europeia. Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento [Em linha]. Harare. Parte IV (2001), p. 1-22. [Consult. 3 de Mar. 2014]. Disponível na

WWW:<URL:http://www.http://library.fes.de/pdffiles/bueros/angola/hosting/upd12_02cotono
u.pdf.

UNIÃO AFRICANA – Cimeira de Lomé [Em linha] 2014. [Consult. 3 Mar. 2014].
Disponível na WWW:<URL:http://www.observatorio-lp.sapo.pt/pt.

UNIÃO AFRICANA – Relatório da Comissão sobre a Implementação do Programa de
Fronteiras da União Africana. Conselho Consultivo [Em linha]. Adis Abeba, nº 459 (2009), p.
1-17. [Consult. 4 Mar. 2014]. Disponível na
WWW:<URL:http://www.http://www.peaceau.org/uploads/ex-cl-459-xiv-p.pdf.

FOLHETO

Acordo de Bicesse [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na
WWW:<URL:https://www.google.com.br/search?q=Acordo+de+Bicesse&newwindow=1&so
urce=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=Br7CVIG2GsqvUYf9g5AF&ved=0CAgQ_AUoAQ&biw=
1366&bih=667.

Conferência de Gbadolite [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na
WWW:<URL:https://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbm=
isch&sa=1&q=Confer%C3%Aancia+de+Gbadolite&oq=Confer%C3%Aancia+de+Gbadolit
e&gs_l=img.3...209942.214985.0.215222.2.2.0.0.0.123.246.0j2.2.0.msedr...0...1c.1j2.61.im
g..2.0.0.7RVj01aEWXc.

List Of Peacekeeping Operations 1948-2013 [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 5 Jan.
2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.
un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf.

Memorando de Entendimento de Luena [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014].
Disponível na
WWW:https://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbm=isch&
sa=1&q=Memorando+de+Entendimento+de+Luena&oq=Memorando+de+Entendimento+de
+Luena&gs_l=img.3...162472.166405.0.166606.2.2.0.0.0.138.267.0j2.2.0.msedr...0...1c.1j2
.61.img..2.0.0.LhbDqQfS15Q.

Protocolo de Lusaka [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na
WWW:https://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbm=isch&

sa=1&q=Protocolo+de+Lusaka&oq=Protocolo+de+Lusaka&gs_l=img.3...588921.593684.0.5
93902.2.2.0.0.0.294.423.0j1j1.2.0.msedr...0...1c.1j2.61.img..2.0.0.6WDTxvFQNA.

UNAVEM I : Resolução 626 do Conselho de Segurança da ONU em Angola [Em linha].
Information Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:
<URL:<http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unavem1/UnavemIB.htm>.

UNAVEM II : Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU em Angola [Em linha].
Information Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:
<URL:<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/Unavem2/UnavemIIB.htm>.

UNAVEM III : Verificação da Missão das Nações Unidas em Angola [Em linha]. Information
Technology, 2000. [Consult. 15 Fev. 2014]. Disponível na WWW:
<URL:http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem_p.htm.

ANEXOS

1. Anexo de Documentos

Documento 1: ACORDO DE BICESSE³⁵¹

O Governo da República Popular de Angola (GRPA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), com a mediação do Governo de Portugal e a participação de observadores dos governos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS), Aceitam como vinculativos os seguintes documentos, que constituem os Acordos de Paz para Angola:

- *Acordo de Cessar-Fogo (incluindo os anexos I e II);*
- *Princípios fundamentais para o estabelecimento da paz em Angola (incluindo o anexo relativo à Comissão Militar Mista);*
- *Conceitos para a resolução de questões pendentes entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA;*
- *O Protocolo do Estoril.*

Estes acordos de paz foram rubricados em 1 de Maio de 1991 pelos respectivos líderes das delegações e subsequentemente aprovados pelo GRPA e da UNITA (como é atestado pela comunicação endereçada ao Primeiro-Ministro de Portugal não depois da meia-noite de 15 de Maio de 1991, que ocasionou a suspensão de facto das hostilidades em Angola a partir dessa data) e entrarão em vigor imediatamente após a sua assinatura.

[Assinaturas]

Presidente da República Popular de Angola

Presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola

Documento 2: PROTOCOLO DE LUSAKA³⁵²

O Governo da República de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Com a mediação da Organização das Nações Unidas, representada pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Senhor Alioune Blondin Beye,

Na presença dos Representantes dos Países Observadores do Processo de Paz em Angola, Governo dos Estados Unidos da América; Governo da Federação da Rússia; Governo de Portugal;

Tendo em mente,

- A necessidade da conclusão da implementação dos "Acordos de Paz para Angola" assinados em Lisboa a 31 de Maio de 1991;
- A necessidade de um funcionamento regular e normal das instituições resultantes das eleições realizadas nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992;
- A necessidade da instauração de uma Paz justa e duradoura no quadro de uma verdadeira e sincera reconciliação nacional;
- As pertinentes resoluções do Conselho de Segurança da ONU, Aceitam como obrigatórios os documentos seguintes, que constituem o Protocolo de Lusas:

³⁵¹ Cf., PADOCA ORG – Pontos Essenciais dos Acordos de Bicesse [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.padoca.org/pag/Docs/acordos_bicesse.pdf.

³⁵² Cf., PADOCA ORG – Protocolo de Lusaka [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.padoca.org/pag/Docs/Protocolo_Lusaka.pdf.

Anexo 1: Agenda de Trabalhos para as Conversações de Paz sobre Angola entre o Governo e a UNITA:

- *Reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos instrumentos jurídicos pertinentes;*
- *Continuação da implementação dos "Acordos de Paz" e conclusão dos trabalhos de Abidjan;*
- *Questões diversas.*

Anexo 2: Reafirmação da aceitação pelo Governo e pela UNITA dos Instrumentos jurídicos pertinentes;

Anexo 3: Questões Militares I:

- *DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS;*
- *PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS RELATIVOS AO RESTABELECIMENTO DO CESSAR-FOGO;*
- *MODALIDADES;*
- *CALENDARIZAÇÃO DAS MODALIDADES DO CESSAR-FOGO BILATERAL.*

Anexo 4: Questões Militares II;

- *PRINCÍPIOS GERAIS;*
- *PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS;*
- *MODALIDADES.*

Anexo 5: Polícia:

- *PRINCÍPIOS GERAIS;*
- *PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS;*
- *MODALIDADES.*

Anexo 6: Reconciliação Nacional:

- *I. PRINCÍPIOS GERAIS;*
- *II. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS;*
- *III. MODALIDADES.*

Anexo 7: Conclusão do Processo Eleitoral:

- *PRINCÍPIOS GERAIS;*
- *PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS;*
- *MODALIDADES.*

Anexo 8: Mandato da ONU, o Papel dos Observadores dos "Acordos de Paz" e a Comissão Conjunta;

- *O MANDATO DA ONU:*
 - *PRINCÍPIOS GERAIS;*
 - *PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS.*
- *O PAPEL DOS OBSERVADORES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS "ACORDOS DE PAZ PARA ANGOLA" (BICESSE) E DO PROTOCOLO DE LUSAKA;*
- *A COMISSÃO CONJUNTA:*
 - *COMPOSIÇÃO;*
 - *ATRIBUIÇÕES;*
 - *FUNCIONAMENTO.*

Anexo 9: Calendário de Aplicação do Protocolo de Lusaka;

Anexo 10: Questões Diversas.

- *Protocolo de Lusaka será assinado no dia 20 de Novembro de 1994.*
- *Protocolo de Lusaka será assinado em Lusaka (Zâmbia).*

O Governo da República de Angola e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) comprometem-se solenemente a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para respeitar e fazer respeitar o espírito e a letra do Protocolo de Lusaka.

O presente Protocolo, cujos documentos constitutivos foram rubricados em Lusaka, no dia 31 de Outubro de 1994, pelos chefes das delegações do Governo e da UNITA, Senhores Fernando Faustino Muteka e Eugénio Ngolo "Manuvakola" e pelo Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola, Senhor Alioune Blondin Beye, foi posteriormente aprovado pelas autoridades constitucionalmente competentes da República de Angola e pelas instâncias estatutariamente competentes da UNITA e entrará em vigor imediatamente após a sua assinatura.

Lusaka, aos 20 de Novembro de 1994.

Pelo Governo da República de Angola Venâncio de Moura Ministro das Relações Exteriores da República de Angola Pela União para a Independência Total de Angola Eugénio N'golo "Manuvakola" Secretário-Geral da UNITA Pela Organização das Nações Unidas Alioune Blondin Beye Representante Especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas em Angola

Documento 3: MEMORANDO DE ENTENDIMENTO DO LUENA³⁵³

CAPÍTULO I: OBJECTIVOS E PRINCÍPIOS DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO:

- *Objetivo;*
- *Princípios Fundamentais.*

CAPÍTULO II: AGENDA DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

- *Generalidades:*
 - *Questões de Reconciliação Nacional;*
 - *Cessação das Hostilidades e Questões Militares Pendentes nos Termos do processo de Lusaka;*
 - *Questões Institucionais.*
- *Questões de Reconciliação nacional:*
 - *Amnistia.*
- *Cessação das Hostilidades e Questões Militares pendentes nos Termos do protocolo de Lusaka*
 - *Cessar-fogo;*
 - *Desengajamento, Aquartelamento e Conclusão da Desmilitarização das Forças Militares da UNITA;*
 - *Integração de oficiais Gerais, oficiais Superiores, Oficiais capitais e Subalternos, sargentos e Praças, Provenientes das Forças Militares da UNITA nas FAA;*
 - *Integração de Oficiais Gerais e Oficiais Superiores Provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia nacional;*
 - *Desmobilização dos Efectivos das forças Militares da UNITA e Extinção das Forças Militares da UNITA;*
 - *Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das Ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional.*

CAPÍTULO III: COORDENAÇÃO E APLICAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

- *Coordenação do Memorando de Entendimento:*
 - *As Estruturas Institucionais de Coordenação do Memorando de Entendimento;*
 - *A Comissão Militar Mista;*
- *Calendário de Aplicação do Memorando de Entendimento.*

CAPÍTULO IV: DISPOSIÇÕES FINAIS:

³⁵³ Cf., PADOCA ORG – Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a Cessação das Hostilidades e Resolução das Demais Questões Militares Pendentes nos termos do protocolo de Lusaka [Em linha]. Padoca Org. [Consult. 12 Jan. 2014]. Disponível na WWW:<URL:http://www.mdrp.org/PDFs/Country_PDFs/angola_luena-agrmt-0402.pdf.

- *Anexos do Memorando de Entendimento:*
 - *Anexo I – Documento Relativo ao Aquartelamento das Forças Militares da UNITA;*
 - *Anexo I/A – Documento Relativo ao Aquartelamento, Desarmamento e Repatriamento de Forças Militares Estrangeiras em Áreas do Território Nacional Sob Controlo das Forças Militares da UNITA;*
 - *Anexo II – Documento Relativo à Integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Oficiais Capitães e Subalternos, Sargentos e Praças Provenientes das Forças Militares da UNITA nas Forças Armadas Angolanas de Acordo com as Vagas Existentes;*
 - *Anexos III – Documento Relativo à Integração de Oficiais Gerais, Oficiais Superiores, Provenientes das Forças Militares da UNITA na Polícia Nacional de Acordo com as Vagas Orgânicas Existentes;*
 - *Anexo IV – Documento Relativo à Reinserção Sócio-Profissional do Pessoal Desmobilizado das Ex-Forças Militares da UNITA na Vida Nacional;*
 - *Anexo V – Documento Relativo a Consolidações à Lei e à Ordem às Condições para a Conclusão do Protocolo de Lusaka;*
 - *Anexo VI – Documento Relativo a Considerações à Lei e à Ordem à Segurança Especial nos Termos do Protocolo de Lusaka.*
- *Interpretação;*
- *Entrada em Vigor do Memorando de Entendimento;*
- *Assinaturas do Memorando de Entendimento.*

2. Anexo de Fotografias

a. Conferência de Gbadolite³⁵⁴



Gbadolite foi o primeiro acordo de paz, depois de várias outras tentativas



³⁵⁴ Conferência de Gbadolite [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URLhttps://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbn=isch&sa=1&q=Confer%C3%AAn cia+de+Gbadolite&oq=Confer%C3%AAn cia+de+Gbadolite&gs_l=img.3...209942.214985.0.215222.2.2.0.0.0.123.246.0j2.2.0.msedr...0...1c.1j2.61.img..2.0.0.7RVj01aEWXc.

b. *Acordo de Bicesse*³⁵⁵



No Acordo de Bicesse (Portugal), o Governo de Angola, mais uma vez, estendeu as mãos para a paz.



c. *Protocolo de Lusaka*³⁵⁶



³⁵⁵ Acordo de Bicesse [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na WWW:<URL:https://www.google.com.br/search?q=Acordo+de+Bicesse&newwindow=1&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ei=Br7CVIG2GsqvUYf9g5AF&ved=0CAgQ_AUoAQ&biw=1366&bih=667.

³⁵⁶ Protocolo de Lusaka [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na WWW:https://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbm=isch&sa=1&q=Protocolo+de+Lusaka&oq=Protocolo+de+Lusaka&gs_l=img.3...588921.593684.0.593902.2.2.0.0.0.0.294.423.0j1j1.2.0.msedr...0...1c.1j2.61.img..2.0.0.6WDThxvFQNA.



Lusaka foi a terceira grande cúpula sob a mediação das Nações Unidas, em busca de paz



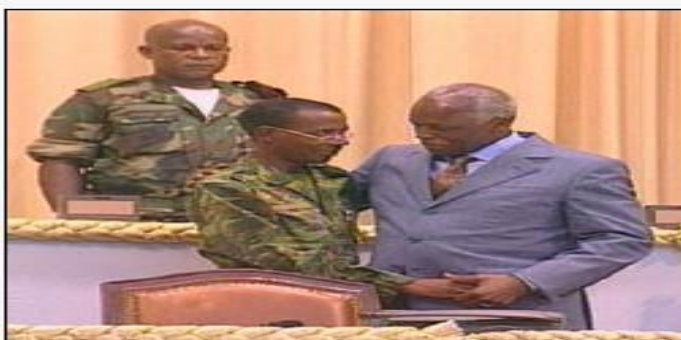
d. Memorando de Entendimento de Luena³⁵⁷

2002

ANGOLA ALCANÇA A PAZ.....



Assinatura do Memorando de Entendimento/ Luena FAA-UNITA



O abraço histórico entre o Presidente José Eduardo dos Santos e Kamorteiro geral da UNITA

³⁵⁷ Memorando de Entendimento de Luena [Em linha]. Google.com.br. [Consult. 20 Mar. 2014]. Disponível na WWW:https://www.google.com.br/search?newwindow=1&biw=1366&bih=667&tbn=isch&sa=1&q=Memorando+de+Entendimento+de+Luena&ogq=Memorando+de+Entendimento+de+Luena&gs_l=img.3...162472.166405.0.166606.2.2.0.0.0.138.267.0j2.2.0.msedr...0...1c.1j2.61.img..2.0.0.LhbDqQfSI5Q.